

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS LIMPAS

DANIELA FOGAÇA LOEBLEN

**O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA MÍDIA  
IMPRESSA**

MARINGÁ  
2016

DANIELA FOGAÇA LOEBLEN

**O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA MÍDIA  
IMPRESSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Limpas do Centro Universitário de Maringá, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Tecnologias Limpas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula M. Velho  
Coorientadora: Profa. Dra. Sônia Tanimoto

MARINGÁ

2016

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

L825d      Loeblen, Daniela Fogaça.  
              O discurso da sustentabilidade na mídia impressa / Daniela Fogaça  
Loeblen. – Maringá-PR, 2016.  
              125 f.; il. Color. ; 30 cm.

              Orientadora: Ana Paula Machado Velho.  
              Co-orientadora: Sônia Tomie Tanimoto.  
              Dissertação (mestrado) – UNICESUMAR - Centro Universitário de  
Maringá, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Limpas, 2016.

              1. Jornalismo. 2. Objetivos de desenvolvimento sustentável. 3. ONU. I.  
Título.

CDD – 658.4

Leila Nascimento – Bibliotecária – CRB 9/1722  
Biblioteca Central UniCesumar

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

**DANIELA FOGAÇA LOEBLEIN**

**O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA MÍDIA  
IMPRESSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Limpas do Centro Universitário de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Tecnologias Limpas pela Comissão Julgadora composta pelos membros.

**COMISSÃO JULGADORA**

Orientador:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Paula Machado Velho  
Centro Universitário de Maringá (Presidente)

Membro:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria de Los Angeles Perez Lizama  
Centro Universitário de Maringá

Membro:

---

Prof. Dr. Rodrigo Oliva  
Universidade Paranaense

Aprovado em: 19 de dezembro de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, que está sempre comigo e me deu serenidade e discernimento nas horas difíceis, fazendo com que a caminhada fosse mais leve.

Ao meu marido Guilherme Rivaroli, pela paciência e ajuda em todos os momentos e às minhas filhas, Yasmin e Laís que são a força que me impulsiona para o crescimento profissional e pessoal.

Aos meus pais, Pedro e Ceci Loeblein, por me incentivarem e me apoiarem nessa conquista.

Aos meus familiares, que entenderam a minha ausência por ter que me dedicar aos estudos.

A minha orientadora, Profa. Dra. Ana Paula Machado Velho, que me incentivou e me guiou, transmitindo as informações necessárias para finalização desta etapa de vida.

A todos os professores do programa de Mestrado em Tecnologias Limpas, que contribuíram com conhecimento e experiência em suas respectivas áreas.

Por fim, a todos os meus colegas de turma, que me ajudaram nessa luta, seja com a troca de experiências ou com palavras de apoio e carinho.

# O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA MÍDIA IMPRESSA

## RESUMO

A visão holística proposta para se pensar em um mundo com perspectivas de futuro nos aspectos social, econômico e ambiental é chamada de sustentabilidade. Documentos mundiais vêm sendo elaborados no sentido de que explicar este conceito amplo, que engloba estas três vertentes. Mas é preciso que estes textos sejam divulgados para que se concretize a construção de um movimento ou engajamento das pessoas na busca por um mundo sustentável. E isso depende, e muito, de como estes documentos são veiculados nos meios de comunicação. Primeiro, porque a mídia exerce grande influência sobre o público e, também, porque é um ambiente comunicacional que procura traduzir conceitos complexos para o público em geral. Assim, tornou-se foco desta pesquisa responder a seguinte pergunta: como os veículos de comunicação impressos vêm abordando os temas relacionados à sustentabilidade em suas páginas? Desta forma, esta dissertação teve como objetivo analisar o discurso midiático sobre sustentabilidade na mídia impressa de Maringá-PR-Brasil. Procurou-se, em princípio, definir este termo e, em seguida, foi empreendida uma seleção de textos a partir da busca da palavra sustentabilidade nos exemplares do jornal O Diário do Norte do Paraná, publicados entre setembro de 2015 e fevereiro de 2016. Um *corpus* de 40 reportagens selecionadas foi, então, base de uma análise de conteúdo, que teve como categorias o documento da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o mais recente relatório da Organização em relação à concepção de sustentabilidade. Pode-se compreender que a abordagem adotada pela mídia impressa de Maringá em relação ao conceito de sustentabilidade proposto pela ONU é rasa e não constrói o significado do termo sugerido pelo documento. Os dados analisados mostram que é preciso um comprometimento maior dos veículos de comunicação no sentido de disseminar o complexo conceito do termo sustentabilidade, baseado nos ODS apresentados pela ONU, para que surjam transformações e mudanças coletivas, na busca pelo verdadeiro desenvolvimento sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ONU.

# **THE SPEECH OF SUSTAINABILITY IN IMPRESSED MEDIA**

## **ABSTRACT**

The holistic vision proposed for thinking about a world with future perspectives in the social, economic and environmental aspects is called sustainability. World documents have been elaborated in the sense of explaining this broad concept, which encompasses these three strands. But it is necessary that these texts are divulged so that the construction of a movement or engagement of the people in the search for a sustainable world takes place. And that depends, a lot, on how these documents are served in the media. Firstly, because the media has great influence on the public and also because it is a communicational environment that seeks to translate complex concepts to the general public. Thus, it became the focus of this research to answer the following question: how does printed media has been addressing the themes related to sustainability on their pages? Thus, this dissertation aimed to analyze the media discourse about sustainability in the printed media of Maringá-PR-Brazil. At first, we sought to define this term and then a selection of texts was undertaken from the search for the word sustainability in the copies of the newspaper O Diário do Norte do Paraná, published between September 2015 and February 2016. One Corpus of 40 selected reports was then the basis for a content analysis, which was categorized as the United Nations Organization (UN) document on the Sustainable Development Objectives (ODS), the Organization's most recent report on design of sustainability. It can be understood that the approach adopted by Maringá printed media in relation to the concept of sustainability proposed by the UN is insufficient and does not construct the meaning of the term suggested by the document. The data that were analyzed show that a greater commitment of communication vehicles is needed in order to disseminate the complex concept of the term sustainability, based on the ODS presented by the UN, to bring about collective transformations and changes, in search of true sustainable development.

**KEYWORDS:** Journalism, Sustainable Development Goals, ONU.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.....	14
<b>Figura 2:</b>	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	15
<b>Figura 3:</b>	Resultados das Reportagens - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.	31

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>08</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	09
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo geral.....	10
1.2.2 Objetivos específicos .....	10
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>11</b>
2.1 SUSTENTABILIDADE .....	11
2.2 O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E A MÍDIA.....	16
2.3 AGENDA SETTING .....	17
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>21</b>
<b>4 ARTIGO</b> sob o título “O discurso da sustentabilidade na mídia impressa: uma análise do Diário do Norte do Paraná, da cidade de Maringá/PR/Brasil .....	<b>23</b>
<b>5 NORMAS DO ARTIGO</b> .....	<b>55</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>59</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>61</b>
<b>8 ANEXOS</b> .....	<b>67</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A problemática ambiental e as questões a ela incorporadas como saúde, segregação social, educação, crescimento econômico, entre outras, vem sendo amplamente discutidas em diversos eventos internacionais, como as conferências da Organização das Nações Unidas – ONU, ocorridas em Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992 e 2012), Johannesburgo (2002), e recentemente, a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a COP 21, realizada na França (2015), além de, outros relatórios e documentos. Essa movimentação mundial, promovida pela ONU, ressalta a necessidade do homem revisar sua relação com o meio ambiente, para que haja futuro saudável para as próximas gerações; isto é, para um futuro sustentável. Isso faz com que governantes, iniciativa privada, comunidade científica, mídia e sociedade civil, também, repensem o seu papel no planeta.

Nesses encontros de repercussão global, são estabelecidas metas de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável com o objetivo de encontrar soluções para os impactos da ação humana sobre a natureza. Aponta-se que a responsabilidade de mudança precisa ser compartilhada por governos, empresas e comunidade, porém, para que isso comece a se concretizar é necessário que as pessoas entendam o conceito amplo de sustentabilidade e saibam como agir dentro do contexto dessas ações sustentáveis. Nessa perspectiva, o papel da mídia torna-se fundamental.

Como será visto a seguir, os meios de comunicação exercem enorme influência nas atitudes e comportamento das pessoas. Portanto, é imprescindível, que estes (jornal, rádio, TV, internet etc.) transmitam a verdadeira concepção de sustentabilidade para o público. “Só com o reconhecimento da existência de redes complexas de conexão entre as organizações e pessoas, as comunicações sobre a sustentabilidade poderão caminhar na direção de uma mudança cultural, pré-condição para afirmarmos que praticamos e construímos, efetivamente, a sustentabilidade” (SOARES, 2009, p. 31).

Em recente levantamento, promovido por estudantes dos cursos de graduação em Comunicação Social e pelos mestrandos em Tecnologias Limpas e Promoção da Saúde do Centro Universitário de Maringá – Unicesumar – em uma ação denominada Ambiente & Saúde –, foi constatado que 92,7% dos 220 entrevistados frequentadores do Parque do Ingá, a maior reserva verde da cidade de Maringá, localizada no noroeste do Paraná-Brasil, já ouviram falar em sustentabilidade. Porém, deste total, 20% têm uma concepção equivocada

do termo, 16% não sabem defini-lo, 12% têm conhecimento limitado e, somente, 5% conhecem plenamente o significado da palavra sustentabilidade. O restante demonstrou uma percepção superficial do termo; isto é, o vinculam a apenas um aspecto que compõe o complexo conceito.

Com base no que foi exposto, a presente dissertação tem como problema a seguinte questão: de que forma o discurso midiático sobre sustentabilidade está sendo elaborado pela mídia impressa local de Maringá? Em que medida este discurso está em sintonia com o documento da ONU sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), no qual estão propostas 17 áreas que devem ser cuidadas para que se garanta a efetiva sustentabilidade em nível mundial?

Os ODS foram revisados em 2015 e divulgados na recente reunião da COP 21. Do documento publicado ainda faz parte uma série de compromissos, chamados de metas, a serem atendidos nos próximos 15 anos, como forma de garantir um planeta habitável, com qualidade de vida nos aspectos social, ambiental e econômico, como determina o conceito de sustentabilidade. São essas premissas e esse conceito amplo que precisam estar na agenda da mídia e que foram observados nesta pesquisa, que teve como produto final a produção do artigo: O Discurso da Sustentabilidade na Mídia Impressa: uma análise do Diário do Norte do Paraná, da cidade de Maringá-PR-Brasil.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

É indiscutível o poder que a mídia tem de interferir nos costumes e no comportamento das pessoas. Através dos critérios de noticiabilidade estabelecidos pela hipótese da *agenda setting*, os veículos de comunicação ditam os temas que o público irá discutir. Algumas matérias são selecionadas e ganham destaque e mais valorização que outras. Isso ocorre quando a notícia vira capa de jornal ou tem mais visibilidade. Barros Filho (2001) enfatiza que “a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá”. Sendo assim, o suporte da mídia para a construção de um movimento ou engajamento das pessoas na busca por um mundo sustentável depende, e muito, do que é veiculado e como isto é veiculado nos meios de comunicação. Nesse contexto, a mídia impressa se destaca não só por subsidiar os formadores de opinião, mas também por ser considerada uma fonte de informação verossímil (BARRETO, 2004).

Desta forma, é importante perceber de que forma os veículos de comunicação vêm contribuindo para disseminar o conceito de sustentabilidade, especialmente, em um município

considerado de alto padrão ambiental e que possui o codinome Cidade Verde, como é o caso de Maringá, localizada no noroeste do Paraná, sul do Brasil.

## 1.2. OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar o discurso midiático sobre sustentabilidade na mídia impressa de Maringá-PR-Brasil, a partir do documento da ONU que define os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

### 1.2.2. Objetivos específicos

- Descrever o conceito de sustentabilidade;
- Apresentar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Relacionar o discurso do jornal O Diário com os ODS.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 SUSTENTABILIDADE

A palavra sustentabilidade vem ganhando popularidade nos últimos tempos. A mídia, governantes, ambientalistas e a população em geral não hesitam em usar o termo. “Há poucas palavras mais usadas hoje do que o substantivo sustentabilidade e o adjetivo sustentável [...]. É uma etiqueta que se procura colar nos produtos e nos processos de sua confecção para agregar-lhe valor” (BOFF, 2012).

No dicionário, a palavra ganha o significado “qualidade ou condição do que é sustentável” (Dicionário do Aurélio, 2016, s. p.). Aprofundando mais na definição do termo, a palavra sustentável pode ser definida como o “que tem condições para se manter ou conservar” (Dicionário do Aurélio, 2016, s. p.). Na verdade, o uso indiscriminado do termo aconteceu quando cientistas começaram a apresentar relatórios e estudos que apontavam que as mudanças climáticas e o esgotamento de recursos naturais levariam ao fim da vida na Terra (BRITTO; LUIZ, 2015). O livro *Silent Spring*<sup>1</sup>, de Rachel Carson, publicado em 1962, pode ser considerado um marco importante em relação à consciência ambiental. A partir daí, diversas conferências, encontros, estudos e relatórios foram elaborados, abordando os impactos da humanidade no meio ambiente. Um dos trechos da obra diz:

Arriscar tanto nos nossos esforços destinados a moldar a natureza de acordo com a nossa satisfação e a nossa conveniência e, ainda assim, acabar fracassando sem atingir o objetivo seria, na verdade, a ironia final. A verdade, raramente mencionada, mas existente, para ser vista por qualquer pessoa que deseje vê-la, é que a natureza não é facilmente moldável, e que os insetos estão encontrando caminhos para contornar os nossos ataques contra eles (CARSON, 1969, p. 15).

O Clube de Roma é outro exemplo de movimento que publicou muitos documentos em relação à sustentabilidade. Surgiu, em 1968, por iniciativa do industrial italiano Aurélio Peccei e reunia cientistas, pedagogos, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos, tendo como objetivo discutir a crise ambiental e futura da humanidade. Um dos estudos publicados pelo grupo foi “Os Limites do Crescimento” (*The limits to Growth*), que

---

<sup>1</sup> O livro “Silent Spring” ou “Primavera Silenciosa”, como é encontrado em sua versão brasileira, foi lançado em 1962. A obra retrata o modo de combate a pragas com o pesticida DDT, retratado como o mais poderoso pesticida do mundo.

defendia três hipóteses: se as atuais tendências de crescimento da população mundial – a industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento serão alcançados em menos de cem anos; é possível modificar essas tendências e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica. Esse “estado de equilíbrio” parte da ideia de que o crescimento econômico pode ser planejado de acordo com as necessidades de cada indivíduo do planeta; e, por último, quanto mais cedo a humanidade se empenhar em alcançar esse segundo objetivo, mais chances de êxito terá. O relatório do Clube Roma foi criticado por outros estudiosos por suas conclusões catastróficas.

Em 1972, foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on the Human Environment*), em Estocolmo, na Suécia. O encontro, promovido pela ONU, ressaltou a importância da tomada de consciência ambiental enfatizando que os recursos naturais não são inesgotáveis. A Cúpula da Terra I, como também foi chamado o encontro, teve a coordenação do secretário-geral da ONU, Maurice Strong, que destacou o ecodesenvolvimento como alternativa de política do crescimento econômico.

Mas foi em 1987 que o termo sustentabilidade foi consolidado. A expressão desenvolvimento sustentável foi disseminada através do relatório “Nosso Futuro Comum”, criado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que era presidida pela norueguesa *Gro Harlem Brundtland* (WCED, 1987; CMMD, 1991). O documento ressalta a responsabilidade entre as gerações, além de questionar os padrões de produção-consumo existentes em comparação ao desenvolvimento almejado. A declaração listou também medidas a serem tomadas pelos estados nacionais. Entre elas, estão: a limitação do crescimento populacional; a garantia de alimentação a longo prazo; a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; a diminuição do consumo de energia e o desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; o aumento da produção industrial nos países não industrializados, baseado em tecnologias ecologicamente corretas; o controle da urbanização e promoção da integração entre o campo e as cidades menores; e o compromisso em satisfazer as necessidades básicas da humanidade. Não bastassem essas metas, o relatório enfatiza, ainda, que muitas ações também devem ter abrangência internacional.

Quanto ao conceito do termo desenvolvimento sustentável, o relatório coloca que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” e sustentabilidade é o processo “no

qual a exploração dos recursos, a orientação da evolução tecnológica e a modificação das instituições estão acordes e acrescentam o potencial atual e futuro para satisfazer as necessidades e aspirações humanas” (WCED, 1987; CMMD, 1991), mas também a vida com qualidade no planeta.

Como se vê, o documento trata o termo de forma muito abrangente, não o restringindo apenas às questões ambientais. No início do relatório é exposto que o processo de satisfazer as necessidades básicas das populações só é sustentável quando garante que as aspirações humanas serão atendidas, sem prejuízo para as gerações vindouras.

A Rio 92 consagrou definitivamente o termo desenvolvimento sustentável a partir do conceito obtido no relatório de Brundtland. Esta foi a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Cúpula da Terra II, também popularmente conhecida como ECO-92 ou Rio-92. Os eixos levantados durante o encontro, realizado no Rio de Janeiro, eram centrados nas mudanças climáticas, na biodiversidade e na desertificação. Documentos importantes foram redigidos no nosso país, entre eles, destacam-se a Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21. Participaram da criação da Agenda 21 - 179 países. O documento enfatizava um novo modelo de desenvolvimento para o planeta galgado no tripé - ambiental – social – econômico. A Agenda 21 é composta por 40 capítulos e está estruturada em quatro seções: Dimensões Sociais e Econômicas; Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento; Fortalecimento do papel dos Grupos Principais; Meios de Implementação.

Um documento relevante que aborda a questão da sustentabilidade surgiu com a Declaração do Milênio das Nações Unidas, em 2000, e é o embrião dos parâmetros que norteiam esta pesquisa. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram organizados pela ONU e firmados por 191 países, visando sintetizar os acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 90. Os compromissos priorizavam melhorar o destino da humanidade, combatendo a pobreza e outros males da sociedade com oito ações que deveriam ser alcançadas até o final de 2015. São elas: acabar com a fome e a miséria; oferecer educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a Aids, a malária e outras doenças; garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; estabelecer parcerias para o desenvolvimento (Figura 1).



Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

FONTES: ODM Brasil, 2015, s. p. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em 01 nov. 2016.

Em 2012, mais um evento foi realizado no Rio de Janeiro. Conhecida como Rio +20, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável buscou firmar um acordo para conciliar desenvolvimento econômico, bem-estar social e preservação ambiental. Os países foram divididos em “ricos” “pobres” e “emergentes”. O relatório final do encontro, nomeado de “O Futuro que queremos”, acordado por 188 países, constata problemas sociais, econômicos e ambientais. Foram registrados mais de 700 compromissos com ações concretas para responder a necessidades específicas. Além disso, foram renovados compromissos com o desenvolvimento sustentável e foi reforçada a promessa de promoção de um futuro econômico, social e ambiental sustentável para o planeta e gerações vindouras.

Entre os documentos relevantes elaborados pelo encontro estão os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir do trabalho já realizado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), foi levantada a necessidade de estabelecer ações orientadas, concisas e de fácil compreensão, sendo elas de natureza global e universalmente aplicáveis a todos países, os chamados ODS. Com o término dos ODM, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu um painel intergovernamental de 30 membros para desenvolver os ODS (ONU, 2012, s. p.).

Em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável e após inúmeras discussões, os líderes de governo e de estado aprovaram o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A agenda consiste em um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. A meta é fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhecer que a erradicação da pobreza é o maior desafio global do desenvolvimento sustentável. Nela constam 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS – Figura 2) e 169 metas. Como

anteriormente exposto, essas ações têm como base os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a fim de completar o legado deles e responder a novos desafios. O tripé do desenvolvimento sustentável – ambiental, social e econômico está integrado às ações. São eles: erradicação da pobreza; erradicação da fome; saúde de qualidade; educação de qualidade; igualdade de gênero; água limpa e saneamento; energias renováveis; empregos dignos e crescimento econômico; inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo responsável; combate as mudanças climáticas; vida debaixo da água; vida sobre a terra; paz e justiça; e, por fim, parcerias pelas metas. As 169 metas que apoiam estas propostas estão apresentadas nos anexos desta dissertação (Anexo 02 – ODS).



Figura 2 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

FONTE: Nações Unidas no Brasil, 2015, s. p. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em 01 nov. 2016.

Os aspectos apresentados, endossados pela ONU e pelos países signatários, em princípio, garantem a sustentabilidade mundial. Por isso, as análises deste trabalho foram feitas com base nesses objetivos. Afinal, é quase uma unanimidade, já que o documento foi ratificado pelos 195 participantes da convenção, além da União Europeia. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, segundo a ONU “são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental”. O documento “é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”. Esses princípios de sustentabilidade que norteiam todas as reflexões deste trabalho.

## 2.2 O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E A MÍDIA

A problemática ambiental vem, cada vez mais, ganhando espaço na grande mídia. Jornais impressos, programas de rádio, televisão e, até mesmo, os veículos digitais dão mais ênfase para o tema sustentabilidade. Os meios de comunicação contribuem na veiculação das notícias que abordam o assunto – levando a público fatos importantes como a degradação ambiental, denúncias e, inclusive, orientações em prol do meio ambiente. Isso tudo remete à necessidade de revisar a relação homem-natureza.

As fontes mais importantes de conhecimento sobre meio ambiente são - jornais e revistas, seguidos da TV e rádio (MANIERI et al, 1997). Atualmente, temas como os desastres ambientais, as mudanças climáticas e as ações sustentáveis estão em voga nos noticiários. Muitos veículos de comunicação criaram seções só para tratar de ambiente e, alguns jornalistas, buscam especialização na área.

Nesse cenário em que o ambiente é o foco, especialmente na mídia impressa, é importante que a sustentabilidade seja explanada de forma ampla, visto que a mídia já não pode ser vista apenas como uma transmissora de fatos. É inegável que ela serve como instrumento de conhecimento e influencia as atitudes da população. Não é à toa que é considerada o quarto poder.

De acordo com o sociólogo Nelson Traquina (2005), o termo Quarto Poder foi criado pelo inglês Lord Macaulay, em 1828. Para ele, o papel da mídia seria proteger a sociedade do abuso de poder dos governantes e também informar. Hoje, é nítida a influência que ela exerce nas áreas cultural, educacional, política e social. Os meios de comunicação ditam moda através de suas séries e novelas com personagens de destaque que acabam sendo “imitados” pelo público. Jornais impressos, telejornais, radiojornais e divulgações on-line repassam as notícias que serão o assunto das rodas de conversa e formarão a opinião de grupos de pessoas. Programas de todos os gêneros servem de exemplo para influenciar o consumo. Dessa forma, a mídia demonstra um papel ímpar na formação da opinião pública (TRAQUINA, 2005).

### 2.3 AGENDA SETTING

A vertente de investigação que estuda o quê e como a mídia influencia a população é conhecida como *agenda setting*. Os pensadores americanos, Maxwell McCombs e Donald Shaw realizaram um trabalho, em 1972, para verificar a influência dos meios de comunicação na formação da opinião pública (há relatos que a essência desse estudo tenha sido indicada no ano de 1922, por Walter Lippmann, em sua obra clássica *Public Opinion* (DE BRUM, 2003). Nesse sentido, a hipótese da *agenda setting* procura explicar como se dá a recepção das notícias junto ao leitor, suas interpretações e como as matérias jornalísticas transformam-se em pautas das conversas sociais, fazendo com que os indivíduos organizem seus comentários em relação ao que acontece no espaço público, de acordo com apresentação dos temas pelas mídias (CHARAUDEAU, 2007).

O conceito mais objetivo sobre a hipótese do *agenda setting* é de Cohen: “a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar” (COHEN, 1963). A mídia, de um lado, programa o relato de acontecimentos ou fatos que pautam os discursos sociais a partir de critérios de noticiabilidade e das ofertas de sentidos das fontes. Por outro lado, a sociedade legitima os discursos midiáticos quando os emprega para produzir sentido sobre os acontecimentos socioambientais (KAUFMANN, 2009).

O poder dos meios de comunicação também é ressaltado por Shaw (apud WOLF, 2001): “A hipótese do *agenda setting*, em consequência da ação dos meios de informação, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos”. Segundo o autor, as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media*<sup>2</sup>\* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto à ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas e às pessoas (SHAW apud WOLF, 2001).

Neste contexto, de acordo com Barreto:

O jornal é considerado na sociedade como um meio de comunicação verossímil, com isso, a seleção e a exclusão de fatos geram no leitor a percepção de que o que está no jornal é o que existe de fato, ou seja, ocorre um processo de acumulação de informação, no qual os assuntos das notícias publicadas na edição do dia influenciam e podem determinar a pauta das discussões na sociedade. O autor ainda

---

<sup>2</sup> Mass media: conjunto de comunicação de massa.

ênfatisa que assim cria-se uma agenda, uma seleção de temas ou assuntos que o leitor trará para a sua própria situação, sob a influênciã da mdia, especialmente do jornalismo, que traz aos leitores essa listagem de assuntos supostamente tidos como os mais relevantes e sobre os quais se deve debater (2004, p. 144).

Dessa forma, cabe aqui levantar a questão de como este meio de comunicação discute o tema sustentabilidade. Que foco ele dá ao tema? Como já ressaltado anteriormente neste trabalho, o termo é passível de muitos desdobramentos, porém, se nos debruçarmos em uma concepção mais contemporânea, podemos nos apoderar dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sustentados pela ONU, para conceituá-lo. Nesse contexto, chamamos a atenção da importância da média para a divulgação apropriada e para a construção desta conceituação.

A forma como o desenvolvimento sustentável vem sendo abordado pela média, quase sempre assume um caráter superficial. A comunicação deve estar respaldada em conceitos adequados para que possa efetivamente contribuir para o debate da questão ambiental (BUENO, 2012). O jornalismo impresso atual parece não se sentir na obrigação de informar o leitor, apenas de cumprir com seu papel de transmissor de fatos. Desse modo, essa mdia deixa de cumprir com o compromisso de formar um leitor consciente, crítico e a favor da promoção da sustentabilidade (CARON; LOPES, 2014).

Caron e Lopes ainda reforçam que, quando se trata de sustentabilidade parece sempre estar em primeiro lugar os interesses político-econômicos, não sendo priorizados assuntos relacionados ao lixo, à poluição, à qualidade de vida, à valorização do idoso, do trabalhador, da criançã, da história, do patrimônio etc. Os fatos e elementos relacionados à conservação das espécies (animais, vegetais e/ou minerais), inclusive, são pouco abordados e os contextos de inserção desses são desprezados, como se não fossem componentes importantes para a compreensão das notícias veiculadas e para que o leitor consiga se situar em relação ao assunto (CARON; LOPES, 2014).

Leff (2010) ênfatisa que o discurso sobre a sustentabilidade não é homogêneo nem está livre do conflito de interesses. Nessa visão, estão imbricados fatores econômicos e sociais dos meios de comunicação. “A comunicação na era moderna, mais do que suprir as demandas por mediações entre os indivíduos e entre estes e as organizações, demonstra também o seu poder em promover a coesão social em torno de determinadas visões de mundo, de determinados ideais”. Esses ideais, agora postos em contradição pelo discurso corrente sobre a sustentabilidade, “estiveram profundamente vinculados a uma visão econômica das relações sociais” (SOARES, 2009, p.23). Tristão (2010, p.161) relata que: “[...] a crise global,

amplamente anunciada pela mídia, é a examinada a partir da dimensão econômica. Estão ausentes outras dimensões, inclusive a ecológica”. Quando a mídia dá mais espaço e realce para desastres e tragédias ambientais mostra, de certa forma, falta de comprometimento com a questão educativa ou explicativa.

Segundo Nobre (2011), las catástrofes ambientais costumam expor não apenas a degradação do meio ambiente, mas, também, a limitação dos meios de comunicação de massa em abordar o tema, pois, nesses casos, predomina uma cobertura jornalística denunciativa, sensacionalista, com pouco aprofundamento dos dados científicos e raras abordagens educativas. Explora-se o sensacionalismo de forma exacerbada na mídia quando ocorre um acidente ambiental, sendo que, muitas vezes, os agentes causadores são os que financiam o Quarto Poder, para que o mesmo direcione as notícias de acordo com seus interesses. O circo midiático juntamente com os órgãos governamentais e as empresas, infelizmente, aquecem a disputa da promoção e dos benefícios com as catástrofes, esquecendo-se do papel social que tem de informar e dar suporte ao público sobre as causas e os efeitos colaterais provenientes dos acidentes ambientais, fruto da incoerência e descomprometimento do próprio homem (LOPES; SCHEFFER; BERTÉ, 2014).

Para Bueno (2012), a comunicação pode cumprir algumas funções básicas nas questões ambientais. Primeiramente, promover a consolidação do conceito de sustentabilidade, acabando com equívocos como os que a associam a ações meramente pontuais ou que a reduzem à simples dimensão ambiental. Outro ponto relevante é que a comunicação da (e para a) sustentabilidade deve ser comprometida com os valores da equidade, da justiça social e da liberdade. Deve favorecer a conscientização para os riscos inerentes ao consumo não consciente, ao desperdício das riquezas naturais e à desigualdade social. Por último, a comunicação sustentável não deve ter medo de denunciar os desvios e abusos cometidos e deve estar empenhada em resgatar os princípios da transparência, da convivência harmônica, da solidariedade humana. Isso traria muitos benefícios à sociedade.

A prática da autêntica comunicação para a sustentabilidade exige atitudes corajosas dos gestores da comunicação, estejam eles em empresas privadas de pequeno, médio ou grande porte, nas redações ou na administração pública porque não tolera a omissão diante das injustiças, expressa a indignação com os desvios éticos, a corrupção, o aprofundamento das desigualdades e proclama a tolerância. (BUENO, 2012). Loureiro afirma que “só há sustentabilidade com dignidade de vida para todos, ou esta vira um discurso vazio visto que fundado na desigualdade e na destruição” (LOUREIRO, 2012).

Assim, mais uma vez, destaca-se, aqui, a importância de nos debruçarmos no contexto midiático e perceber como esse tema se constrói para um grupo de pessoas, no caso desta pesquisa, cerca de 2 milhões de habitantes da região noroeste do Paraná-Brasil, da qual o município de Maringá é polo de distribuição de serviços e de informação.

### 3. METODOLOGIA

Esta foi uma pesquisa exploratória. O levantamento de dados ocorreu por meio de pesquisa documental. Como proposta de análise foram levados em consideração aspectos qualitativos e quantitativos. Para isso, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo (AC).

Bardin revela que, entre os anos 1950 e 1960, a aplicação da AC foi recorrente em muitas disciplinas. Por meio dela, “toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações” (BARDIN, 1979, p.22). A partir daí, a análise de conteúdo foi disseminada como uma técnica híbrida, pois traz tanto aspectos quantitativos, marcados pelo rigor da objetividade estatística, quanto qualitativos, que buscam a interpretação confiável, por meio da inferência. Na análise quantitativa, o que se destaca é a frequência das características do conteúdo, enquanto na qualitativa é a presença ou ausência dessas características ou conjunto delas.

Bardin explica, ainda, que, no aspecto qualitativo, o interesse da análise de conteúdo são os saberes que se podem obter pelas inferências. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência que esta que recorre a indicadores (qualitativos ou não)” (BARDIN, 1979).

Delimitou-se como *corpus* o jornal, O Diário do Norte do Paraná, o maior jornal da região de Maringá- PR, que é impresso no formato standard. Inaugurado em 29 de junho de 1974, atualmente, circula em cerca de 90 municípios da região e possui tiragem média de 16 mil exemplares/dia, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC). O Diário, como é conhecido, é publicado pela Editora Central Ltda., que também possui o portal odiario.com e outras empresas do mercado publicitário.

Foi realizada uma busca de dados longitudinal, na qual foram selecionadas todas as edições do jornal entre os meses de setembro de 2015 e fevereiro de 2016. A palavra sustentabilidade foi pesquisada em todas as páginas do jornal, exceto nos cadernos de classificados. Isto é, para definir as reportagens a serem analisadas buscou-se em todas as edições como descritor a palavra “sustentabilidade”. Foi realizada, então, uma leitura flutuante do *corpus* (leitura para tomar conhecimento do material) que permitiu a formulação de reflexões. Nessa etapa, o pesquisador começa a analisar e conhecer o texto de maneira

livre, fazendo associações e elaborando hipóteses a partir de seu aporte teórico (BARDIN, 1979). Fonseca Júnior (2009) explica que, nesta pré-análise, em que são realizadas as etapas de leitura flutuante e organização do material da AC, é considerada uma fase essencial. É nela que são escolhidos os documentos, a partir dos quais se formulam hipóteses e indicadores que embasam a interpretação final da pesquisa. Como pergunta norteadora para a leitura do material determinou-se: quais os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são ressaltados nas reportagens publicadas em O Diário? As reportagens constroem o conceito de sustentabilidade proposto pela ONU por meio dos ODS?

Com base na superficialidade conceitual sobre sustentabilidade encontrada nas matérias lidas e a partir do conhecimento da proposta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, parâmetro aceito internacionalmente, os ODS foram definidos como as categorias de análise. Isto é, as matérias foram referenciadas a partir da lista dos 17 ODS, que são: erradicação da pobreza; erradicação da fome; saúde de qualidade; educação de qualidade; igualdade de gênero; água limpa e saneamento; energias renováveis; empregos dignos e crescimento econômico; inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo responsável; combate as mudanças climáticas; vida debaixo da água; vida sobre a terra; paz e justiça; e, por fim, parcerias pelas metas. As metas de cada ODS, também descritas no documento da ONU, também serviram como base da análise e da discussão desta pesquisa. Como são muitas as metas que explicam os DOS, elas constam nos anexos do trabalho.

Após a categorização e codificação dos dados, foi realizada a análise quantitativa e/ou qualitativa. Os dados foram organizados em uma tabela no modelo inspirado no documento de apresentação dos ODS. Reforçamos que, cada ODS foi trabalhado como uma categoria de análise, a partir disso, as matérias foram discutidas no sentido de verificar quais os objetivos são contemplados em cada uma das reportagens que citam a palavra sustentabilidade. Por fim, foi feita a interpretação dos dados. A tabela de resultados foi discutida a partir de experiências e textos que definem sustentabilidade.

## **4 APRESENTAÇÃO DO ARTIGO**

Esta dissertação é composta de um artigo que é resultado da pesquisa documental em O Diário do Norte do Paraná. O texto foi submetido à revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, da UFPR.

O artigo, de título O Discurso da Sustentabilidade na Mídia Impressa: uma análise do Diário do Norte do Paraná, da cidade de Maringá-PR-Brasil, descreve o conceito de sustentabilidade, apresenta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), discute o poder da mídia sobre a sociedade e relaciona o discurso de O Diário com os ODS.

O artigo está em consonância com as regras do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Limpas, do Centro Universitário de Maringá, como obtenção do título de mestre.

## O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NA MÍDIA IMPRESSA: UMA ANÁLISE DO DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, DA CIDADE DE MARINGÁ-PR-BRASIL

### THE DISCUSSION OF SUSTAINABILITY IN PRESSED MEDIA: AN ANALYSIS OF THE "DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, OF THE CITY OF MARINGÁ-PR-BRAZIL

#### RESUMO

O espaço dedicado às questões ambientais nos veículos de comunicação aumenta gradativamente. A busca pela resolução dos problemas relacionados ao meio ambiente conta com o apoio de organizações e autoridades mundiais. O homem, como parte desse ambiente, necessita compreender de forma ampla o sentido de sustentabilidade para que, também, possa participar de ações para o desenvolvimento próspero do planeta. Levando-se em conta que os veículos de comunicação exercem grande influência no público e são fundamentais para garantir a compreensão do conceito de sustentabilidade, é preciso entender o discurso midiático sobre o termo e saber como ele vem sendo elaborado. O objetivo desta pesquisa é analisar o discurso midiático sobre sustentabilidade na mídia impressa a partir do documento da ONU que define os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tendo como base o conceito de sustentabilidade atrelado ao documento da ONU sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que ressalta o sentido de sustentabilidade ligado as vertentes – ambiental – social – econômica, além de enfatizar a preocupação do planeta de suportar as necessidades das gerações presentes e futuras, este trabalho analisa reportagens que tem em seu conteúdo o termo “sustentabilidade”. Foi constatado que a mídia não aborda de forma plena o conceito de sustentabilidade. A maneira como a mídia constrói a definição do termo sustentabilidade pode refletir diretamente no engajamento das pessoas por um mundo sustentável.

Palavras- chave: jornalismo, objetivos do desenvolvimento sustentável, ONU.

#### ABSTRACT

The space dedicated to environmental issues in communication vehicles increases gradually. The search for solving problems related to the environment is supported by organizations and authorities worldwide. Man, as part of this environment, needs to understand comprehensively the sense of sustainability so that he, too, can participate in actions for the prosperous development of the planet. Based on the concept of sustainability linked to the UN document on the Sustainable Development Objectives (ODS), which emphasizes the sense of sustainability linked to the environmental and social - economic aspects, besides emphasizing the planet 's concern to support the needs of the generations Present and future, this paper analyzes reports that have in their content the term "sustainability". Bearing in mind that communication vehicles exert a great influence on the public and are fundamental to guarantee the understanding of the concept of sustainability, it is necessary to understand the media discourse about the term and to know how it has been elaborated. The objective of this research is to analyze the media discourse on sustainability in print media from the UN document that defines the Sustainable Development Objectives (ODS). The way the media builds the definition of the term sustainability can directly reflect people's engagement for a sustainable world.

Keywords: journalism, sustainable development goals, ONU.

## 1. INTRODUÇÃO

O problema ambiental e questões relacionadas a eles, que permeiam no contexto da sustentabilidade, vêm sendo discutidas em eventos e conferências, há muito tempo. Porém, a forma como a sustentabilidade é tratada na mídia pode ser contestada, visto que a palavra, na maioria das vezes, é empregada de forma equivocada, sem mostrar a verdadeira essência do sentido do que é ser sustentável, o qual se alicerça em temas como educação, saúde, racionalização de recursos naturais, igualdade de gênero, consumo e produção responsáveis, entre outros aspectos.

Neste contexto, a percepção de que somos parte do ambiente e do entorno que vivemos torna-se cada vez mais necessária. Notícias sobre acontecimentos ambientais vêm, aos poucos, ganhando espaço nos meios de comunicação, que exercem um papel fundamental para garantir a compreensão do grande conceito que é a sustentabilidade e, assim, a prática de ações para o desenvolvimento sem o comprometimento ambiental e social.

Bueno (2012) ressalta a importância do entendimento da palavra sustentabilidade para que o processo de mobilização da sociedade aconteça. Andrade (2009) corrobora com Bueno quando diz que a comunicação é um elemento essencial para ação da sustentabilidade e um mecanismo para dividir valores e significados, defendendo que esse processo comunicacional deve ser estabelecido sempre a partir de uma troca de ideias.

Isso vem sendo feito em conferências da Organização das Nações Unidas – ONU. Estas ocorreram em Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992 e 2012), Johannesburgo (2002), e, recentemente, aconteceu a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a COP 21, na França (2015).

Nesses encontros de repercussão global, são estabelecidas metas de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável com o objetivo de encontrar soluções para os impactos da ação humana sobre a natureza. Aponta-se que a responsabilidade de mudança precisa ser compartilhada por governos, empresas e comunidade. Porém, para que isso aconteça, é necessário todos esses atores devem compreender o conceito amplo de sustentabilidade e saibam como agir dentro do contexto dessas ações sustentáveis. Nessa perspectiva, o papel da mídia torna-se fundamental, especialmente, porque os meios de comunicação exercem enorme influência nas atitudes e comportamento das pessoas.

Com base no que foi exposto, cabem vários questionamentos: de que forma o discurso midiático sobre sustentabilidade está sendo elaborado pela mídia impressa? Em que medida

este discurso está em sintonia com o documento da ONU sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), no qual estão propostas 17 áreas que devem ser cuidadas para que se garanta a efetiva sustentabilidade em nível mundial? A partir do conceito de sustentabilidade empregado pela ONU, através dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), questiona-se se os ODS são conhecidos pela mídia e ressaltados nas publicações dos jornais impressos. As reportagens constroem o conceito de sustentabilidade proposto pela ONU, através dos ODS?

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar o discurso midiático sobre sustentabilidade na mídia impressa de Maringá-PR-Brasil, a partir do documento da ONU que define os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Aqui são expostos os ODS e feita a relação das suas premissas com os conteúdos de reportagens publicadas pelo jornal O Diário do Norte do Paraná, maior veículo impresso de Maringá, cidade polo de uma região que reúne quase 2 milhões de habitantes e que possui status de cidade sustentável e verde.

## 2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Definir o termo sustentabilidade tornou-se um desafio para autores e estudiosos. A disseminação do uso da palavra, nos últimos tempos, de forma generalista, deu espaço para interpretações diversas que se respaldam nos significados dos termos principais da expressão – desenvolvimento sustentável. O significado de sustentabilidade é curioso, complexo e desafiador, pois abre múltiplas possibilidades de desdobramento, assim como possibilita inúmeras relações, já que vem das Ciências Biológicas e enraíza-se na política e na economia, permitindo diferentes formas de emprego da nomenclatura (LOUREIRO, 2012).

Segundo Brito e Luiz (2015), o termo significa mais do que oferecer condições, suporte ou apoio para conservar e melhorar a preservação dos recursos naturais. Passou a ser premissa para garantir o existir, no longo prazo, de pessoas e empresas. Relaciona-se à mentalidade, atitudes, ações e estratégias corretas em âmbito social, ambiental e econômico, valorizando o ser humano em sua totalidade.

Sobre o generalismo do termo, Guimarães afirma que há uma falta de crítica no pensamento de ações sociopolíticas.

Se a proposta de desenvolvimento sustentável parece plenamente justificável e legítima, a sua aceitação generalizada tem se caracterizado por uma postura acrítica e alienada em relação a dinâmicas sociopolíticas concretas. Para que tal proposta não represente apenas um “enverdecimento” do estilo atual, cujo conteúdo se esgotaria no nível da retórica, impõe-se examinar as contradições ideológicas, sociais e

institucionais do próprio discurso da sustentabilidade, bem como analisar dimensões de sustentabilidade – ecológica, ambiental, social, cultural e outras – para transformá-la em critérios objetivos de política pública (1997, p. 17).

Para Marcomin e Silva (2010), essa aceitação da generalidade passa a falsa ideia de um consenso. Bueno (2012) reforça que a sustentabilidade deve ser percebida de maneira abrangente e incorporar aspectos ambientais, socioculturais, políticos e econômicos porque, em princípio, ela deve permear todas as ações humanas, com o objetivo de preservar condições ideais para que todos os cidadãos desfrutem de qualidade de vida. A sustentabilidade é a teia que tece a relação das pessoas entre si e com o planeta em que vivemos. O autor ainda reforça que, em muitos casos, costuma-se reduzir o conceito de sustentabilidade à vertente ambiental ou econômica, relegando a perspectiva social a um segundo plano.

Para Carneiro (2011, p.8), o discurso da sustentabilidade se constituiu em um fenômeno político-narrativo e diplomático e uma das funções principais desse discurso “[...] é apontar alternativas para a reprodução do sistema capitalista no que concernem as relações deste com os efeitos da degradação ambiental”.

Esse entendimento precisa ser mudado e instauradas ações que possam construir na sociedade o conceito proposto pela ONU que equilibra as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Além de focar na prosperidade do planeta.

Desta forma, de acordo com Kunsch e Oliveira (2009), é necessário promover efetivamente a sustentabilidade, a qual a sociedade necessita imprescindivelmente, com o auxílio da comunicação e também dos meios e de toda a convergência midiática. “O atendimento às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro é uma tarefa de toda a sociedade mundial e não só de uma pessoa, de uma só organização e de um só país”.

Chiavenato (2010) afirma que é com divulgação, conexão, troca, abertura, integração e construção de sentido em mão dupla que se constrói na compreensão do que se buscam os envolvidos no processo informativo.

Para Bueno (2012), as funções básicas que a comunicação pode exercer nas questões ambientais são várias. A primeira é promover a consolidação do conceito de sustentabilidade, acabando com equívocos como os que a associam a ações meramente pontuais ou que a reduzem à simples dimensão ambiental. Outro ponto relevante é que a comunicação da (e para a) sustentabilidade deve ser comprometida com os valores da equidade, da justiça social e da liberdade. Deve favorecer a conscientização para os riscos inerentes ao consumo não

consciente, ao desperdício das riquezas naturais e à desigualdade social. Por último, a comunicação sustentável não deve ter medo de denunciar os desvios e abusos cometidos e deve estar empenhada em resgatar os princípios da transparência, da convivência harmônica, da solidariedade humana.

Neste cenário, destaca-se que as fontes mais importantes de conhecimento sobre meio ambiente são - jornais e revistas, seguidos da TV e rádio (MANIERI et al, 1997). É inegável que estas fontes de informação servem como instrumento de conhecimento e influenciam as atitudes da população. Não é à toa que a mídia é considerada o Quarto Poder, termo que, de acordo com o sociólogo Nelson Traquina (2005), foi criado pelo inglês Lord Macaulay, em 1828. Para ele, o papel da mídia seria proteger a sociedade do abuso de poder dos governantes e também informar. Hoje, é nítida a influência que ela exerce nas áreas cultural, educacional, política e social. Os meios de comunicação ditam moda através de suas séries e novelas com personagens de destaque que acabam sendo “imitados” pelo público (TRAQUINA, 2005).

A vertente que estuda o quê e como a mídia influencia a população é conhecida como *agenda setting*. Os pensadores americanos, Maxwell McCombs e Donald Shaw realizaram um trabalho, em 1972, para verificar a influência dos meios de comunicação na formação da opinião pública. Nesse sentido, a hipótese da *agenda setting* procura explicar como se dá a recepção das notícias junto ao leitor, suas interpretações e como as matérias jornalísticas transformam-se em pautas das conversas sociais, fazendo com que os indivíduos organizem seus comentários em relação ao que acontece no espaço público, de acordo com apresentação dos temas pelas mídias (CHARAUDEAU, 2007).

Para Cohen (1963), “a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar”. A mídia, de um lado, programa o relato de acontecimentos ou fatos que pautam os discursos sociais a partir de critérios de noticiabilidade e das ofertas de sentidos das fontes. Por outro lado, a sociedade legitima os discursos midiáticos quando os emprega para produzir sentido sobre os acontecimentos socioambientais (KAUFMANN, 2009).

Neste contexto, de acordo com Barreto (2004), o jornal é considerado na sociedade como um meio de comunicação verossímil, com isso, a seleção e a exclusão de fatos geram no leitor a percepção de que o que está no jornal é o que existe de fato, ou seja, ocorre um processo de acumulação de informação, no qual os assuntos das notícias publicadas na edição do dia influenciam e podem determinar a pauta das discussões na sociedade. O autor ainda enfatiza que assim cria-se uma agenda, uma seleção de temas ou assuntos que o leitor trará

para a sua própria situação, sob a influência da mídia, especialmente do jornalismo, que traz aos leitores essa listagem de assuntos supostamente tidos como os mais relevantes e sobre os quais se deve debater (BARRETO, 2004).

Desta forma, como é fundamental que a sociedade discuta e apreenda o conceito e as práticas de sustentabilidade, é urgente registrar e fazer uma crítica de como os veículos de comunicação vem apresentando essa ideia para a população. Especialmente, quando se foca uma cidade como Maringá, município polo de uma região que abrange mais de 100 cidades, muitas delas com vocação agrícola.

Segundo a própria mídia, Maringá tem se destacado no Paraná e no Brasil como um município construiu uma estrutura urbana de alta qualidade. Uma matéria da revista Exame, de 2 março de 2015 (Exame, 2015, s. p.), cita Maringá como uma das melhores cidades para criar os filhos. Uma pesquisa feita pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) apontou o município como um dos melhores do Sul do país para viver (Gazeta do Povo, 2016, s. p).

Além disso, há anos, Maringá sustenta o título de Cidade Ecológica, por ser uma área urbana planejada, com avenidas largas e apresentar uma das maiores concentrações de área verde por habitante - 26,65 metros quadrados. São 90 alqueires de matas nativas, distribuídos por 17 bosques e milhares de árvores de diversas espécies plantadas ao longo das ruas e avenidas.

Avaliar como as questões ambientais vêm sendo tratadas e, especialmente, a construção do conceito de sustentabilidade nesta região, por meio de seu veículo mais importante, o Diário do Norte do Paraná, pode servir de ponto de partida para que outros municípios com características similares reflitam sobre como manter a qualidade de vida, a produção econômica e a saúde do ambiente nos anos vindouros.

### **3. METODOLOGIA**

Para realizar esta pesquisa exploratória, foi adotado o levantamento de dados por meio de pesquisa documental, com proposta de análise de dados aplicando a técnica de Análise de Conteúdo (AC). Esta técnica híbrida traz a possibilidade de trabalhar, tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos, que buscam a interpretação confiável, por meio da inferência. Na análise quantitativa, o que se destaca é a frequência das características do conteúdo, enquanto na qualitativa é a presença ou ausência dessas características ou conjunto delas (BARDIN, 1979).

Delimitou-se como *corpus* o jornal O Diário do Norte do Paraná, o maior jornal da região de Maringá- PR, que é impresso no formato standard. Inaugurado em 29 de junho de 1974, atualmente, circula em cerca de 90 municípios da região e possui tiragem média de 16 mil exemplares/dia, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC). O Diário, como é conhecido, é publicado pela Editora Central Ltda., que também possui o portal odiario.com e outras empresas do mercado publicitário.

Foi realizada uma busca de dados longitudinal, na qual foram selecionadas todas as edições do jornal entre os meses de setembro de 2015 e fevereiro de 2016. A palavra sustentabilidade foi pesquisada em todas as páginas do jornal, exceto nos cadernos de classificados. Isto é, para definir as reportagens a serem analisadas buscou-se em todas as edições como descritor a palavra “sustentabilidade”. Como pergunta norteadora para a leitura do material determinou-se: quais dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são ressaltados nas reportagens publicadas em O Diário que trazem a palavra sustentabilidade? Isto é, as matérias foram referenciadas a partir da lista dos 17 ODS, que são: erradicação da pobreza; erradicação da fome; saúde de qualidade; educação de qualidade; igualdade de gênero; água limpa e saneamento; energias renováveis; empregos dignos e crescimento econômico; inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo responsável; combate as mudanças climáticas; vida abaixo da água; vida sobre a terra; paz e justiça; e, por fim, parcerias pelas metas.

As metas de cada ODS, descritas no documento da ONU, também serviram como base da análise e da discussão desta pesquisa. Como são muitas, elas constam nos anexos do trabalho.

Após a categorização e codificação dos dados, foi realizada a análise quantitativa e/ou qualitativa. Os dados foram organizados em uma tabela no modelo inspirado no documento de apresentação dos ODS. Cada ODS foi trabalhado como uma categoria de análise, a partir disso, as matérias foram discutidas para verificar quais os objetivos foram contemplados em cada uma das reportagens que citam a palavra sustentabilidade. Por fim, foi feita a interpretação dos dados. A tabela de resultados foi discutida a partir de experiências e textos que definem sustentabilidade.

#### **4. RESULTADOS**

O trabalho contemplou a pesquisa das edições de O Diário do Norte do Paraná, de 1º de setembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016. Durante este período foram analisados 149

exemplares do jornal O Diário. Em função dos objetivos desta pesquisa, o descritor “sustentabilidade” foi encontrado em 40 notícias. As matérias foram inseridas em uma tabela, destacando os seguintes aspectos: as categorias são os ODS; Título; data e matéria. As notícias foram classificadas conforme a análise do conteúdo. Algumas se enquadram em mais de um ODS. Outra tabela apresenta a porcentagem de matérias inseridas em cada ODS (Anexo 01).

O discurso midiático sobre sustentabilidade na mídia impressa de Maringá, mais precisamente do jornal O Diário revelou a abordagem insipiente da palavra sustentabilidade na maioria dos recortes. Em 38% das publicações o termo se restringiu à questão econômica. 20% do material se enquadrou em metas que abrangem inovação, infraestrutura e indústria. 10% foi relegado a vertente de consumo e produção responsáveis, 8% contemplou material que falava de saúde e bem-estar, 8% abordaram conteúdo sobre energia acessível e limpa, 10% cidades e comunidades sustentáveis, 8% não se enquadraram em nenhum ODS, 8% trataram de assuntos referente à fome zero e agricultura sustentável, 5% falaram de água potável e saneamento, 5% trataram de ações contra a mudança global do clima, 3% da redução das desigualdades e 3% sobre parcerias sobre as metas.

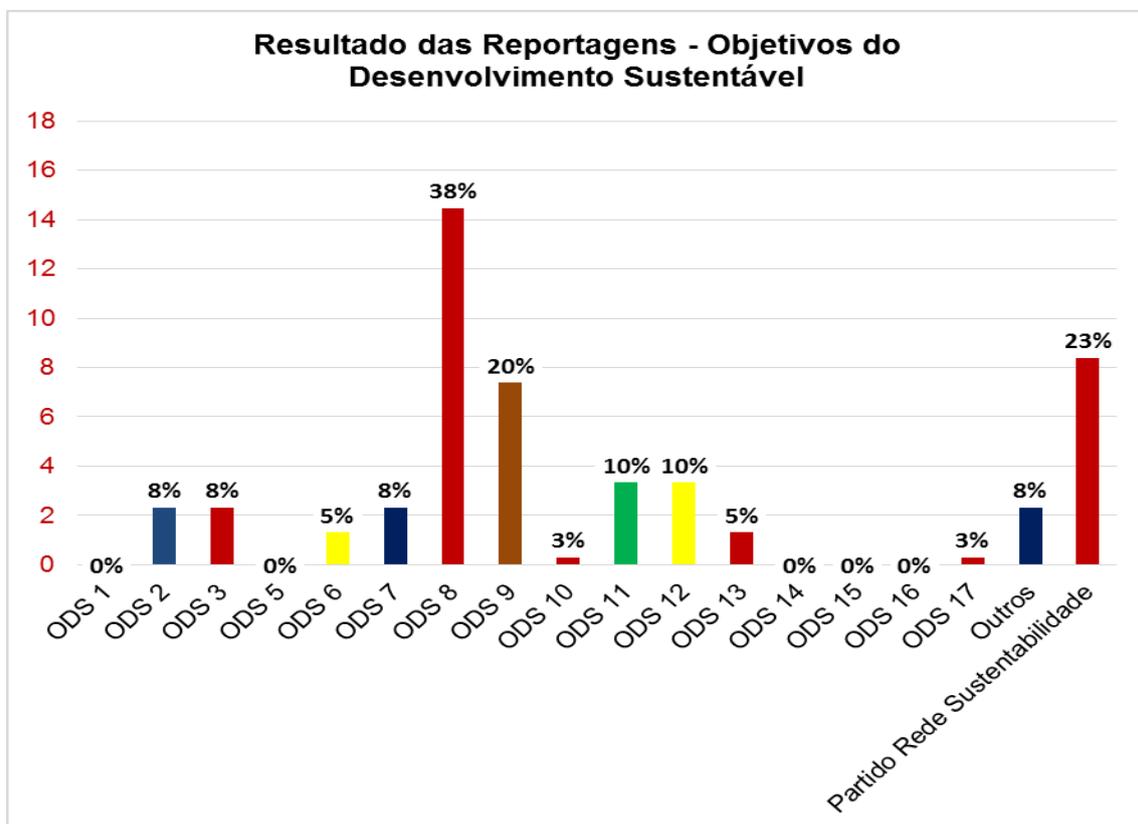


Figura 3 – Resultados das Reportagens – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Elaborado pela autora

Uma publicação não foi relacionada a nenhum ODS. A publicação intitulada “Bocejo”, de 24 de novembro de 2015, é uma nota pequena que fala que enquanto o ex-presidente Fernando Henrique falava sobre sustentabilidade em um seminário, um político cochilava na plateia. O conteúdo não é pertinente a nenhuma das metas dos ODS, divulgadas pela ONU.

Outras nove matérias e notas coletadas usavam o termo sustentabilidade para se referir ao partido político – Rede Sustentabilidade. São elas: “Recorde Mundial”, publicada em 24 de julho de 2015; “Blog do Diniz Neto”, publicada na mesma data; “Flávio Vicente troca o PSDB pela Rede”, publicada em 1 de outubro de 2015; “Por que mudar?”, veiculada em 3 de outubro de 2015; “Rede”, publicada em 27 de outubro de 2015; “Tucano diz que votará pela perda de mandato”, publicada em 29 de outubro de 2015; “Rede” publicada em 4 de dezembro de 2015; “Análise da cassação de Cunha é adiada de novo”, publicada em 9 de dezembro de 2015 e “Corrida Maluca 2” publicada em 12 de dezembro de 2015. Essas publicações não foram enquadradas em nenhum ODS, pois apenas citavam o termo sustentabilidade para se referir ao partido político.

O ODS 1, Erradicação da Pobreza; O ODS 5, Igualdade de Gênero; o ODS 14, Vida debaixo da Água; o ODS 15, Vida sobre a Terra; e ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, não receberam nenhuma matéria correlacionada.

Um dos principais objetivos da ONU é erradicar a fome e promover a agricultura sustentável, registrado no ODS 2. Três matérias retiradas do jornal impresso analisado nesta pesquisa foram enquadradas neste contexto. A matéria “Orgânicos fazem parte de um mercado em formação”, publicada na edição de 27 de novembro de 2015, retirada do caderno de gastronomia, ocupa uma página inteira do jornal. Porém, o termo “sustentabilidade” só aparece em um pequeno quadro inserido no meio da publicação como forma de explicar a definição de agricultura orgânica. A opção de enquadrar a matéria neste ODS foi porque contempla a meta proposta no ODS 2:

Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo (Nações Unidas no Brasil, 2015, s. p).

Já a notícia com título “BRDE libera R\$ 180 milhões para setor rural”, publicada em 4 de fevereiro de 2016, evidencia a palavra sustentabilidade no trecho: “Com um cenário favorável ao agronegócio e a perspectiva de ampliar os investimentos em inovação, energia, sustentabilidade e setor público, a agência paranaense do BRDE disponibilizou R\$ 300 milhões para serem negociados durante o Show Rural.” A matéria foi enquadrada no ODS 2, que trata da erradicação da fome porque o conteúdo da publicação pode ser relacionado a uma das metas desse Objetivo, abordando a questão do investimento em infraestrutura rural. A meta relacionada a esta matéria é:

Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos (Nações Unidas no Brasil, 2015, s.p).

A outra publicação enquadrada neste ODS foi “Gastronomia responsável” converge culinária e meio ambiente”, veiculada em 5 de fevereiro de 2016. A matéria ressalta a preservação dos recursos naturais, em especial, na alimentação. O texto faz uma citação sobre o desperdício de comida, lembrando que muitas regiões no mundo a população passa fome, justamente o foco do ODS 2.

O ODS 3 - Saúde e Bem Estar traz como premissa assegurar uma vida saudável e promover a qualidade de vida para todos, em todas as idades. Apesar das matérias intituladas: “Um SUS sustentável” (publicada em 19 de setembro de 2015) e “Longevidade dos planos de saúde” (publicada em 29 de setembro de 2015) abordarem o termo sustentabilidade com enfoque econômico, as publicações foram colocadas como parte desse ODS, pois englobam conteúdos relacionados à saúde e, de alguma maneira, abrangem o item que expõe a meta de “atingir cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos”.

Já a publicação, que, na verdade, é uma grande entrevista com o secretário Nacional de Vigilância em Saúde, Antônio Carlos Nardi, que tem como título “Nunca tivemos um quadro tão favorável para vencer o *Aedes*” (publicada em 7 de fevereiro de 2016), acrescenta detalhes do problema de saúde enfrentado no Brasil por causa do mosquito *Aedes aegypti*. Na reportagem, a palavra sustentabilidade é empregada na resposta de uma questão “... aqueles países que têm o zika vão correr mais ainda, e aqueles que não têm vão correr também, para ajudar quem tem a doença, para evitar que chegue neles. Hoje, estou extremamente, otimista

de que nunca tivemos um quadro tão favorável para vencer essa batalha e não deixar o *Aedes* se proliferar. Agora, é preciso que consigamos dar sustentabilidade nas ações que estão sendo feitas”. Fica claro que sustentabilidade para o secretário é manter acesa as ações de saúde.

O ODS 4 evidencia “Educação de qualidade”. Relacionadas a esse assunto, foram encontradas três matérias no material de pesquisa. Vale ressaltar que todas as publicações estavam inseridas em cadernos ou encartes especiais sobre educação. “O lixo nosso de cada dia”, título da primeira reportagem colhida (publicada na edição de 15 de setembro de 2015) aborda o debate feito em uma sala de aula de uma escola sobre a origem dos resíduos sólidos e os destinos diferentes que devem receber. A palavra sustentabilidade localiza-se na legenda da foto em que mostra estudantes segurando um jornal com uma notícia relacionada ao meio ambiente, mais especificamente com o problema dos lixões.

A legenda diz: “Sustentabilidade. A partir de notícia, estudantes de Ivatuba debateram medidas para acabar com o lixo da cidade e refletiram sobre a responsabilidade de cada um com relação ao lixo”. Neste contexto sustentabilidade tem o significado de uma cidade melhor. A outra matéria que se enquadra nesse objetivo da ONU é denominada “Escola ensina crianças como lidar com o dinheiro” (publicada em 27 de setembro de 2015). O termo sustentabilidade é empregado aqui em uma referência a educação financeira. A frase retirada do recorte, que diz “incentivar, agora, uma relação responsável entre consumo e sustentabilidade garantirá mais qualidade de vida futuramente”, mostra o cunho educacional. A matéria foi contemplada no ODS 4, que trata de Educação, mas também foi inserida no ODS 12, que aborda o consumo responsável, visto que, embora abranja a questão de racionalidade financeira em um contexto mais amplo, se referindo a empresas e países na maioria dos itens, também acrescenta a meta que faz parte do ODS 12 “garantia de informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza”, o que muito se assemelha a um dos itens do ODS 4 que fala em promover o desenvolvimento sustentável por meio da educação. Neste caso, sustentabilidade é relacionada à conscientização e à educação ambiental.

Já a reportagem de título “Para beber cidadania na praça” (publicada em 30 de setembro de 2015), também enquadrada no ODS 4, traz como conteúdo um evento que ofereceu gratuitamente serviços de estímulo a uma vida mais saudável, bem-estar e lazer à população. No texto, são destacadas atividades realizadas na ação, como oficinas de reciclagem, orientações de saúde e aulas de dança, contudo, o termo “sustentabilidade” só é encontrado na matéria no nome do cargo da gerente da empresa que promoveu o evento: “[...]”

explicou Ana Flávia Rodrigues, gerente de Comunicação Externa e Sustentabilidade da Coca-cola FEMSA Brasil”.

O ODS 6 - Água potável e saneamento - pouco foi encontrado dentro da concepção de sustentabilidade analisada na pesquisa. As matérias “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental” (publicada na edição de 25 de fevereiro de 2016) e “Gastronomia responsável converge culinária e meio ambiente” (publicada na edição de 5 de fevereiro de 2016), ambas já citadas quando enquadradas em outros ODS, alçam o termo sustentabilidade de maneira distinta. A primeira publicação engloba a palavra na vertente econômica. O texto fala de um programa para o uso racional e eficiente da água e também enfatiza a gestão de resíduos e reciclagem, salientando um dos aspectos do objetivo 6, que ressalta a importância de ampliar programas relacionados à água e saneamento.

Ambos fizeram com que a matéria retirada do caderno de gastronomia se enquadrasse nesse ODS. O texto do jornal traz o seguinte parágrafo: “A constatação científica aponta que apenas 1 litro de óleo é capaz de contaminar aproximadamente 1 milhão de litros de água. Pior: a contaminação de mananciais por óleo aumenta em até 50% o custo do tratamento de água. Portanto, a reciclagem do ingrediente tem enorme impacto no meio ambiente”.

Energia Acessível e Limpa, o ODS 7, tem como prioridade garantir o acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. Dentro dessa questão, foi possível englobar três publicações intituladas: “Unicesumar aposta na sustentabilidade”, (publicada em 4 de setembro de 2015), “Simpósio debate biomassa” (publicada em 30 de outubro de 2015), e “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental” (publicada em 25 de fevereiro de 2016), já inserida no ODS 6. A primeira matéria aborda a questão da construção sustentável com foco na energia renovável. Emprega a palavra sustentabilidade quando ressalta que o prédio foi construído pela instituição de ensino Centro Universitário de Maringá (Unicesumar), baseado nos conceitos de “sustentabilidade” (com o aproveitamento dos recursos naturais) e inovação tecnológica.

A outra publicação trata de um simpósio realizado em Maringá, no Paraná, para incentivar a expansão da cogeração de energia elétrica pelas usinas de açúcar e álcool do Paraná a partir do aproveitamento de bagaço e da palha de cana-de-açúcar. Apesar do conteúdo “energias renováveis”, a matéria só traz o termo sustentabilidade no fim da publicação, no parágrafo “Sediada em Londres, a ESG é uma consultoria que ajuda empresas, bancos e governos a identificar riscos de sustentabilidade e desenvolver estratégias para driblá-los e visualizar oportunidades de mercado”, por isso foi inserida no ODS 7.

A última matéria relacionada a este ODS, “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”, também acrescentada em outros objetivos, coloca em evidência o termo sustentabilidade com enfoque econômico, porém, fala sobre um programa de incentivo para empresas que promovem o uso de energias limpas, o que justifica sua inserção aqui. Dentro do contexto desse ODS e em vista das publicações atribuídas a ele, pode-se fazer uma relação com as metas: “Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global” e “Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética” (Nações Unidas no Brasil, 2015, s. p.).

Foi evidenciado que o maior número de matérias publicadas contemplou o ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Foram 15 notícias: “Pegou”, publicada em 22 de julho, “UEM abre turma do Bom Negócio Paraná”, publicada em 19 de setembro de 2015; “Programa Bom Negócio Paraná abre nova turma”, publicada em 20 de setembro de 2015; “Dia a Dia”, publicada em 21 de outubro de 2015; “Crise política”, publicada em 23 de outubro de 2015; “Dívida bruta do governo vai chegar a 71,1% do PIB”, publicada em 30 de outubro de 2015; “Sinduscon revela vencedores de prêmios dia 6”, publicada em 1 de novembro de 2015); “Ganhadores do prêmio Sinduscon serão conhecidos hoje à noite”, publicada em 6 de novembro de 2015; “A corrosão do valor”, publicada em 1 de dezembro de 2015; “Saídas”, publicada em 1 de dezembro de 2015; “Estado é o 2º mais competitivo, diz ranking”, publicada em 6 de janeiro de 2015; “Dilma pede “parceria” do Congresso para retomar crescimento do País”, publicada em 3 de fevereiro de 2016; “BRDE libera R\$ 180 milhões para setor rural”, publicada em 4 de fevereiro de 2016; “Nelson Barbosa vai à China participar de encontro do G20”, publicada em 21 de fevereiro de 2016; e “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”, publicada em 25 de fevereiro de 2016.

Dentro dos recortes feitos, foi expressiva a utilização da palavra sustentabilidade em um contexto econômico. Na maioria das notícias, o termo sustentabilidade está diretamente ligado ao crescimento financeiro do país ou de empresas. No contexto das matérias, a palavra não é retratada em seu conceito amplo que abrange as questões sociais, econômicas e ambientais, além da preocupação com as gerações vindouras.

Um exemplo encontrado foi a nota intitulada “Crise Política”, veiculada na seção – Caixa Postal – do jornal, no qual são publicadas mensagens recebidas de leitores. O trecho da nota que fala em sustentabilidade é o seguinte: “[...] técnicos capazes de oferecer sustentabilidade à administração pública, que hoje é deficitária em razão da incompetência administrativa e da colocação de interesses eleitoreiros acima dos da Nação”. No parágrafo

citado é nítido o significado do termo sustentabilidade restrito ao conceito de estabilidade financeira.

O texto, retirado da seção “Opinião”, em que um colunista escreve e se posiciona em relação a determinado assunto, que tem o título “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”, é um dos exemplos que extrapola o conceito estreito de sustentabilidade. A publicação aborda a questão do desenvolvimento sustentável que, segundo o autor, é visto “quase sempre sob o prisma da sustentabilidade econômica duradoura eminentemente financeira, numa visão expansionista da economia financeira nacional”. Em contraponto com a maioria das matérias veiculadas no jornal, esta ressalta que “não se pode esquecer que integra o conceito de sustentabilidade econômica a ideia de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades das gerações futuras”, podendo-se nominar como desenvolvimento aquele que “não esgota os recursos para o futuro.” A matéria ainda contempla o parágrafo que diz: “Portanto, toda ideia sobre sustentabilidade no desenvolvimento econômico de um país deve necessariamente contemplar, além da visão de cunho eminentemente econômico-financeiro, os aspectos relacionados ao não esgotamento das fontes e recursos ambientais, sem os quais os diversos setores produtivos são incapazes de atuar, mesmo que não lhes falte preparo empreendedor”.

O ODS 9 refere-se a área de Indústria, Inovação e Infraestrutura. A descrição deste objetivo conforme a ONU é “Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação”. “Dentro dessa perspectiva, observou-se que, entre as 40 matérias colhidas, oito abordam esse tema: “UEM abre turma do Bom Negócio Paraná” (publicada em 19 de setembro de 2015); Programa Bom Negócio Paraná abre nova turma”; “Audiência na Câmara debate questão do lixo” (publicada em 3 de outubro de 2015); “Sinduscon revela vencedores de prêmios dia 6” (publicada em 1 de novembro de 2015); “Ganhadores do prêmio Sinduscon serão conhecidos hoje à noite” (publicada em 6 de novembro de 2015); “A corrosão do valor” (publicada em 1 de dezembro de 2016); “Estado é o 2º mais competitivo, diz ranking” (publicado em 6 de janeiro de 2016); “Nelson Barbosa vai à China participar de encontro do G20” (publicado em 21 de fevereiro de 2016).

Nas reportagens “UEM abre turma do Bom Negócio Paraná” e “Programa Bom Negócio Paraná abre nova turma”, o assunto é a abertura de uma turma no Programa Bom Negócio Paraná. O objetivo do curso é “capacitar em áreas do conhecimento administrativo; fomentar o empreendedorismo e a inovação; aumentar a sustentabilidade das empresas; e promover o desenvolvimento da tripla hélice – integração entre as empresas, as instituições de ensino e o setor público”. As duas notas citam o termo sustentabilidade relacionado à

sustentabilidade empresarial, como forma de inovar. Em parte do ODS 9, a ONU cita, dentro desse objetivo que é preciso “apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities” por isso as matérias contemplaram esse ODS (Nações Unidas no Brasil, 2015, s. p.).

Na matéria intitulada “Audiência na Câmara debate questão do lixo”, o conteúdo ressalta a necessidade de “buscar avanços tecnológicos aos sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos”, por isso foi enquadrado no ODS 9, que trata da indústria, inovação e infraestrutura. A palavra sustentabilidade é empregada na frase “[...] obtendo apoio e financiamento para aquisição de equipamentos para possibilitar a sustentabilidade dos empreendimentos”. Nesse caso, o termo pode ter o significado de “manter estável”.

Já as matérias “Sinduscon revela vencedores de prêmios dia 6” e “Ganhadores do prêmio Sinduscon serão conhecidos hoje à noite” tratam do mesmo assunto – um prêmio dado as empresas da área da construção civil de Maringá, no Paraná, que se destacaram no ano de 2015. A palavra sustentabilidade é citada nas duas publicações para ressaltar uma das categorias da premiação. As avaliações para premiação são feitas, também, com base nas práticas de sustentabilidade aplicadas nas empresas. Como o ODS 9 fala sobre a promoção de empresas sustentáveis, elas foram enquadradas neste objetivo.

A publicação “A corrosão do valor” é a opinião do colunista Marco Aurélio Cremasco, inserida na parte cultural de O Diário. Este recorte expõe o significado de sustentabilidade atrelado ao conceito de Brundtland (WCED, 1987; CMMD, 1991), que pensa no comprometimento das necessidades das gerações futuras. A autora fala sobre o esquecimento, a inversão de valores éticos e expõe a importância das atitudes “hoje” para o futuro, o amanhã. O texto foi inserido no ODS 9, pois fala em desenvolvimento sustentável atrelado aos avanços políticos sociais e tecnológicos, inovação.

Apenas uma matéria foi englobada no ODS 10: Redução das Desigualdades. A publicação “Garantia de ginga e dança” (veiculada no dia 12 de fevereiro de 2016), inserida no espaço cultural de O Diário, ressalta um projeto de dança e capoeira. O termo sustentabilidade é empregado aqui no seguinte trecho:

“com edições anuais, desde 2005 o edital seleciona projetos de identificação, documentação e/ou melhoria das condições de sustentabilidade de conhecimentos tradicionais, modos de fazer, formas de expressão, festas, rituais, celebrações e lugares que abrigam práticas culturais coletivas vinculadas às tradições de comunidades de afrodescendentes, indígenas, de imigração, dentre outras.”

O modo como o termo foi empregado, no mínimo, confunde o leitor, já que não explicita o que o termo sustentabilidade quer dizer. De qualquer maneira, optou-se por incluir o recorte neste Objetivo, visto que, o conteúdo geral da matéria relaciona-se às metas:

Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra; e garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (Nações Unidas no Brasil, 2015, s. p).

No ODS 11, foram enquadradas quatro publicações: “Passeio ciclístico e show reúne 20 mil pessoas” (publicada em 22 de julho de 2016); “Unicesumar aposta na sustentabilidade” (publicada no dia 4 de setembro de 2015); “Audiência na Câmara debate questão do lixo” (publicada no dia 3 de outubro de 2015) e “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental” (publicada no dia 25 de fevereiro). A primeira matéria, apesar de não tratar explicitamente sobre mobilidade urbana foi definida dentro deste ODS por subentender a questão. A matéria “Unicesumar aposta na sustentabilidade”, já enquadrada no ODS 7, trata sobre a construção sustentável de um prédio e o principal objetivo do ODS 11 é tornar as cidades sustentáveis. Emprega-se a palavra sustentabilidade com o cunho de melhor aproveitamento dos recursos naturais.

A reportagem “Audiência na Câmara debate questão do lixo”, enquadrada também no ODS 7, traz o termo sustentabilidade, como já ressaltado neste artigo, com o significado de manter empreendimentos. Porém, no contexto geral da matéria se enfatiza a importância de soluções para o lixo da cidade de Maringá, no Paraná, o que mostra uma preocupação com o futuro da cidade, portanto foi inserida neste ODS.

A última publicação deste ODS, “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”, faz parte de uma coluna de opinião. O texto do advogado e diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Wilson Quinteiro, fala sobre sustentabilidade econômica, enfatizando que o conceito de sustentabilidade econômica está ligado a ideia de “desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras”, foi contemplado neste ODS, pois o conteúdo da publicação fala sobre a liberação de investimentos a fim de financiar a produção e o consumo sustentáveis e práticas de desenvolvimento urbano. No seu contexto amplo, o ODS 11 ressalta o objetivo de tornar as cidades sustentáveis.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis também está entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU. Foi possível enquadrar quatro publicações neste ODS que é o número 12. A matéria intitulada “Gastronomia responsável converge culinária e meio ambiente” (publicada em 5 de fevereiro de 2016) consegue compreender mais de um argumento apresentado neste Objetivo. O recorte colhido mostra um panorama geral dos problemas gerados pela gastronomia, abrangendo desde a contaminação das águas pelo óleo usado na cozinha, o desperdício com alimentos, o gás carbônico emitido no transporte da comida, o uso de insumos químicos, até mesmo a utilização de espécies ameaçadas de extinção. Além disso, são apresentadas soluções para amenizar os problemas citados. O discurso foi apresentado no caderno especial sobre gastronomia, Viva Sabor e mostra a opinião de um autor, não necessariamente uma matéria jornalística. O trecho em que o termo sustentabilidade é empregado no texto diz: “Na prática, atitudes como reciclar o lixo, o óleo de cozinha, o cultivo de hortas domésticas, compostagem e o reaproveitamento de sobras são alguns dos atos que asseguram a sustentabilidade culinária e, por extensão, reduzem as agressões ao meio ambiente”. Entre as metas que compreendem o ODS 12 é possível relacionar com a matéria os itens, que falam sobre reduzir o desperdício de alimentos; alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos e, reduzir a geração de resíduos por meio da reciclagem e reuso.

Outra publicação que se apropria deste ODS é o recorte intitulado “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental” (publicado em 25 de fevereiro de 2016). O texto também é opinativo e compõe o espaço destinado para isso no jornal. A palavra sustentabilidade aparece três vezes na publicação. Em todas elas, o termo é associado à questão econômica, porém ampliando a conotação de que a sustentabilidade econômica abrange aspectos relacionados ao não esgotamento das fontes e recursos ambientais. O período que mais explicita isso é: “No entanto, não se pode esquecer que integra o conceito de sustentabilidade econômica a ideia de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades das gerações futuras, podendo-se nominar como desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”.

No transcorrer do texto é enfatizado um programa voltado a empreendimentos com características socioambientais, que disponibiliza verba para práticas de desenvolvimento sustentável – econômico, ambiental e social. Em virtude disso, a publicação foi enquadrada neste ODS, que tem entre as finalidades propostas “incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios” (Nações Unidas no Brasil, 2015, s. p.).

A publicação “Para beber cidadania na praça” (publicada em 30 de setembro de 2015) apenas descreve a palavra sustentabilidade para citar o cargo de uma entrevistada que é – gerente de Comunicação Externa e Sustentabilidade. A matéria foi enquadrada neste ODS e também no ODS 4. Durante a reportagem é evidenciada uma ação feita em uma praça da cidade de Maringá. Entre as atividades promovidas estão a oficina de reciclagem. Uma das metas do ODS 12 ressalta a redução de geração de resíduos por meio da reciclagem, por isso a matéria foi enquadrada neste objetivo.

A última matéria com título “Sustentável” (publicada em 18 de novembro de 2015) é uma nota que apenas cita a palavra sustentabilidade para definir que um hotel trabalha com o “conceito de sustentabilidade”. Não explica que conceito é esse, porém, subentende-se, através do conteúdo publicado, que é o conceito de consumo e produção responsáveis.

Outro Objetivo do Desenvolvimento Sustentável que contemplou duas publicações foi o 13, que trata do Combate às Mudanças Climáticas. Uma das ações é tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. Ressalta-se essa questão na matéria “Gastronomia responsável converge culinária e meio ambiente” (publicada em 5 de fevereiro de 2016). Parte do texto destaca a preocupação com o gás carbônico emitido pelo transporte de alimentos, um dos componentes químicos responsáveis pelo aquecimento global. Dentro do mesmo âmbito, a publicação “Nelson Barbosa vai à China participar de encontro do G20” traz discussões sobre os financiamentos de projetos com baixa emissão de carbono.

O último ODS, de número 17, parcerias pelas metas, contemplou uma nota intitulada de “Local”, que cita que “um fórum sobre sustentabilidade deve acontecer no Stade de France”. O recorte não se aprofunda sobre o que o Fórum vai tratar, mesmo assim, optou-se por inserir essa nota no ODS 17, visto que o objetivo reforça a parceria global para o desenvolvimento sustentável, parceria esta evidenciada nesses Fóruns.

## 5. DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados, pode-se inferir que o termo “sustentabilidade”, em nenhuma das 40 matérias selecionadas, enquadrou todos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, o que, de certa forma, já era esperado. A análise mostrou que o discurso da sustentabilidade em O Diário não expõe o significado completo da palavra. Isto é, percebe-se que a essência do termo ainda não é uma realidade assumida pela mídia e isso pode estar se refletindo na falta de ações concretas para se garantir um futuro pleno, como lembram Kunsch e Oliveira (2009). A pesquisadora coloca que, na sociedade global, a incorporação e

assimilação da sustentabilidade na forma ampla ainda tem um longo caminho a percorrer e a comunicação é um instrumento importante para conscientizar a população em geral de que “o atendimento às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro é uma tarefa de toda a sociedade mundial e não só de uma pessoa, de uma só organização e de um só país” (KUNSCH; OLIVEIRA, 2009).

Para Bueno:

A comunicação da (e para a) sustentabilidade deve estar respaldada em conceitos adequados para que possa efetivamente contribuir para o debate da questão ambiental. Particularmente, precisa incorporar uma perspectiva política, buscando mobilizar, conscientizar além de informar sobre conceitos e processos porque, fundamentalmente, este é o papel que pode desempenhar para alterar o cenário desfavorável que tipifica a relação atual da sociedade, e do mercado com o meio ambiente (2012, p. 5).

Portanto, é importante que a mídia mostre o conceito de sustentabilidade em sua forma ampla para que as pessoas possam, a partir dessa definição, realizar ações efetivas de preservação do planeta e respeito à vida.

Notou-se que as matérias que tratam de economia foram as que mais usaram o termo sustentabilidade. Porém, diferente do que propõem os ODS, esses textos têm foco em um contexto financeiro. Na matéria “Dívida bruta do governo vai chegar a 71,1% do PIB”, por exemplo, o parágrafo que traz o termo “sustentabilidade” é o seguinte: O rompimento da barreira dos 70% traz riscos maiores para o Brasil, porque esse é um dos principais indicadores de robustez e sustentabilidade das finanças de um país observados pelas agências internacionais de rating.

É possível notar que o modo como é empregada a palavra sustentabilidade reduz o conceito do termo à vertente econômica relegando a perspectiva ambiental e social. Neste ponto de vista, o termo sustentabilidade está relacionado, de forma estreita, com “a capacidade de ser um empreendimento sustentável, que se pode manter mais ou menos constante ou estável, por um longo período, sendo tal estabilidade em termos institucionais, técnicos, políticos e financeiros” (ARAÚJO, MELO, SCHOMMER, 2005). Ainda dentro dessa definição, a sustentabilidade financeira é a capacidade de gerar recursos para remunerar os fatores de produção, repor os ativos usados e investir para continuar competindo (BARBIERI, et al., 2010).

Assim, reforça-se que, na análise do conteúdo realizada no Jornal O Diário, *corpus* deste trabalho, há uma limitação do discurso de sustentabilidade nos textos que apontam para o viés econômico. Essa questão é evidente nas matérias enquadradas no ODS 8, que teve o

maior número de ocorrências: “UEM abre turma do Bom Negócio Paraná”, “Programa Bom Negócio Paraná abre nova turma”, “Dia a Dia”, “Crise política”, “Dívida bruta do governo vai chegar a 71,1% do PIB”, “Sinduscon revela vencedores de prêmios dia 6”, “Ganhadores do prêmio Sinduscon serão conhecidos hoje à noite”, “A corrosão do valor”, “Saídas”, “Estado é o 2 mais competitivo, diz ranking”, “Dilma pede “parceria” do Congresso para retomar crescimento do País.”, “BRDE libera R\$ 180 milhões para setor rural”, “Nelson Barbosa vai à China participar de encontro do G20”, “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”.

Pearce (1989) chama atenção, no entanto, para o conceito de desenvolvimento econômico sustentável, que diz respeito diretamente à melhoria do nível de vida dos pobres, a qual pode ser medida quantitativamente em termos de aumento de alimentação, renda real, serviços educacionais e de saúde, saneamento e abastecimento de água etc., extrapolando a questão do crescimento econômico. Esta reflexão coaduna, em termos gerais, com a disseminada pela ONU, que preconiza como objetivo primeiro reduzir a pobreza absoluta do mundo, propiciando meios de vida seguros e permanentes que minimizem a exaustão de recursos, a degradação ambiental, a disrupção da cultura e a instabilidade social.

No documento de divulgação dos ODS, o aspecto mais valorizado é a conquista do equilíbrio social. A questão econômica aparece em seguida como balizadora da inserção social e como parâmetro fundamental para minimizar os riscos ambientais ao planeta e à vida. Vale ressaltar aqui que, em nenhuma das matérias colhidas durante o tempo de pesquisa, enfatizou-se o extermínio da pobreza como parte do termo sustentabilidade. Apesar da importância dada ao objetivo pela ONU, os recortes ignoram esta meta para o desenvolvimento sustentável.

O termo sustentabilidade atrelado à área de Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9) também foi verificado em diversas matérias. Atualmente, vemos que as empresas estão se relacionando com a ideia estreita de sustentabilidade por causa da exposição na mídia e o apelo para o ecologicamente correto, com a finalidade básica de conquistar consumidores. Isto é, qualquer organização tem como foco o retorno financeiro do que foi investido e produzido. Para isso, são utilizados muitos meios de superar a concorrência. No entanto, com as mudanças em sentido global, além dos fatores econômicos e estruturais, outros começam a fazer parte das estratégias das empresas como as questões do meio ambiente natural e social. Seguindo os documentos internacionais, a comunicação organizacional das empresas utiliza os apelos da sustentabilidade para atrair atenção. “Vendem” como diferencial processos produtivos inovadores para passarem a imagem de serem ecologicamente sustentáveis (CORAL, 2002). Isso é visto na reportagem intitulada “Para beber cidadania na praça”.

Porém, estas medidas não devem ser apenas apelos de marketing, devem fazer parte efetiva de ações que promovam uma atividade econômica condizente com o social e o ambiental.

Outro achado importante desta pesquisa foi o fato do termo sustentabilidade ter sido abordado em matérias de cunho gastronômico mais de uma vez. Isso mostra a abrangência da palavra, mas também se aproxima da reflexão de Yurtseven, que ressalta que a experiência gastronômica tomou proporções amplas na sociedade, visto que seu grande impacto econômico, cultural e de saúde, assim como os altíssimos impactos na agricultura extensiva que coloca em cheque o meio ambiente (YURTSEVEN, 2011).

Desta forma, a área ganhou notabilidade nas discussões sobre sustentabilidade. As ações no setor de gastronomia, como o reaproveitamento do lixo orgânico, o descarte correto do óleo de cozinha, entre outras atitudes, fazem parte, inclusive, das metas da ONU do ODS 12: “Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso” (Nações Unidas no Brasil, 2015, s. p.).

Interessante destacar que, nesta pesquisa, a reportagem que mais englobou os ODS foi nesta área: “Gastronomia responsável converge culinária e meio ambiente”. Apesar de a matéria estar inserida no caderno específico sobre gastronomia e fazer parte do gênero opinião do jornal, ela abrange questões amplas sobre sustentabilidade. É possível perceber a preocupação com a questão do manejo sustentável da água, com a geração de resíduos, a reciclagem e o reuso com as mudanças climáticas e também com o combate à fome. Entretanto, o texto também deixa de lado o ODS nº 1 da erradicação da pobreza.

Esse destaque leva a considerar outra questão importante nesta análise: as matérias encontradas em cadernos especiais abordaram melhor a questão da sustentabilidade do que reportagens inseridas nas páginas gerais do O Diário. Isso nos leva a refletir sobre o fato de que os jornalistas podem não estar preparados para falar da questão, tornando a abordagem da questão ambiental na mídia rasa, superficial.

O desenvolvimento sustentável é quase sempre apresentado de forma resumida (BUENO, 2012). Um exemplo é a matéria intitulada “Passeio ciclístico e show reúnem 20 mil pessoas” que cita o ciclismo como um componente econômico importante, e não apenas uma questão de sustentabilidade. A notícia não explica o contexto de sustentabilidade no âmbito da mobilidade urbana, além de colocar a sustentabilidade em segundo plano, exaltando apenas a questão econômica.

Faria e Meneghetti (2001) alertam para o fato de que, o discurso midiático, precisa ser revisto e levado em consideração o conteúdo conceitual do vocabulário utilizado. Trigueiro (2008) colabora com essa argumentação expondo que os temas que envolvem a

sustentabilidade não deve ser tratado periféricamente como ocorre hoje em dia, deve ser inserida na agenda da mídia a enorme gama de fatores sociais e ambientais que podem garantir um futuro sustentável, além dos argumentos econômicos.

Para Leal Filho (2000), o significado da palavra sustentabilidade é subestimado. O autor coloca que uma maior consciência sobre o termo entre o público só pode ter uma expectativa realista, se a mídia comunicar melhor. Por exemplo, na matéria “Sustentável”, a palavra é empregada no trecho em que diz que o hotel “trabalha o conceito de sustentabilidade como poucos”, porém, em nenhum momento, o autor do texto cita qual é esse conceito.

Segundo Steigleder (2015, p.30), “é possível entender que os problemas ambientais globais são relacionados entre si e que nem sempre os produtos jornalísticos são bem sucedidos em comunicar à sociedade a dimensão que os impactos pontuais causados pela atividade humana podem ocasionar aos ecossistemas em totalidade”.

A falta de aprofundamento nas reportagens da mídia impressa sobre o cerne da sustentabilidade repassa ao leitor uma visão aparente do termo, não agregando a dimensão real da palavra e, com isso, o afasta do possível engajamento às causas ambientais, deixando em segundo plano o papel da população para a conservação do planeta. Para Bueno (2012), a comunicação da (e para a) sustentabilidade deve estar respaldada em conceitos adequados para que possa efetivamente contribuir para o debate da questão ambiental e, para isso, é necessária a mudança da racionalidade econômica para a racionalidade ambiental.

Neste cenário, volta-se a destacar a dificuldade dos profissionais lidarem com essa cobertura. Esse problema começa com a confusão em utilizar termos técnicos. Barry (2003) enfatiza que é necessário que se passe “de um discurso de elites para um discurso mais aberto e acessível para a comunidade”. Bueno corrobora com Barry quando ressalta que o comunicador assume o compromisso de informar desde o letrado ao agricultor, do empresário ao pescador, do biólogo ao seringueiro, evitando a chamada “lattelização das fontes” (BUENO, 2007).

A verdadeira comunicação para a sustentabilidade se enquadra, assim, numa concepção de saber ambiental que promove o encontro de tradições e formas de conhecimento legitimadas por diferentes matrizes de racionalidade, por saberes arraigados em identidades próprias que não só entram em jogo num processo de tomada de decisões, mas que ‘se hibridam’ na co-determinação de processos materiais (LEFF, 2010).

O significado de sustentabilidade nas organizações, enfim, é vinculado a expressões ligadas ao consumo, ao ciclo de vida do produto, índices aceitáveis de poluição/resíduos; sem, no entanto, incorporar as concepções que esses termos trazem do discurso ecológico, de

questionamento do modo de produção. “Ou seja, os signos são reproduzidos nos discursos organizacionais, mas lhes são conferidos novos significados” (CARRIERI, 2002).

É notória a falta de uma abordagem neutra sobre a questão ambiental. É nítido, em muitas ocasiões, o interesse dos veículos de comunicação em exaltar ou ocultar informações, o que acaba também sendo um obstáculo no claro entendimento do discurso e na concepção correta sobre sustentabilidade. Um exemplo é a nota “Bocejo”, que exalta a atitude de um político dormindo e deixa de lado o evento que aborda o tema sustentabilidade. E mais, acaba-se por se pensar na seleção que a mídia faz do que será ou não publicado: a *agenda setting*.

Santos (2006) argumenta que o modo como a mídia seleciona, edita e relata faz toda a diferença na assimilação de conceitos e fatos, levando-se em conta que “há sempre a escolha do repertório léxico e simbólico usado na representação de um fato”. Por exemplo, a possibilidade dos veículos de comunicação veicularem uma tragédia ambiental é bem maior do que uma ação de conscientização, isso porque chama mais atenção do público. É o critério da noticiabilidade, isto é, a capacidade de uma notícia atrair leitores ou espectadores. Em outras palavras:

A forma como a questão ambiental é enfocada pela mídia faz com que possamos deduzir que falta neutralidade na discussão do assunto. Explora-se o sensacionalismo de forma exacerbada na mídia quando ocorre um acidente ambiental, sendo que muitas vezes os agentes causadores é que financiam o quarto poder, para que o mesmo direcione as notícias de acordo com seus interesses. O papel da mídia é informar e sensibilizar a comunidade diante de qualquer acontecimento, promovendo a integração social (LOPES; SCHEFFER; BERTÉ, 2014, s. p.).

Mas o interesse econômico esconde essa responsabilidade, fazendo com que não haja um discurso abrangente, complexo e explicativo da mídia para o público. A falta da relação das reportagens analisadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU ou a abordagem superficial de apenas um ou alguns deles, mostra o despreparo de O Diário para tratar do tema sustentabilidade e desmarcara o interesse comercial e de agendamento do veículo, visto que o objetivo mais citado nas notícias é o do crescimento econômico.

Nas matérias enquadradas no ODS 4, que trata de educação, a sustentabilidade aparece como coadjuvante. Em uma das matérias, o termo é observado apenas na legenda de uma foto; na outra, só no cargo de uma funcionária citada na notícia, sem contextualização, já que não explica o sentido amplo da palavra.

Belmonte (2004) expõe que a imprensa também precisa assumir a responsabilidade de educar e transformar e, neste caso, o repórter perdeu uma grande oportunidade de definir o

termo sustentabilidade para os leitores, aproveitando que estava imerso num espaço que tinha como foco a educação. Luft (2005) corrobora afirmando que os veículos de comunicação não devem se restringir apenas ao papel de informar sobre avanços científicos e tecnológicos, mas devem, também, assumir um caráter educativo que possa contribuir para os avanços na sociedade (LUFT, 2005). O público, nessa visão é visto como ator para uma mudança em prol do desenvolvimento sustentável, por isso, a importância de se falar em educação relacionada à questão ambiental na mídia.

A educação das pessoas para que haja mudanças sociais fomenta conhecimentos de diversas vertentes sobre a sustentabilidade, criando embates políticos necessários e inevitáveis, para percorrer os caminhos teóricos da produção dos sentidos do desenvolvimento humano, ecológico ou econômico”, aponta Novaes (2007). Em resumo, o saber ambiental é um caminho necessário para que as comunidades alcancem suas potencialidades e reconstruam estratégias de reapropriação do mundo e da natureza (LEFF, 2010).

De acordo com Girardi e Schwaab (2008), o entendimento do papel do jornalismo como forma de conhecimento permite um elo com os pressupostos da educação ambiental, que tem como principal objetivo o pleno exercício da cidadania e o acesso à informação de modo a subsidiar um modo de pensar, aí sim, sustentável em todo potencial da palavra.

A Lei nº 9.795/99, da Educação Ambiental, traz em seu artigo terceiro, no parágrafo quatro, que cabe “aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação” (BRASIL, 1999, s/p).

Esse cenário, segundo a literatura consultada para esta pesquisa, não preocupa só Maringá, como levantado na introdução deste artigo. Barranquero e García (2014) analisaram nove anos de artigos publicados em revistas sobre comunicação e jornalismo ambiental, entre 2005 e 2013, na Espanha. Os autores procuraram no material várias palavras-chaves, entre elas, sustentabilidade. A pesquisa revelou que o jornalismo focado no desenvolvimento sustentável ocupa um lugar pouco relevante nas revistas espanholas e não percebe-se um possível crescimento do número de matérias tão cedo. Também ressaltam a falta de matérias aprofundadas, acrescentando que a maioria dos assuntos abordados são relacionados à mudança do clima e catástrofes ambientais, deixando de lado outras abordagens importantes como as questões de educação e tecnologia.

Triandafyllidou (1996) realizou um estudo sobre a análise do discurso da cobertura da imprensa sobre questões ambientais na Itália. Foi revelado que o trabalho jornalístico era incipiente já que não discutia a origem dos problemas, nem as resoluções destes.

Aqui no Brasil, podemos citar a pesquisa de Silva e Bortoliero (2010), que investigou os dois principais veículos impressos da Bahia: A Tarde e Correio da Bahia, entre os meses de julho de dezembro de 2009, quando foram colhidas 150 matérias, em 41 exemplares dos jornais.

No Correio a maior parte da cobertura ambiental foi publicada através de notas (53%), apenas 17% das matérias eram reportagens, que são mais extensas e podem conter todas as problemáticas que cercam a questão ambiental. Já o jornal A Tarde englobou a cobertura ambiental com mais reportagens – 47% e 33% eram notas. Os autores ressaltam que, apesar da ênfase nas reportagens, A Tarde pouco se aprofunda nos assuntos e mostra, quase sempre, matérias superficiais. Já o Correio coloca a temática ambiental em um lugar secundário de forma muito clara em texto que ocupam muito pouco espaço no jornal.

A mesma situação ocorreu com as matérias coletadas em O Diário. Das 40 publicações colhidas na pesquisa, 14 foram notas. As publicações que falaram do partido político Rede Sustentabilidade foram nove. As publicações enquadradas na seção opinião, que não são reportagens, pois tratam da posição dos autores, foram ao todo cinco mostrando o pouco “investimento” em pautas sobre sustentabilidade e ambiente.

Santos (2006) identificou em uma pesquisa feita, (entre outros jornais), com 64 recortes de O Estado de S. Paulo, durante o primeiro trimestre de 2006, que o Estadão tem pouco material de cunho socioambiental. Santos ressalta que “artigos sobre gás, petróleo e energia, por exemplo, se restringem aos aspectos econômicos ou políticos (tanto nas notícias nacionais como internacionais), com praticamente nenhuma evidência da questão socioambiental, proposta pelo termo sustentabilidade. O contexto político, por sua vez, também não demonstra uma análise mais crítica dos temas.” No contexto desta pesquisa, isso também foi verificado através da relação das matérias com os ODS da ONU.

Uma pesquisa que se assemelha mais de perto com a aqui apresentada foi realizada por Caron e Lopes (2014). As autoras analisaram os jornais O Estado de São Paulo (entre 8 de outubro de 2007 a 16 de novembro de 2007) e a Folha de São Paulo (entre 4 de junho de 2009 e 10 de dezembro de 2009). Ao todo foram lidos 184 textos. Assim como o resultado encontrado nesta investigação, Caron e Lopes concluíram que “não houve contextualização ao leitor, de forma clara e precisa, do tema da sustentabilidade ou a ele tangente; os textos jornalísticos são negligentes pois incipientes as abordagens que fazem dos temas que envolvem a discussão sobre a sustentabilidade e a permeiam ou deveriam permeiar” (2014).

Percebe-se que a mídia impressa ainda está longe de apresentar um contexto mais aprofundado do termo sustentabilidade e que falta uma preocupação em repassar ao leitor matérias que expliquem a abrangência do termo.

## 6. CONCLUSÃO

Por meio da análise de conteúdo das 40 publicações selecionadas a partir de uma busca com descritor “sustentabilidade”, retiradas do jornal O Diário, entre setembro de 2015 e fevereiro de 2016, pode-se compreender que a abordagem adotada pela mídia impressa de Maringá em relação ao conceito de sustentabilidade proposto pela ONU, por meio dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), é rasa e não constrói o significado do termo sugerido pelo documento global. Nenhum dos recortes englobou todos os ODS e cinco categorias de ODS ficaram sem contemplar matérias.

Desta forma, o discurso midiático sobre sustentabilidade está sendo elaborado pela mídia impressa local de Maringá sem sintonia com o documento da ONU sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), no qual estão propostas 17 áreas que devem ser cuidadas para que se garanta a efetiva sustentabilidade em nível mundial.

O conceito amplo de sustentabilidade que engloba as questões econômica, social e ambiental em um processo que supre as necessidades da população atual e não causa prejuízos para as próximas gerações, apenas é ressaltado em duas publicações colhidas. Observou-se, na maioria dos recortes, que falta uma preocupação da mídia impressa de expor a abrangência do termo sustentabilidade, conforme o documento da ONU. Ressalta-se a falta de preocupação do jornal analisado em divulgar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, visto que, em grande parte do material, era possível divulgar as metas propostas pela ONU e sua importância para o desenvolvimento sustentável.

Ficou constatado o uso do termo sustentabilidade em vários contextos que fogem do verdadeiro significado, usando a palavra de forma errada ou colocando a sustentabilidade em um plano secundário, quando deveria ganhar destaque. A questão econômica, financeira e empresarial foi evidenciada, visto que, a maioria das matérias colhidas foi enquadrada nos ODS que tratam desses assuntos.

A falta de abordagem de alguns Objetivos chamou a atenção, como a erradicação da pobreza, vida debaixo da água e vida sobre a terra, já que são assuntos conhecidos quando se fala em o meio ambiente e sustentabilidade.

O espaço que o tema ganhou durante o período de pesquisa no jornal também pode ser considerado medíocre, em relação à importância do assunto. Mais da metade das publicações foram notas, opinião de colunistas ou estavam relacionadas ao Partido Sustentabilidade.

É inegável o papel que a mídia, em especial a mídia impressa, tem no sentido de contribuir com a concepção que o público tem em relação ao termo sustentabilidade. Portanto, é essencial que a palavra seja utilizada de forma plena, para o discernimento e compreensão do leitor. A divulgação dos ODS ao público de maneira correta e não superficial, pensando na globalidade do que se entende dessas metas é necessária para que haja uma conscientização e uma busca por ações sustentáveis, na prática. Isso é possível através da conquista por mais espaço na mídia para tratar o tema, por meio de uma abordagem mais aprofundada dos jornalistas sobre sustentabilidade e, se por outro lado, as empresas se engajarem na luta pela causa. Os dados analisados mostram que é preciso um comprometimento maior dos veículos de comunicação no sentido de investigação do termo sustentabilidade, baseado nos ODS apresentados pela ONU, para que surjam transformações, mudanças coletivas, na busca pela verdadeira sustentabilidade.

## 7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Zilda Aparecida Freitas. A Gestão da Ética Organizacional: possibilidades de atuação dos profissionais de comunicação organizacional e relações públicas. *In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba, 4 a 7 de set., 2009.

ARAÚJO, Edgilson T.; MELO, Vanessa P.; SCHOMMER, Paula C. O Desafio da Sustentabilidade Financeira e suas Implicações no Papel Social das Organizações da Sociedade Civil. *In: V Conferência Regional de ISTR, "Sociedad civil, participación ciudadana y desarrollo"*, Lima, Peru, 2005.

BARBIERI, José Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de; ANDREASSI, Tales; VASCONCELOS, Flávio Carvalho. Inovação e sustentabilidade: Novos modelos e proposições. *Revista de Administração de empresas*. v. 50, n. 2, p. 146-154, jun. 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições, 1979.

BARRANQUERO, Alejandro Carretero, Beatriz Marín García. *La investigación en comunicación y periodismo ambiental em España*. Disponível em <http://www.isd.fundacion.org/publicaciones/revista/numeros/12/secciones/tematica/t-14-investigacion-comunicacion-ambiental.html>. Acesso em: 19 out. 2016.

BARRETO, Emanuel Francisco Pinto. *Eleições para o Governo do RN 2002 - A Cobertura do Diário de Natal/O Poti: os discursos, as manchetes*. Natal, Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, 2004.

BARRY, J. Communicating a politics of sustainable Development. In: *ENCYCLOPEDIA of Life Support Systems (EOLSS)*. Oxford, UK: Eolss Publishers, 2003. *Developed under the auspices of the UNESCO*. Disponível em: <http://www.eolss.net/>. Acesso em: 19 out. 2016.

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio. *Formação & Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2004.

BRITTO, Fábio Henrique Fagundes de; LUIZ, Diana Lourenço. *Sustentabilidade: tema-chave para as assessorias de imprensa*. Uberlândia: Intercom, 2015.

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e Sustentabilidade: aproximações e rupturas*. Disponível em: [http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/05\\_Costa\\_M79.pdf](http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/05_Costa_M79.pdf). Acesso em: 19 out. 2016.

CARNEIRO, Virgínia Conceição Vasconcelos. *A análise do discurso como instrumento de pesquisa para os estudos em sustentabilidade*. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ81.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

CARON, Monica Filomena; LOPES, Gabriela Rosa. *Identificando o tema da sustentabilidade em textos jornalísticos: Análise indiciária*. Florianópolis: Interthesis, 2014.

CARRIERI, A. de P. O meio ambiente: discurso consistente ou retórica? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, v. 1, n. 3, p. 15-31, set./dez. 2002.

CHARAUDEAU, P. O que quer dizer informar: dos efeitos de poder sob a máscara do saber. In: *Discurso das mídias*. Trad. de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. *Iniciação a sistemas, organização e métodos*. Barueri: Manole, 2010.

COHEN, Bernard. *The press and foreign policy*. New York: Harcourt, 1963.

CORAL, Elisa. *Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – UFSC, 2002.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Discursos Organizacionais. In: *Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, 25, Campinas. Anais... Campinas, ANPAD, 2001.

FERNANDES, M. A. *Sustentabilidade financeira*. Proposta de indicador de sustentabilidade financeiro aplicável às micro e pequenas empresas. Campo Limpo Paulista, Tese (Mestrado de administração das micro e pequenas empresas) – Faculdade de Campo Limpo Paulista, 2011.

GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R. T. (Org.). *Jornalismo ambiental: desafios e reflexões*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

GODEMANN, Jasmin; MCHENSEN, Gerd. (Editors). *Sustainability Communication: Interdisciplinary Perspectives and Theoretical Foundations*. Springer, 2010.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. in BECKER, B. ; MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

KAUFMANN, Cristiane. Estudos culturais, mídia e meio ambiente: tecendo saberes para uma cultura ambiental. In: *Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador, 27 a 29 de mai., 2009.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling; OLIVEIRA, Ivone Lourdes Oliveira. *A comunicação na gestão da sustentabilidade*. São Caetano do Sul: Difusão, 2009.

LEAL FILHO, Walter. *Dealing with misconceptions on the concept of sustainability*. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.474.4708&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

LEFF, Enrique. *Discursos sustentáveis*. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Fabiana Crivano; SCHEFFER, Rosely; BERTÉ, Rodrigo. A indústria da catástrofe fortalecida pelo quarto poder. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 4, p. 124-137, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.

LUFT, Schirley. *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas*. São Paulo: Anna Blume, 2005.

MANIERI, T.; BARNETT, E.; VALDERO, T., UNIPAN, J.; OSKAMP, S. *Green buying the influence of environmental concern on consumer behavior*. *The Journal of Social Psychology*; Philadelphia 137.2 (Apr 1997): 189-204.

MARCOMIN, F. E; SILVA, A. D. V. A sustentável leveza da universidade. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. (Org.). *Sustentabilidades em diálogos*. Itajaí: Univali, 2010.

NOVAES, Adauto. *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007

PEARCE, David; MARKANDYA, Anil; BARBIER, Edward B. *Blueprint for a green economy*. 4. ed. Londres, The London Environmental Economics Centre for the UK Department of the Environment Earthscan Publications Ltd., 1989.

SANTOS, Luciane Lucas dos. O enquadramento midiático da sustentabilidade e o papel da mídia na assimilação social do consumo sustentável. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Brasília/DF, 06 a 9 de set., 2006.

SILVA, Raiza Tourinho dos Reis. BORTOLIÉRO, Simone Terezinha. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: *XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. Campina Grande/PB, 10 a 12 de jun., 2010.

STEIGLEDER, Debora Gallas. *O jornalismo e a cidade em Construção: o discurso ambiental do jornal Zero Hora sobre as obras da Copa do Mundo de 2014*. Porto Alegre, Tese (Mestrado em Comunicação e Informação) – UFRS, 2015.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. v. 01. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIANDAFYLLIDOU, Anna. *'Green' corruption in the italian press: does political culture matter?* Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0267323196011003005>. Acesso em: 19 out. 2016.

TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

YURTSEVEN, H. R. *Sustainable Gastronomic Tourism in Gokceada, local and authentic perspectives*. International Journal of Humanities and Social Science, v. 1, n. 18, 2011.

Sites consultados:

<https://dicionariodoaurelio.com/>

<http://exame.abril.com.br/brasil/as-melhores-e-piores-cidades-do-pais-para-criar-seus-filhos/>

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/quatro-das-melhores-cidades-do-sul-para-se-viver-sao-do-parana-1o2i9irxyh4dipg5wxzkfemo>

<https://nacoesunidas.org/pos2015/>

<http://www.onu.org.br/rio20/tema/desenvolvimento-sustentavel/>

## 8 NORMAS DO ARTIGO

Desenvolvimento e Meio Ambiente. ISSN: 1518-952X, eISSN: 2176-910

### Escopo da Revista

A revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente* é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os principais objetivos da revista são publicar artigos de qualidade sobre temas socioambientais nos âmbitos local, nacional e internacional e divulgá-los amplamente em vários circuitos acadêmicos. Ancorado em uma perspectiva interdisciplinar, o foco central da revista é a discussão de problemáticas que se inscrevam na intersecção entre sociedade e natureza. Seu foco socioambiental busca uma visão inovadora, multidimensional e abrangente, que se origine em um diálogo profundo entre os vários campos do conhecimento científico. Artigos de caráter estritamente disciplinar ou de natureza exclusivamente técnica deverão ser encaminhados para outros periódicos e não serão considerados para publicação, independentemente da sua qualidade.

### Tipos de publicação

A *Desenvolvimento e Meio Ambiente* é uma revista eletrônica (*online*), disponível para consulta e submissão no endereço [www.ser.ufpr.br/made](http://www.ser.ufpr.br/made). Recebe os trabalhos em fluxo contínuo e eventualmente organiza dossiês temáticos publicados junto aos volumes regulares ou em volumes especiais. São aceitos: (i) artigos originais e de revisão; (ii) ensaios; (iii) resenhas de livros publicados recentemente; e (iv) conferências. Eventualmente a revista republicará artigos de grande interesse, traduzidos ou não. Neste caso, os responsáveis pela tradução e submissão do artigo devem informar aos Editores que possuem autorização do(s) autor(es) e/ou da revista onde foi publicado para a republicação do artigo, traduzido ou na língua original.

### Regras e políticas

A submissão e o acompanhamento do processo de avaliação dos trabalhos enviados a *Desenvolvimento e Meio Ambiente* serão feitos exclusivamente através do Sistema Eletrônico de Revistas – SER da UFPR, no endereço eletrônico [www.ser.ufpr.br/made](http://www.ser.ufpr.br/made). É necessário que pelo menos um dos autores faça um CADASTRO prévio no sistema antes da submissão, marcando a opção AUTOR. Um dos autores deverá ser designado como Autor de Correspondência, o qual ficará responsável pela comunicação via email. Não serão aceitos trabalhos submetidos via email ou correio. Caso o autor não consiga acessar adequadamente o sistema, deve entrar em contato com os Editores pelo email: [revistamade@gmail.com](mailto:revistamade@gmail.com). Os trabalhos submetidos não devem estar em avaliação por qualquer outra revista e devem ter sido aprovados pelos autores. Ao concluir a submissão de um trabalho, todos os autores automaticamente aceitam as regras e políticas aqui apresentadas. É função dos Editores avaliar preliminarmente o conteúdo do trabalho submetido e, caso haja restrições à publicação, não designá-lo para avaliação por pares, o que será comunicado aos autores. Os Editores poderão também realizar ou solicitar, quando julgarem necessário, pequenas modificações nos originais, visando uma melhor adequação aos padrões da revista. Artigos fora destas Normas para Publicação não serão aceitos. Os trabalhos aprovados pelos Editores para avaliação por pares serão encaminhados para, no mínimo, dois avaliadores colaboradores da revista. A avaliação é feita pelo processo duplo-cego, no qual os avaliadores não têm acesso ao(s) nome(s) do(s) autor(es) e vice-versa. O corpo de avaliadores da Revista é formado apenas por pesquisadores doutores de instituições brasileiras e estrangeiras. A avaliação é feita levando em conta o conteúdo, a estruturação do texto e a redação. Os avaliadores recomendarão a aceitação, a rejeição ou a solicitação de modificações obrigatórias. Cabe aos Editores a decisão final sobre a aceitação ou não do trabalho, com base nos pareceres emitidos pelos avaliadores. A situação dos artigos submetidos pode ser acompanhada através do sistema ([www.ser.ufpr.br/made](http://www.ser.ufpr.br/made)) com o login utilizado para a submissão. Os Direitos Autorais sobre trabalhos publicados nesta revista são do autor, com direitos de primeira publicação para a revista. O conteúdo dos trabalhos publicados é de inteira responsabilidade dos autores. Como a revista é de acesso público (*open access*), os trabalhos são de uso gratuito em aplicações educacionais e não-comerciais. Os nomes e endereços de email neste site serão usados exclusivamente para os propósitos da revista, não estando disponíveis para outros fins. Toda correspondência deverá ser encaminhada aos Editores, através do email [revistamade@gmail.com](mailto:revistamade@gmail.com) ou endereço a seguir:

Universidade Federal do Paraná – UFPR  
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente  
 Rua dos Funcionários, 1540 – Juvevê  
 CEP. 80.035-050 – Curitiba – Paraná – Brasil

### **Informações para submissão no sistema (SER)**

O(s) nome(s) do(s) autor(es) NÃO devem constar no arquivo do texto a ser submetido e serão inseridos no sistema durante o processo de submissão.

No “Passo 3. Metadados da submissão (Indexação)” do processo de submissão no sistema, as informações destacadas abaixo devem ser OBRIGATORIAMENTE preenchidas, para todos os autores, conforme orientação abaixo:

- a) Prenome, nome do meio e sobrenome: colocar o nome completo, sem abreviações, correspondente a cada campo.
- b) Email: email de contato do autor e que será posteriormente disponibilizado no arquivo final da publicação.
- c) URL: neste campo pode-se colocar o endereço do Currículo Lattes (ex. <http://lattes.cnpq.br/4038470820319711>), ou outro link para o Currículo do Autor ou, ainda, deixar em branco.
- d) Instituição/Afiliação: vínculo institucional do Autor (exemplos: Professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PPGMADE da Universidade Federal do Paraná – UFPR; ou Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PPGMADE da Universidade Federal do Paraná – UFPR; ou o cargo que possui em alguma instituição pública ou privada; etc.).
- e) País: país do vínculo institucional.
- f) Resumo da Biografia: indicar a formação do autor (área e instituição em que concluiu o respectivo curso) da graduação e da última titulação (indicando se especialização, mestrado ou doutorado).

### **Estrutura e formatação**

A *Desenvolvimento e Meio Ambiente* publica trabalhos em português, inglês, espanhol e francês. Os artigos devem ser enviados em sua língua original, sendo obrigatório título, resumo e palavras-chave na língua original, em português e inglês.

Devem ser digitados em OpenOffice ou MS Word (salvos na extensão .doc ou .docx), em tamanho de folha A4, margens superior e inferior de 2,5 cm e esquerda e direita de 3,0 cm, com 1,5 de espaço entre linhas, fonte Times New Roman tamanho 12, texto alinhado à esquerda e todas as páginas numeradas.

As tabelas e figuras devem estar numerados em algarismos arábicos, com legendas em fonte tamanho 10 e inseridos ao longo do texto, no primeiro ponto conveniente após sua primeira menção. São aceitas figuras coloridas, preferencialmente em formato JPEG, embora também sejam aceitáveis os formatos GIF, TIFF, BMP e PNG. Mapas e fotos são considerados Figuras e assim devem estar denominados no trabalho. No arquivo com o artigo para submissão, a qualidade das figuras deve ser suficiente para avaliação, mas, se necessário, pode ser inferior à versão final, de modo que o arquivo não ultrapasse 5 MB. Se o artigo for aceito, as figuras poderão ser novamente fornecidas em melhor resolução para a versão de publicação (no mínimo 300 dpi), devendo ser enviadas separadamente com a respectiva identificação (ex. Figura 1).

Os títulos das seções devem estar numerados em algarismos arábicos, destacados em negrito (ex. 1. Introdução), e as subseções, em qualquer nível, numeradas e apenas em itálico. Os artigos e ensaios não podem passar de 30 páginas, as resenhas de 5 páginas e as conferências de 20 páginas, incluindo figuras, tabelas, quadros e referências.

A estrutura dos artigos e ensaios deve ser a seguinte:

- a) Título na língua original, português e inglês.
- b) Resumo (com no máximo 300 palavras) na língua original, português e inglês, acompanhados de três a cinco palavras-chaves em cada um dos idiomas.
- c) Introdução.
- d) Corpo do artigo, com as seções julgadas pertinentes pelos autores.
- e) Agradecimentos (opcional).
- f) Referências.

As resenhas e conferências não necessitam apresentar a estrutura acima. No caso das resenhas, deve ser apresentada no início a referência completa da obra (conforme as normas para as referências abaixo) na língua original. Nas conferências deve ser indicado o evento, o local e a data em que foi proferida.

As notas de rodapé devem estar no fim da página (e não do documento) e numeradas em algarismos arábicos, fonte Times New Roman tamanho 10, alinhado à esquerda.

### **Citações e referências**

Deve-se evitar a citação de monografias, dissertações, teses, resumos e artigos completos publicados em anais de eventos, bem como relatórios de difícil acesso. Sempre que houver um número de DOI (Digital Object Identifier), indicá-lo ao final da referência. No caso de artigos sem DOI, mas disponíveis em endereços eletrônicos de revistas de livre acesso, indicar o link (“Disponível em: link”) ao final da referência.

As citações e referências devem seguir exemplos abaixo. As citações devem estar ordenadas pelo ano. Exemplos para as citações: “segundo Deléage (2007), Toledo & Barrera-Bassols (2009) e Pinheiro et al. (2010)...”; (Deléage, 2007; Toledo & Barrera-Bassols, 2009; Pinheiro et al., 2010); (Moran, 1994, p. 17); (Deléage, 2007a; 2007b). A lista de referências deve estar em ordem alfabética dos autores.

### **Livro**

Vinha, V. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Ostrom, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press, 1990.

Almeida, J. R. de; Bastos, A. C. S.; Malheiros, T. M.; Silva, M. da D. *Política e planejamento ambiental*. Rio de Janeiro: THEX Editora, 3. ed., 2004.

### **Capítulo de livro**

Faria, C. A. P. de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: Marques, E.; Faria, C. A. P. de F. (Orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 11-21, 2013.

Davidson-Hunt, I. L.; Berkes, F. Nature and society through the lens of resilience: toward a human-in-ecosystem perspective. In: Berkes, F.; Colding, J.; Folke, C. (Eds.) *Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change*. Cambridge University Press, 2003. p. 53-82.

### **Artigos de periódico**

Gadda, T. M. C.; Marcotullio, P. J. Changes in Marine Seafood Consumption in Tokyo, Japan. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 26, 11-33, 2012. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/26043/19669>

Walker, P. A. *Political ecology: where is the politics?* Progress in Human Geography, 31(3), 363-369, 2007. doi: 10.1177/0309132507077086

### **Teses e Dissertações**

Bitencourt, N. de L. da R. *A problemática da conservação ambiental dos terrenos de marinha: o caso da Orla do Canal da Barra da Lagoa, Ilha de Santa Catarina, Brasil*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, 2005.

### **Documentos em formato eletrônico**

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. *Status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo*, 2007. Disponível em: <[www.mct.gov.br/upd\\_blob/7844.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/7844.pdf)>. Acesso em: jan. 2008.

### **Constituição, Leis, Decretos e Resoluções**

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. 11. ed. São Paulo, Atlas, 1998.

Brasil. *Lei n.º 10.406*, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília: DOU de 11/1/2002.

Brasil. *Decreto n.º 5.300, de 7 de dezembro de 2004*. Regulamenta a Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília: DOU de 8/12/2004. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n.º 004, de 18 de setembro de 1985. Brasília: DOU de 20/1/1986.

### **Trabalhos em anais de congresso**

Moura, R.; Kleinke, M. de L. U. Espacialidades e institucionalidades: uma leitura do arranjo sócio-espacial e do modelo de gestão das regiões metropolitanas do sul do Brasil. In: *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*. Petrópolis, 24 de out., 2000.

### **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. O trabalho submetido é original e inédito, e não está sendo avaliado para publicação em outra revista; caso contrário, justificar em “Comentários ao Editor”
2. O arquivo submetido não contém o(s) nome(s) do(s) autor(es), garantindo, portanto, o processo de revisão duplo-cego
3. O arquivo submetido atende rigorosamente as regras, políticas, estrutura e formatação exigida pela revista, apresentadas nas **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**
4. No arquivo submetido foram verificadas se todas as citações bibliográficas constam nas Referências e vice-versa, bem como se as referências estão no formato exigido pela revista, conforme apresentado nas **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**
5. Foram preenchidos, no sistema, todos os campos referentes ao “Passo 3, Metadados da submissão (Indexação)” conforme orientado nas **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**.

### **Declaração de Direito Autoral**

Os Direitos Autorais sobre trabalhos publicados nesta revista são do autor, com direitos de primeira publicação para a revista. O conteúdo dos trabalhos publicados é de inteira responsabilidade dos autores. Como a revista é de acesso público (open access), os trabalhos são de uso gratuito em aplicações educacionais e não-comerciais.

### **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços de email neste site serão usados exclusivamente para os propósitos da revista, não estando disponíveis para outros fins.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade é foco de discussões que agregam a problemática ambiental e as questões a ela incorporadas como saúde, segregação social, educação, crescimento econômico, entre outras. Estes temas vêm sendo amplamente discutidos de forma global, sendo foco de diversos eventos internacionais com o objetivo de alertar sobre a necessidade de o homem revisar sua relação com o meio ambiente para que haja futuro saudável para as próximas gerações; isto é, para um futuro sustentável.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), divulgados em 2015, reúnem uma série de compromissos a serem atendidos nos próximos 15 anos, como forma de garantir um planeta habitável, com qualidade de vida nos aspectos social, ambiental e econômico, como determina o conceito de sustentabilidade.

Porém, a responsabilidade sobre essa reflexão e a implementação das ações que vão levar a humanidade em direção de mudanças efetivas no cuidado com o planeta e com quem nele habita, precisa ser compartilhada por governos, empresas e com a comunidade. Para que isso comece a se concretizar, é necessário que as pessoas entendam o conceito amplo de sustentabilidade e saibam como agir dentro do contexto dessas ações sustentáveis. Além disso, é preciso que os documentos globais sejam divulgados e discutidos em espaços que estejam no cotidiano das pessoas, como a mídia. Enxergar como isto vem acontecendo foi um dos focos desta pesquisa que, apesar de local, pode ser um alerta para que outros pesquisadores, em outras regiões do país e do mundo, pensem sobre o tema e possam também alertar os veículos de comunicação de suas regiões para que modifiquem sua relação com a cobertura sobre a sustentabilidade.

Viu-se que os meios de comunicação exercem enorme influência nas atitudes e comportamento das pessoas. Porém, quando se fala em discutir o conceito de sustentabilidade, vê-se que o espaço aberto pela mídia não é suficiente. Por isso, é imprescindível que incentivemos, como pesquisadores, os jornais, as rádios, a TV e os espaços da internet para que transmitam a verdadeira concepção de sustentabilidade para o público, levando para dentro das redações a discussão sobre o tema. O espaço dado aos assuntos, muitas vezes, são propostas dos próprios jornalistas, especialmente, quando estamos falando de jornais menores, locais, como O Diário.

Esta pesquisa mostrou que o discurso da sustentabilidade em O Diário do Norte do Paraná não expõe o significado complexo da palavra sustentabilidade e que isso precisa mudar. Não só por aqui, porque esse resultado se repete em outras pesquisas realizadas no mundo e no Brasil.

Desta forma, essa investigação faz um alerta para toda a sociedade – já que é o conjunto de atores que formam as nossas relações cotidianas o responsável pela sustentabilidade do planeta e da vida: é preciso trazer para a mídia, com uma linguagem acessível e de forma didática o conhecimento sobre os diferentes aspectos que são essenciais para um futuro sustentável e esse papel educativo e de compromisso social deve ser adotado pela mídia.

A vertente econômica não pode mais ser colocada em destaque na mídia. Os jornais e outros meios de comunicação não devem relegar a discussão sobre a perspectiva ambiental e social da sustentabilidade. O preço para a sociedade pode ser alto.

Se os profissionais de comunicação não estão preparados, uma hipótese levantada por esta pesquisa é preciso que as autoridades ofereçam oportunidade de capacitação e mais: esse conteúdo, apresentado pela mídia, precisa ser levado para as escolas por professores e pesquisadores para que deixe de ser apenas um conjunto de texto utilizado pelo mercado para vender a imagem de empresas ditas “sustentáveis”. Como foi dito, a imprensa também precisa assumir a responsabilidade de educar e transformar; os veículos de comunicação não devem se restringir apenas ao papel de informar sobre avanços científicos e tecnológicos, devem assumir um caráter educativo que possa contribuir para os avanços na sociedade.

O saber ambiental, enfim, é um caminho necessário para que as comunidades alcancem suas potencialidades e reconstruam estratégias de reapropriação do mundo e da natureza e esse é um dos papéis da mídia. Esse é o alerta que é deixado por essa pesquisa.

## 7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Zilda Aparecida Freitas. A Gestão da Ética Organizacional: possibilidades de atuação dos profissionais de comunicação organizacional e relações públicas. *In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba, 4 a 7 de set., 2009.

ARAÚJO, Edgilson T.; MELO, Vanessa P.; SCHOMMER, Paula C. O Desafio da Sustentabilidade Financeira e suas Implicações no Papel Social das Organizações da Sociedade Civil. *In: V Conferência Regional de ISTR, "Sociedad civil, participación ciudadana y desarrollo"*, Lima, Peru, 2005.

BARBIERI, José Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de; ANDREASSI, Tales; VASCONCELOS, Flávio Carvalho. Inovação e sustentabilidade: Novos modelos e proposições. *Revista de Administração de empresas*. v. 50, n. 2, p. 146-154, jun. 2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições, 1979.

BARRANQUERO, Alejandro Carretero, Beatriz Marín García. *La investigación en comunicación y periodismo ambiental em España*. Disponível em <http://www.isdfundacion.org/publicaciones/revista/numeros/12/secciones/tematica/t-14-investigacion-comunicacion-ambiental.html>. Acesso em: 19 out. 2016.

BARRETO, Emanuel Francisco Pinto. *Eleições para o Governo do RN 2002 - A Cobertura do Diário de Natal/O Poti: os discursos, as manchetes*. Natal, Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, 2004.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 2001.

BARRY, J. Communicating a politics of sustainable Development. *In: ENCYCLOPEDIA of Life Support Systems (EOLSS)*. Oxford, UK: Eolss Publishers, 2003. *Developed under the auspices of the UNESCO*. Disponível em: <http://www.eolss.net/>. Acesso em: 19 out. 2016.

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. *In: VILAS BOAS, Sergio. Formação & Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2004.

BRITTO, Fábio Henrique Fagundes de; LUIZ, Diana Lourenço. *Sustentabilidade: tema-chave para as assessorias de imprensa*. Uberlândia: Intercom, 2015.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e Sustentabilidade: aproximações e rupturas*. Disponível em: [http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/05\\_Costa\\_M79.pdf](http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/05_Costa_M79.pdf). Acesso em: 19 out. 2016.

CARNEIRO, Virgínia Conceição Vasconcelos. *A análise do discurso como instrumento de pesquisa para os estudos em sustentabilidade*. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ81.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

CARON, Monica Filomena; LOPES, Gabriela Rosa. *Identificando o tema da sustentabilidade em textos jornalísticos: Análise indiciária*. Florianópolis: Interthesis, 2014.

CARRIERI, A. de P. O meio ambiente: discurso consistente ou retórica? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, v. 1, n. 3, p. 15-31, set./dez. 2002.

CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. Trad. de Raul de Polillo. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CHARAUDEAU, P. O que quer dizer informar: dos efeitos de poder sob a máscara do saber. In: *Discurso das mídias*. Trad. de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. *Iniciação a sistemas, organização e métodos*. Barueri: Manole, 2010.

CMMD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COHEN, Bernard. *The press and foreign policy*. New York: Harcourt, 1963.

CORAL, Elisa. *Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – UFSC, 2002.

DE BRUM, J. *A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas*. México: Razón y Palabra, 2003.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Discursos Organizacionais. In: *Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, 25, Campinas. Anais... Campinas, ANPAD, 2001.

FERNANDES, M. A. *Sustentabilidade financeira*. Proposta de indicador de sustentabilidade financeiro aplicável às micro e pequenas empresas. Campo Limpo Paulista, Tese (Mestrado de administração das micro e pequenas empresas) – Faculdade de Campo Limpo Paulista, 2011.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009.

GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R. T. (Org.). *Jornalismo ambiental: desafios e reflexões*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

GODEMANN, Jasmin; MCHENSEN, Gerd. (Editors). *Sustainability Communication: Interdisciplinary Perspectives and Theoretical Foundations*. Springer, 2010.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. in BECKER, B. ; MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

KAUFMANN, Cristiane. Estudos culturais, mídia e meio ambiente: tecendo saberes para uma cultura ambiental. In: *Quinto Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador, 27 a 29 de mai., 2009.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling; OLIVEIRA, Ivone Lourdes Oliveira. *A comunicação na gestão da sustentabilidade*. São Caetano do Sul: Difusão, 2009.

LEAL FILHO, Walter. *Dealing with misconceptions on the concept of sustainability*. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.474.4708&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

LEFF, Enrique. *Discursos sustentáveis*. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Fabiana Crivano; SCHEFFER, Rosely; BERTÉ, Rodrigo. A indústria da catástrofe fortalecida pelo quarto poder. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 4, p. 124-137, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.

LUFT, Schirley. *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas*. São Paulo: Anna Blume, 2005.

MANIERI, T.; BARNETT, E.; VALDERO, T., UNIPAN, J.; OSKAMP, S. *Green buying the influence of environmental concern on consumer behavior*. *The Journal of Social Psychology*; Philadelphia 137.2 (Apr 1997): 189-204.

MARCOMIN, F. E; SILVA, A. D. V. A sustentável leveza da universidade. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. (Org.). *Sustentabilidades em diálogos*. Itajaí: Univali, 2010.

NOBRE, Luiz Fernando Dal Pian. F. *Mídia impressa e meio ambiente: um estudo da cobertura da mortandade de peixes no estuário do rio Potengi, Natal/RN*. Natal, Tese (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFRN, 2011.

NOVAES, Adauto. *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007

PEARCE, David; MARKANDYA, Anil; BARBIER, Edward B. *Blueprint for a green economy*. 4. ed. Londres, The London Environmental Economics Centre for the UK Department of the Environment Earthscan Publications Ltd., 1989.

SANTOS, Luciane Lucas dos. O enquadramento midiático da sustentabilidade e o papel da mídia na assimilação social do consumo sustentável. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Brasília/DF, 06 a 9 de set., 2006.

SILVA, Raiza Tourinho dos Reis. BORTOLIERO, Simone Terezinha. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: *XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. Campina Grande/PB, 10 a 12 de jun., 2010.

SOARES, A. T. Comunicação sobre a sustentabilidade organizacional em sociedades complexas. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; OLIVEIRA, Ivone Lourdes Oliveira. *A comunicação na gestão da sustentabilidade*. São Caetano do Sul: Difusão, 2009.

STEIGLEDER, Debora Gallas. *O jornalismo e a cidade em Construção: o discurso ambiental do jornal Zero Hora sobre as obras da Copa do Mundo de 2014*. Porto Alegre, Tese (Mestrado em Comunicação e Informação) – UFRS, 2015.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. v. 01. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIANDAFYLLIDOU, Anna. 'Green' corruption in the italian press: does political culture matter? Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0267323196011003005>. Acesso em: 19 out. 2016.

TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TRISTÃO, Martha. A educação e o paradigma da sustentabilidade em tempos de globalização. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. (orgs.). *A sustentabilidade em diálogos*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2010.

WCED. World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 6. ed. Lisboa: Presença, 2001.

YURTSEVEN, H. R. *Sustainable Gastronomic Tourism in Gokceada, local and authentic perspectives*. International Journal of Humanities and Social Science, v. 1, n. 18, 2011.

Sites consultados:

<https://dicionariodoaurelio.com/>

<http://exame.abril.com.br/brasil/as-melhores-e-piores-cidades-do-pais-para-criar-seus-filhos/>

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/quatro-das-melhores-cidades-do-sul-para-se-viver-sao-do-parana-1o29irxyh4dipg5wxzkfemo>

<https://nacoesunidas.org/pos2015/>

<http://www.onu.org.br/rio20/tema/desenvolvimento-sustentavel/>

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>

[https://www.apambiente.pt/\\_zdata/Politicar/DesenvolvimentoSustentavel/1972\\_Declaracao\\_Estocolmo.pdf](https://www.apambiente.pt/_zdata/Politicar/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf)

## 8. ANEXOS

### Anexo 01: Categorias ODS

ODS	MATÉRIAS	DATA	TOTAL
 <p><b>1</b> ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p>			0
 <p><b>2</b> FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p>	<p>“Orgânicos fazem parte de um mercado em formação”</p> <p>“BRDE libera R\$ 180 milhões para setor rural”</p> <p>“Gastronomia responsável” converge culinária e meio ambiente</p>	<p>27/11/2015</p> <p>04/02/2016</p> <p>05/02/2016</p>	3
 <p><b>3</b> SAÚDE E BEM-ESTAR</p>	<p>“Um SUS sustentável”</p> <p>“Longevidade dos planos de saúde”</p> <p>“Nunca tivemos um quadro tão favorável para vencer o Aedes”</p>	<p>19/09/2015</p> <p>29/09/2015</p> <p>07/02/2016</p>	3
 <p><b>4</b> EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	<p>“O lixo nosso de cada dia”</p> <p>“Escola ensina crianças como lidar com o dinheiro”</p> <p>“Para beber cidadania na praça”</p>	<p>15/09/2015</p> <p>27/09/2015</p> <p>30/09/2015</p>	3
 <p><b>5</b> IGUALDADE DE GÊNERO</p>			0
 <p><b>6</b> ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</p>	<p>“Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”</p> <p>“Gastronomia responsável converge culinária e meio ambiente”</p>	<p>25/02/2016</p> <p>05/02/2016</p>	2
 <p><b>7</b> ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA</p>	<p>“Unicesumar aposta na sustentabilidade”</p> <p>“Simpósio debate biomassa”</p> <p>“Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”</p>	<p>04/09/2015</p> <p>30/10/2015</p> <p>25/02/2016</p>	3

<p><b>8</b> TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p> 	<p>“Pegou”  “UEM abre turma do Bom Negócio Paraná”  “Programa Bom Negócio Paraná abre nova turma”  “Dia a Dia”  “Crise política”  “Dívida bruta do governo vai chegar a 71,1% do PIB”  “Sinduscon revela vencedores de prêmios dia 6”  “Ganhadores do prêmio Sinduscon serão conhecidos hoje à noite”  “A corrosão do valor”  “Saídas”  “Estado é o 2 mais competitivo, diz ranking”  “Dilma pede “parceria” do Congresso para retomar crescimento do País.”  “BRDE libera R\$ 180 milhões para setor rural”  “Nelson Barbosa vai à China participar de encontro do G20”  “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”</p>	<p>22/07/2015  19/09/2015  20/09/2015  21/10/2015  23/10/2015  30/10/2015  01/11/2015  06/11/2015    01/12/2015  01/12/2015  06/01/2016  03/02/2016    04/02/2016  21/02/2016    25/02/2016</p>	<p>15</p>
<p><b>9</b> INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p> 	<p>“UEM abre turma do Bom Negócio Paraná”  “Programa Bom Negócio Paraná abre nova turma”  “Audiência na Câmara debate questão do lixo”  “Sinduscon revela vencedores de prêmios dia 6”  “Ganhadores do prêmio Sinduscon serão conhecidos hoje à noite”  “A corrosão do valor”  “Estado é o 2º mais competitivo, diz ranking”  “Nelson Barbosa vai à China participar de encontro do G20”</p>	<p>19/09/2015  20/09/2015  03/10/2015  01/11/2015  06/11/2015    01/12/2015  06/01/2016  21/02/2016</p>	<p>8</p>
<p><b>10</b> REDUÇÃO DAS DESIGALDADES</p> 	<p>Garantia de gíngua e dança</p>	<p>12/02/2016</p>	<p>1</p>
<p><b>11</b> CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p> 	<p>“Passeio ciclístico e show reúnem 20 mil”  “Unicesumar aposta na sustentabilidade”  “Audiência na Câmara debate questão do lixo”  “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”</p>	<p>22/07/2015  04/09/2015  03/10/2015  25/02/2016</p>	<p>4</p>
<p><b>12</b> CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p> 	<p>“Para beber cidadania na praça”  “Sustentável”  “Gastronomia responsável” converge culinária e meio ambiente  “Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental”</p>	<p>30/09/2015  18/11/2015  05/02/2016    25/02/2016</p>	<p>4</p>
<p><b>13</b> AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> 	<p>“Gastronomia responsável” converge culinária e meio ambiente  “Nelson Barbosa vai à China participar de encontro do G20”</p>	<p>05/02/2016    21/02/2016</p>	<p>2</p>

			0
			0
			0
	“Local” – sobre o Fórum na França	17/11/2015	1

Anexo 01: Categorias ODS

FONTE: Nações Unidas no Brasil, 2015, s. p. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 01 nov. 2016.

Anexo 02:

Seguem os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável descritos pela ONU.

**1. Erradicação da Pobreza – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.**

**1.1** Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia;

**1.2** Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;

**1.3** Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;

**1.4** Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;

**1.5** Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;

**1.a** Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;

**1.b** Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

## **2. Erradicação da fome: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.**

**2.1** Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;

**2.2** Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;

**2.3** Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;

**2.4** Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

**2.5** Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente;

**2.a** Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos;

**2.b** Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;

**2.c** Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos;

**3. Saúde de qualidade: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.**

**3.1** Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos;

**3.2** Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos;

**3.3** Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;

**3.4** Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;

**3.5** Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;

**3.6** Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;

**3.7** Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;

**3.8** Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;

**3.9** Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo;

**3.a** Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado;

**3.b** Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos;

**3.c** Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;

**3.d** Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde;

**4. Educação de qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.**

**4.1** Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;

**4.2** Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;

**4.3** Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;

**4.4** Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham

habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;

**4.5** Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

**4.6** Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;

**4.7** Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;

**4.a** Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos. Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos;

**4.b** Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento;

**4.c** Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

**5. Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.**

**5.1** Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda partes;

**5.2** Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

**5.3** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;

**5.4** Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;

**5.5** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

**5.6** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;

**5.a** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

**5.b** Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;

**5.c** Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

**6. Água limpa e saneamento: Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.**

**6.1** Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;

**6.2** Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;

**6.3** Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;

**6.4** Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;

**6.5** Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;

**6.6** Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos;

**6.a** Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso;

**6.b** Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento;

**7. Energias Renováveis: Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.**

**7.1** Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;

**7.2** Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;

**7.3** Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética;

**7.a** Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa;

**7.b** Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

**8. Empregos dignos e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.**

**8.1** Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos;

**8.2** Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação,

modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;

**8.3** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;

**8.4** Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;

**8.5** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;

**8.6** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;

**8.7** Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;

**8.8** Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;

**8.9** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;

**8.10** Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos;

**8.a** Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos;

**8.b** Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT];

**9. Inovação e Infraestrutura: Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.**

**9.1** Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;

**9.2** Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos;

**9.3** Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados;

**9.4** Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento;

**9.5** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;

**9.a** Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;

**9.b** Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities;

**9.c** Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020;

## **10. Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.**

**10.1** Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional;

**10.2** Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;

**10.3** Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;

**10.4** Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;

**10.5** Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações;

**10.6** Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas;

**10.7** Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas;

**10.a** Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC;

**10.b** Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais;

**10.c** Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.

## **11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.**

**11.1** Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;

**11.2** Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;

**11.3** Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;

**11.4** Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;

**11.5** Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;

**11.6** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;

**11.7** Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

**11.a** Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;

**11.b** Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;

**11.c** Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais;

## **12. Consumo Responsável: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.**

**12.1** Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento;

**12.2** Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;

**12.3** Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita;

**12.4** Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;

**12.5** Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso;

**12.6** Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios;

**12.7** Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais;

**12.8** Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza;

**12.a** Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo;

**12.b** Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;

**12.c** Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais,

inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

### **13. Combate às Mudanças Climáticas: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (\*)**

**13.1** Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;

**13.2** Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;

**13.3** Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima;

**13.a** Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível;

**13.b** Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas;

(\*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

## **14. Vida debaixo da Água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.**

**14.1** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

**14.2** Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;

**14.3** Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis;

**14.4** Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas;

**14.5** Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;

**14.6** Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre-capacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio;

**14.7** Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo;

**14.a** Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos;

**14.b** Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados;

**14.c** Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.

**15. Vida Sobre a Terra: Vida Sobre a Terra: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.**

**15.1** Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;

**15.2** Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;

**15.3** Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;

**15.4** Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;

**15.5** Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;

**15.6** Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;

**15.7** Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;

**15.8** Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;

**15.9** Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas;

**15.a** Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas;

**15.b** Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento;

**15.c** Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável;

**16. Paz e Justiça: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.**

**16.1** Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;

**16.2** Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;

**16.3** Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;

**16.4** Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;

**16.5** Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;

**16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

**16.7** Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;

**16.8** Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global;

**16.9** Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento;

**16.10** Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

**16.a** Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;

**16.b** Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

**17. Parcerias Pelas Metas: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.**

**17.1** Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas;

**17.2** Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos;

**17.3** Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;

**17.4** Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento;

**17.5** Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.

## **Tecnologia**

**17.6** Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global;

**17.7** Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado;

**17.8** Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação;

## **Capacitação**

**17.9** Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular;

## **Comércio**

**17.10** Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha;

**17.11** Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020;

**17.12** Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado;

### **Questões sistêmicas**

#### *Coerência de políticas e institucional*

**17.13** Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas;

**17.14** Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;

**17.15** Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável;

#### *As parcerias multissetoriais*

**17.16** Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;

**17.17** Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias;

#### *Dados, monitoramento e prestação de contas*

**17.18** Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis,

desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais;

**17.19** Até 2030 valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

FONTE: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

## ANEXOS

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ  
Sexta-feira, 4 de setembro de 2015

Editor: Rodrigo Parra  
Tel: (41) 3221-6606 Email: parra@odiario.com

## ENERGIA RENOVÁVEL

# Unicesumar aposta na sustentabilidade

- Novo bloco **vai produzir** parte da energia que será consumida
- Serão usados dois **geradores eólicos** construídos em Maringá

**Ederison Hising**  
ederson@odiario.com

O novo bloco administrativo da Unicesumar, que está prestes a ser inaugurado, foi projetado e construído baseado em conceitos de sustentabilidade e inovação tecnológica. O prédio de nove andares e 11 mil metros quadrados de área que abrigará 600 funcionários terá parte da energia elétrica oriunda de fontes renováveis. No local foram instaladas 84 painéis fotovoltaicos para geração de energia solar e duas turbinas eólicas, produzidas por uma empresa local pioneira nesta tecnologia no Paraná, que servirão como modelo no município. O investimento total no projeto girou em torno de R\$ 8 milhões.

"Somos uma instituição de ensino, portanto, precisamos ser inovadores e incentivar novas tecnologias que sirvam de exemplo para a comunidade", explica o reitor da Unicesumar, Wilson de Matos Silva. Segundo ele, o sis-

tema de geração de energia renovável servirá como laboratório para diversos cursos da instituição, em especial as engenharias.

Os equipamentos, que juntos geram 26 quilowatt-hora (kwh), foram instalados na última laje do prédio. Embora não sejam suficientes para produzir toda a energia necessária para o funcionamento do bloco administrativo, não serão apenas os estudantes que usarão a tecnologia para testes.

De acordo com o chefe do escritório regional de Maringá do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), José Roberto Francisco Behrend, as análises do funcionamento dos equipamentos servirão como base para a liberação da tecnologia em outras áreas da cidade. Isso porque a produção de energia eólica, especialmente, é objeto de licenciamento ambiental.

"Essa geração de energia também gerará conhecimento. Em geral, a produção de energia eólica gera muito ruído. Esse é um dos pontos que vamos ava-

liar para determinar em quais pontos da cidade será possível instalar esse tipo de equipamento, quando solicitado o licenciamento", afirma.

Behrend diz ainda que a geração de energia elétrica por fontes renováveis recebe total apoio do IAP por se alinhar à Política Nacional do Meio Ambiente. "Temos que incentivar essas ideias que não demandam queima de energia fóssil ou represamento de rios para manter usinas hidrelétricas", destaca.

Carlos Walter, proprietário da empresa maringense que construiu o equipamento para captação de energia eólica, explica que o aerogerador eólico produzido pela empresa é um similar de pequeno porte das mundialmente conhecidas torres que geram esse tipo de energia. "Nos desenvolvemos nossa tecnologia e produzimos as torres, as pás (hélices) e o gerador de alta eficiência. Ainda importamos o inversor eletrônico, que é o cérebro do equipamento. Mesmo assim, já estamos trabalhando para produzi-lo localmente também", conta.

Segundo ele, os equipamentos estão em fase final de instalação e nos próximos dias serão ligados à rede elétrica da Copel. "A depender dos ventos, eles geram 3kw/h. Se forem eficientes de seis a oito horas diárias podem produzir 540kw/h no mês. Mas já estamos trabalhando em dois modelos com produção superior e é uma tecnologia financeiramente acessível", pontua o empresário.

## CAPACIDADE

## 10%

da energia total do prédio é o que representa a geração de energia eólica e solar no novo bloco administrativo da Unicesumar.

# O DIÁRIO NA ESCOLA

PROGRAMA EDUCACIONAL  
Educando a criança, formando o cidadão



O Diário na Escola é um programa do jornal O Diário do Norte do Paraná, de circulação e cultura em todo o Estado, em parceria com o governo.

Este projeto é desenvolvido em parceria com o Conselho Municipal de Educação de Ivatuba.

## O lixo nosso de cada dia

Em Ivatuba, turma compreende a origem dos resíduos sólidos e quais são os diferentes destinos que devem receber

**Nayara Spessato**  
nspessato@diariodn.com.br

Desde 2014 a Prefeitura Municipal de Ivatuba, através do Programa Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), prevê a produção de disposição de resíduos sólidos em locais a céu aberto. A PNRS tem que estabelecer regras para a destinação e disposição correta dos resíduos gerados pela sociedade. Já a secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Ivatuba, com o projeto "O Diário na Escola", tem como objetivo educar as crianças e adolescentes sobre a importância da reciclagem e a destinação correta dos resíduos sólidos.

- OBJETIVOS**
- Compreender os diferentes tipos de lixo que produzimos em nossa sociedade
  - Identificar qual o destino correto para diferentes tipos de lixo
  - A importância do 3 R's: reduzir, reutilizar e reciclar
  - Conhecer as consequências ambientais que envolvem o consumo consciente e o descarte correto de resíduos sólidos
- CONTEÚDOS**
- Ações relacionadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos
  - Classificação do lixo
  - Consumo consciente
  - Responsabilidade compartilhada

preta utilizada na produção de energia elétrica. Consequentemente, a coleta de um determinado material é feita através de diferentes processos e métodos de produção, gerando diferentes impactos ambientais. Durante a conversa, as crianças apresentaram diferentes soluções para o problema que envolve os lixos dos municípios. Algumas mencionaram que deveria haver recompensa para quem separa os lixos recicláveis dos orgânicos, mesmo sabendo que a reciclagem do plástico é um trabalho de contaminação, mas isso acontece devido às consequências negativas que são refletidas no nosso meio ambiente e, portanto, ainda, que as pessoas que tem um mundo melhor, mas que poucas sabem para que vão mesmo se reutilizado.

"Não entendo porque a sociedade é tão resistente em se conscientizar dos efeitos que o lixo pode causar no meio ambiente e, consequentemente, no futuro dos nossos filhos", enfatiza a professora Maria do Socorro. Ao fim da aula, a professora percebeu que os estudantes estavam motivados a aprender



**SUSTENTABILIDADE.** A parte de nota, estudantes de Ivatuba debateram medidas para acabar com lixões a céu aberto e refletiram sobre a importância de cada um com relação ao lixo. (Foto: Divulgação)

com as formas para transformar o lixo de trabalho em um ato de cidadania. "Ao final da realização das atividades, os alunos compreenderam a nossa responsabilidade com relação à redução do lixo produzido todos os dias. Espero que as atitudes e os valores despertados nesta aula sejam norteadores para a redução dos impactos ambientais", conclui.

# Um SUS sustentável

SANDRA FRANCO

Consultora jurídica, presidente da Academia Brasileira de Direito Médico

**T**ramitam no Senado algumas propostas que prometem "salvar" o Governo Federal do impacto econômico da chamada Judicialização da saúde. Os senadores pretendem "aperfeiçoar" o marco jurídico da saúde brasileira e avaliar a proibição de liminares judiciais que determinam o tratamento com procedimentos experimentais onerosos ou não homologados pelo SUS.

As propostas estão incluídas na chamada Agenda Brasil e foi liderada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), como o objetivo de tirar o Planalto da crise econômica e institucional.

A preocupação da União no caso da Saúde está ligada ao crescimento dos gastos judiciais. Dados revelam que o Ministério da Saúde que, entre 2012 e 2014, desembolsou R\$1,76 bilhão para atender essas demandas, conforme levantamento divulgado neste ano pela Interfarma - Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. De acordo com o levantamento, cinco medicamentos para tratar doenças genéticas representaram 81,6% dos gastos com a Judicialização no ano passado. Em muitos desses remédios sequer têm registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Naverdade, essa série de propostas e projetos parece ser uma espécie de ataque desordenado da União, que está utilizando o Congresso Nacional para legislar a favor de uma possível restrição ao Judiciário. Economizar a custa de retirar dos cidadãos o acesso universal à Saúde seria essa a solução para a crise do país?

Impedir por força de novalei que um juiz conceda uma decisão liminar sem antesteroaval da Fazenda Pública, porexemplo, desqualifica o Poder Judiciário. Ou seja, a saúde do paciente dependeria, além da precária situação dos hospitais públicos, da boa vontade dos gestores das finanças da Administração Pública. O exame, o procedimento cirúrgico ou o medicamento estariam condicionados

à disponibilidade financeira da União, dos Estados e municípios.

Fala-se em sustentabilidade do SUS. Parece razoável avaliar a possibilidade de cobrança diferenciada de procedimentos do SUS por faixa de renda, considerando-se o IRPF. Algo como um sistema de saúde universal, mas com contribuição financeira direta dos cidadãos para pagar os procedimentos. Economicamente, seria possível ter um sistema de saúde que não representasse uma das âncoras para o alto endividamento do governo.

Que o Estado precisa diminuir seus gastos é indiscutível - nenhum economista diria o contrário. No entanto, outras medidas são mais urgentes e seriam mais efetivas: por exemplo, cortar verbas extras de deputados e senadores. Se o Senado foi possível pensar em coibir as decisões do Judiciário, também pode ser criar leis para diminuir a máquina administrativa, essa sim um lastro oneroso. Seria um traço cultural do Brasil este de as soluções serem sempre elaboradas para as consequências dos fatos não para as causas?

Uma das propostas em tramitação no Senado propõe a criação de um fundo específico para medidas urgentes e nesse caso, as decisões vinculadas à saúde pública ficariam limitadas à caixa disponível. Assim como a malfada CPMF, é certo que os recursos dos fundos seriam destinados a outros fins que não à saúde.

É óbvio que com a má gestão dos recursos públicos no Brasil está é uma proposta que já nasce comprometida e com grande possibilidade de fracasso. As ações que inundam o Judiciário são certamente motivadas pela falta de acesso a tratamentos no SUS, seja por falta de disponibilidade dos medicamentos ou porque eles não fazem parte da lista de tratamentos da rede pública, o que é provocado pela falta de recursos financeiros da Administração Pública. Ou seja, o cobertor está curto. E estamos longe de uma solução adequada quer para crise da Saúde, quer para a crise nacional.

19 setho

ECONOMIA

## UEM abre nova turma no Bom Negócio Paraná

O Programa Bom Negócio Paraná, núcleo da UEM, abriu a 14ª turma do curso a distância, que será realizado de 30 deste mês a 30 de novembro. Destinado a empresários, empreendedores, funcionários públicos e toda a comunidade, o curso vai capacitar em áreas do conhecimento administrativo; fomentar o empreendedorismo e a inovação; aumentar a sustentabilidade das empresas; e promover o desenvolvimento da tripla hélice - integração entre as empresas, as instituições de ensino e o setor público. As inscrições vão até o dia 29. Informações no e-mail [bnpmaringa@gmail.com](mailto:bnpmaringa@gmail.com).

/// Da Redação

UEM

20 setembro

## Programa Bom Negócio Paraná abre nova turma

O Programa Bom Negócio Paraná, núcleo da UEM, abriu a 14ª turma do curso a distância, que será realizado de 30 deste mês a 30 de novembro. Destinado a empresários, empreendedores, funcionários públicos, terceiro setor e toda comunidade da região, o curso pretende capacitar empreendedores em áreas do conhecimento administrativo; fomentar o empreendedorismo e a inovação; aumentar a sustentabilidade das empresas; e promover a integração entre as empresas, as instituições de ensino e o setor público. O curso será desenvolvido na modalidade de educação a distância e é gratuito. As inscrições devem ser feitas até dia 29.

**/// Da Redação**

---

**PEGOU** A sustentabilidade ganha força na pecuária de corte. De acordo com a Scot Consultoria, os frigoríficos não conseguem mais comercializar

*22 set*

---

*24 set*

## **RECORDE MUNDIAL**

Como o TSE aprovou o registro da Rede Sustentabilidade, da Marina Silva, o Brasil chega a 34 partidos políticos.

## DOS BLOGS E COLUNAS

### BLOG DO DINIZ NETO

24 setembro

Durante a sessão da Câmara de Maringá, realizada na noite de terça-feira, o vereador Flávio Vicente anunciou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aprovou o pedido de registro do partido Rede Sustentabilidade (Rede), cerca de dois anos depois do início dos trâmites para a criação do partido. Foram 7 votos favoráveis, na sessão do TSE realizada no começo da noite do dia 22.

A Rede é o partido número 18 e é o 34º partido legalmente em atividade no país.

O trabalho foi coordenado pela ex-senadora Marina Silva.

Em Maringá o trabalho de formação do partido foi coordenado por Rodrigo Gonçalves de Lima. Com a aprovação do partido ele deverá crescer em Maringá a tempo de ter papel importante nas eleições municipais do ano que vem.

[blogs.odiarario.com/dinizneto](http://blogs.odiarario.com/dinizneto)

\* Partido

MARINGÁ FM

22 setembro

## Passeio ciclístico e show reúnem 20 mil pessoas



Da Redação

[redacao@odiarario.com](mailto:redacao@odiarario.com)

O aumento do número de usuários de bicicletas passa, necessariamente, pela implantação de políticas públicas permanentes, e foi justamente a interação com o poder público um dos temas debatidos na mesa redonda sobre mobilidade urbana realizada domingo, no estacionamento do Estádio Willie Davids. O debate foi uma das atrações do Passeio Ciclístico da Primavera, realizado pelo 31º ano pela rádio Maringá FM. Cerca de 20 mil pessoas estiveram no evento, sendo que 5 mil ciclistas fizeram o trajeto do passeio de 6 quilômetros. O show da dupla Fiduma & Jeca, que fe-

chou o evento, foi prestigiado por mais de 15 mil pessoas.

Durante o Passeio Ciclístico houve uma programação variada, como exposição de mais de 30 bikes antigas, oficinas da ONG Bike Anjo para ajudar quem quer aprender a andar de bicicleta e ciclistas que querem traçar rotas para adotar a bicicleta como meio de transporte. Já os voluntários da Ciclo Noroeste ministraram oficinas de reparos básicos e a Secretaria de Trânsito e Segurança de Maringá (Setrans) montou uma minicidade educativa.

Na mesa redonda, a mobilidade urbana foi discutida por estudiosos do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização (Nemo), da Universidade Estadual de Maringá, membros da Ciclo Noroeste, pelos

vereadores Humberto Henrique, Ulisses Maia e Flávio Vicente e pelo secretário Fábio Ribeiro, da Setrans.

Para o professor Henrique Manoel Silva, do Nemo, a intervenção pública deve incentivar o uso de bicicleta e não o contrário. "Oslo, capital da Noruega, tem 1,4 bicicleta por habitante. Em Maringá, este percentual é o equivalente ao de automóveis, porque há muito menos ciclistas". Ele disse que o ciclismo tem um componente econômico importante, e não é apenas uma questão de sustentabilidade, tanto que montadoras como Mercedes-Benz e BMW estão vendendo bicicletas. Ribeiro, da Setrans, reforçou que está em funcionamento uma cicloturista por agentes de trânsito da secretaria.

LIÇÃO DE ECONOMIA /// Para formar uma nova geração de consumidores mais responsáveis e conscientes, instituição desenvolve, em parceria com o Banco Central, um projeto de educação financeira - um trabalho conjunto entre escola e família

# Escola ensina crianças como lidar com o dinheiro

Ariadny Rinaldi  
rinaldi@diario.com

Por meio do projeto "Educação Financeira", uma escola de Maringá ensina os alunos a economizar e a gerir gastos pessoais. Segundo a coordenadora Valéria Barquete Caratmanico, o objetivo é formar uma nova geração de consumidores mais conscientes. "É importante que os estudantes compreendam como funciona esse universo da economia e saibam distinguir o que é necessário e o que é superfluo", comenta.

O projeto tem parceria com o Banco Central, que encaminha à escola materiais, como folhetos, revistas em quadrinhos e cartilhas voltadas para a educação financeira do público infantil. Na primeira, eles vivem o mundo do dinheiro na aula de artes e são estimulados a pensar. Na segunda, eles praticam o desperdício, separando os brinquedos antigos, livros de histórias, lembranças e quitandas que não quer mais, e a determinar um valor para cada objeto. Por último, participam de uma situação real de consumo, um bazar. No dia do evento a escola estipula que cada aluno traga, no máximo, R\$ 5 do total que foi economizado e

que disponha sobre as mesas as mercadorias que trouxeram de casa. Ora uma turma compra, ora uma turma vende. "Adaptamos as situações de acordo com o nível de cada turma para criar uma ponte entre o conteúdo de matemática e a prática. Os alunos vão do quanto um, que aprendem por conta própria, precisam dar desconto, os outros precisam que gostaram a habilidade de multiplicar, fazer etiquetas para vender dos pelo preço de um, por exemplo", conta Valéria.

**Compra e venda**  
Enquanto o bazar ocorre, os alunos do 1º ano trabalham numa tabela o que e quanto foi adquirido e gasto. No final, eles se reúnem e fazem um balanço. "Tem

**“O projeto criar uma ponte entre o conteúdo de matemática e situações práticas”**

VALÉRIA BARQUETE  
Coordenadora

criança que ligamos para a matéria que não consegue se desfazer de nada e o pai acaba comprando produtos novos para ele participar do bazar. Por outro lado, tem criança que só vende e não compra nada. A partir do registro eles têm noção de como se comportam. O projeto não muda, necessariamente, o comportamento de todos, mas ensina formas de agir e de administrar", avalia.

A coordenadora diz que o projeto é um trabalho conjunto entre família e a escola e enfatiza que o exemplo deve partir dos pais. "Eles observam como os pais lidam com o dinheiro, as coisas prioritárias. A partir aqui a escola é necessária nessa formação, mas a experiência no lar é a que conta", avalia.

No último bazar, Athina, 10, e a mãe Carla Almeida montaram praquinha em uma empresa. "Ela pediu pra fazer um tempo e queria oferecer algo diferente. Então, nós produzimos juntas e vendemos", conta a mãe. Acredita que o projeto despertou nela o interesse pelo dinheiro, atesta a mãe.

**Dados para a vida**  
Os alunos levam os conhecimentos adquiridos em sala de aula para a vida cotidiana. Carla



ESTÍMULO. Proposta mostra aos alunos importância de poupar e como consumir. (Foto: Divulgação)

conta que recebeu uma filha mais cuidadosa de lidar com o dinheiro e, depois de escola. Ela ficou surpresa e disse: "Mamãe, tudo isso? Mamãe, eu vou usar", conta Carla. Demos a ela, mamãe, João Vi-

tos. E, conseguiu juntar dinheiro suficiente para comprar um celular. "Ele poderia ter pedido de trabalhar por um objetivo e alcançar o por onde quer que próprio", considera a mãe, Fabiana Rodrigues Cavatini. Seguindo a coordenadora, a intenção é ampliar o projeto de

educação financeira para todo o ano letivo e, também, incluir visitas a supermercados e feiras de rua a fim de comparar produtos e fazer pesquisa de preços. "Incentivar, agora, uma reflexão responsável entre consumo e sustentabilidade para garantir a igualdade de vida futuramente", diz.

OPINIÃO

29 set

# Longevidade dos planos de saúde

LUIZ CARLOS SARAIVA NECES

Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde

**A** cada ano que passa a expectativa de vida no Brasil, felizmente, vem aumentando. Segundo dados do IBGE, passou de 70,7 anos em 2001 para 74,9, em 2013. Não há como negar que é resultado, principalmente, da melhor qualidade de vida da população e dos avanços da medicina. Entretanto, o crescimento da longevidade traz impactos no país, principalmente na Previdência e na Saúde, que exigem atenção dos setores público e privado para garantir equilíbrio e sustentabilidade.

No caso da saúde, recente levantamento do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) reforça ainda mais a preocupação com um futuro que não está muito longe. O estudo aponta que nos próximos 15 anos os gastos das empresas privadas de saúde vão quase triplicar, passando de cerca de R\$ 106 bilhões por ano para R\$ 283 bilhões.

Essa previsão é para daqui a uma década, mas a preocupação com a sustentabilidade da saúde suplementar já exige soluções para hoje. Os planos de saúde investem em gestão e aperfeiçoamento de processos. Tudo o que é possível para reduzir custos. Programas de promoção à saúde também estão cada vez mais presentes nos serviços oferecidos aos beneficiários. Sabe-se que a prevenção é a melhor forma de garantir a saúde da população. Campanhas contra o tabagismo, obesidade, e acompanhamento de pessoas com risco de diabetes e doenças cardíacas são apenas alguns dos exemplos de iniciativas que as operadoras vêm desenvolvendo. Porém, o investimento em gestão e em prevenção não vem sendo suficiente.

Os planos de autogestão são prova disso. Apesar de a UNIDAS-União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde incentivar e acompanhar as iniciativas das instituições filiadas, dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar

(ANS) mostram que, entre 2008 e 2013, as despesas assistenciais das autogestões aumentaram 72,78%, enquanto o aumento do mercado de saúde, no mesmo período, foi de 89,18%.

É justamente o crescimento da longevidade um dos fatores que vem impactando nos custos desses planos, pois, além de as autogestões oferecerem uma cobertura mais ampla do que a dos outros planos de mercado, ainda possuem o maior percentual da população acima de 60 anos da saúde suplementar. São 23,8% contra 12% do setor, de acordo com dados da última Pesquisa UNIDAS.

É natural que o uso pelos serviços de saúde aumente conforme envelhecemos. Entre os planos de autogestão um beneficiário aposentado, por exemplo, faz em média 33 exames por ano enquanto que o número em relação a quem ainda está trabalhando cai para 17. O impacto é significativo. A internação de um beneficiário aposentado custa em média R\$ 14 mil, o dobro do custo de quem está na ativa.

Não se faz aqui uma defesa para que parem de usar o plano de saúde. Quem paga tem o direito de usufruir dos serviços. Porém, boa parte da sociedade ainda não compreende o risco que o segmento sofre.

Hoje o setor privado é responsável pela maior parte dos investimentos em saúde. São mais de 70 milhões de beneficiários entre planos de saúde e odontológicos. Como ficará a saúde caso as operadoras entrem em colapso?

O desafio de buscar soluções que garantam a sustentabilidade da saúde suplementar une esforços dos governos federal, estadual e municipal, prestadores de serviço e operadoras de saúde, incluindo as autogestões, que não têm fins lucrativos. Somente com o trabalho conjunto entre todos os atores envolvidos é que alcançaremos a longevidade dos planos de saúde.

D2 | CULTURA

PROGRAMA EDUCACIONAL

## O DIÁRIO NA ESCOLA

Educando a criança, formando o cidadão

O Diário na Escola é um programa do jornal O Diário de Norte do Paraná, que promove a leitura em sala de aula, em parceria com a escola.

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA: Larissa Lopes, llopes@diariodnaescola.com

REDAÇÃO: Helena Bragança, hbraganca@diariodnaescola.com



DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ  
Quarta-feira, 30 de setembro de 2015

# Para 'beber' cidadania na praça

Na "Praça da Cidadania", atração da Coca-Cola, O Diário na Escola desenvolve oficina com educador físico

Nayara Spessato  
nspessato@diariodnaescola.com

Pela primeira vez em Maringá a Coca-Cola promoveu a "Praça da Cidadania", um evento social que oferece gratuitamente serviços de ensino e uma vida mais saudável, bem estar e lazer à população da cidade e região. Aberta aos sábados, o evento tem como missão a ação comunitária em atividades voltadas ao conhecimento, ambiental, informação, saúde e entretenimento.

A equipe do Diário na Escola participou com o espaço "Atre Comigo!" No espaço, a professora de Educação Física Cintia de Kaye Conte, do Instituto de Educação Municipal Mercedes Romero Pariser (Seramid), conduziu o dia de ginástica rítmica e picaia a partir de páginas do impresso que já foram lidas, rítmicas e desenhadas.

"Tudo isso foi feito com a oportunidade de ensinar o conteúdo de forma divertida e saudável. O importante é que os pequenos percebam que são parte das coisas que eles têm em casa, podem virar o melhor que eles são", destacou.

Materiais esportivos costumam ser caros. Foi o motivo que nos levou a pensar em produzir dentro de casa um picaia ou um aparelho de fita, a custo quase zero.

**PICAIA:** Prepare uma folha de jornal e amasse até o formato de um tubo. Em seguida, com um quadrado de fita (30cm x 30cm), enrole-a à volta do jornal.

Centenas de pessoas passaram pelo espaço divertido "Atre Comigo!" Durante o evento, a professora também me explicou como fazer. Posso até explicar para os meus amigos: confeccionar o aparelho de fita e picaia. Durante o evento para levar os fitas e picaias, as crianças usaram uma tábua diferente. "Muitas crianças não conheciam a Praça da Cidadania", explicou a professora. "É importante trazer atividades para todas as idades. Isso que o diferencial, enquanto estamos fazendo, vamos recebendo orientações, as crianças estão sendo

**FAÇA VOCÊ TAMBÉM**

e finalizar amarrando com um pedaço de barbante, como se fosse um ovo de picaia.

**APARELHO DE FITA:** Faça um casaco firme envolvendo uma página de jornal. Em seguida, dobre o casaco ao meio para encostar de frente e finalize prendendo uma fita de papel crepom na ponta.

cofiantes", afirmou.

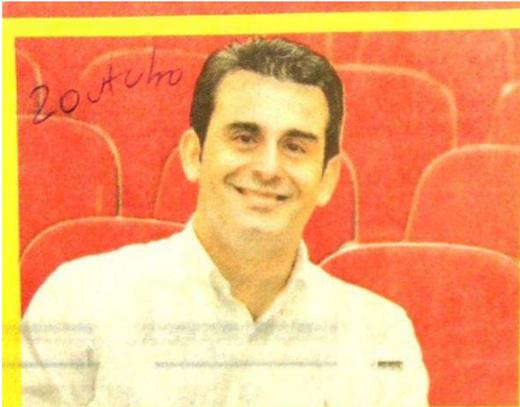


"Sempre ficamos muito felizes com os resultados obtidos na Praça da Cidadania, o que nos faz acreditar que estamos realizando um certo ao promover ações que sejam benéficas e saídas as comunidades vizinhas de nossas unidades", explicou Ana Flávia Rodrigues, gerente de Comunicação Externa e Sustentabilidade da Coca-Cola FENSA Brasil.

**Cidadania na praça**  
Durante o "Praça da Cidadania", a atração é promovida desde a comunidade e virou a nossa fábrica", afirmou Ana Flávia. Para ela, mais do que oferecer ações e serviços, desenvolver a cidadania e valorizar o bem comum que depende principal-

mente das atitudes individuais. "Operamos uma rede comunitária de Responsabilidade Social", destacou a gerente. Em 2014, a "Praça da Cidadania" realizou 400 atendimentos.

**PRÁTICA:** Voluntários confeccionando objetos que, depois, podem ser utilizados para o ensino de modalidades na disciplina de Educação Física. [www.diariodnaescola.com](http://www.diariodnaescola.com)



POLÍTICA

## Flávio Vicente troca o PSDB pela Rede

O vereador Flávio Vicente trocou o PSDB pela Rede Sustentabilidade. "Dentro do projeto pessoal que busco, é um partido que dá tranquilidade num momento de tantos questionamentos, pois é uma sigla com regras interessantes e bandeiras claras." Vicente adiantou que vai trabalhar para conseguir mais filiações e montar uma chapa de vereadores e que é o pré-candidato à Prefeitura de Maringá. /// **Murilo Gatti**

## OPINIÃO

# Por que mudar?

03/10

FLÁVIO VICENTE

Professor, empresário e vereador em Maringá

**E**stou ingressando no partido Rede Sustentabilidade. Penso que é hora de mudança e acredito que não sou o único.

Quando olhamos para o setor público brasileiro fica evidente a necessidade de uma transformação.

Precisamos de representantes que levem as ideias da população, das comunidades, da sociedade organizada para o seu dia a dia, no Legislativo e no Executivo.

Sem isso não vejo saída para o Brasil.

Nesses meus quase dez anos de vida pública percebi que por mais desgastante que seja o processo democrático não existe alternativa melhor do que a construção coletiva de soluções.

Com transparência e clareza, falando diretamente cada posição.

Precisamos assumir o compromisso do nosso futuro e colocá-lo em nossas mãos.

Nesse cenário a proposta da Rede Sustentabilidade me agrada e chama a atenção.

A meta é ser diferente, é provocar mudanças, romper com tradições tendo como base o apoio dos eleitores.

Mudar práticas políticas, passo a passo, lutando contra privilégios, clientelismo, e outras práticas que contaminam e afastam os políticos das pessoas e comunidades.

Como já disse, a receita é simples: é construir um projeto de governo, de atuação política, com compromissos coletivos, feitos com os eleitores, com a certeza do devido cumprimento depois. Onde promessa seja dívida e a

dívida seja paga.

Ajudar a construir esse projeto renova minhas energias e confiança em algo novo.

Refaz, acima de tudo, o desejo de lutar por um modelo de política que de fato seja a favor do coletivo, da nossa cidade, um modelo que não esteja limitado a interesses individuais, partidários ou corporativistas, que seja amplo, solidário e para todos.

Essas são algumas das razões pelas quais estou aderindo ao projeto da Rede.

Por onde passei fiz bons amigos. Sou grato pela confiança e amizade.

Espero contar com muitos desses novos amigos no caminho pela frente, que precisamos trilhar nos passos da mudança.

"A Rede não tem a pretensão de ser a dona da verdade, mas quer dar sua contribuição para acabar com a composição de governos em função da distribuição de pedaços do Estado".

Frases de Marina Silva, como essa, me inspiram na busca de um país diferente, mais justo, igualitário e forte.

A Rede será do tamanho do trabalho daqueles que quiserem participar, se envolver e buscar um novo modelo de fazer política.

Pouca estrutura, poucos recursos e muitas ideias. Isso me estimula e renova.

Precisamos ter e ser políticos que representem o nosso pensamento e a nossa vontade. Precisamos nos envolver.

O momento do país pede isso de todos nós. Como diz o filósofo Emanuel Levinas, "o presente é começo puro!".

PROPOSTAS

Maringá 03/10

# Audiência na Câmara debate questão do lixo

**Da Redação**  
redacao@odiario.com

A Câmara de Maringá realizou ontem audiência pública para debater propostas para a questão do lixo em Maringá. No evento foram apresentadas informações sobre a realidade do lixo urbano, a necessidade e os desafios da tecnologia. No debate também se discutiu a questão da reciclagem e o papel dos catadores nesse processo.

A audiência foi aberta pelo presidente da Câmara, Chico Caiana, e presidida pela vereadora Márcia Socreppa. Caiana falou sobre o problema do lixo. "O importante é debater soluções e avançar em busca de um sistema que atenda a população nas próximas décadas, com reciclagem, coleta, tratamento e destino final", destaca Caiana.

Vinício Bruni, coordenador de Resíduos Sólidos da Secretaria

de Meio Ambiente do Estado do Paraná, fez uma palestra abordando a necessidade de Ordem, Recursos, Dinâmica e Continuidade nas soluções ambientais.

Vinício finalizou a palestra falando sobre o desafio de incorporar, sempre, passo a passo, os avanços tecnológicos aos sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos. "Incorporar tecnologia, incluir pessoas, resolver o problema do lixo e preservar o meio ambiente é compromisso das cidades para manter a vida no planeta."

## Catadores

Luiz Henrique, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, abordou a situação dos catadores, seu movimento organizado e a importância das parcerias para a sua inclusão social e econômica. "A ação dos catadores tem como impacto social o resgate da cidadania, sua interação com a soci-

edadecivil", explicou.

Segundo Luiz Henrique, os catadores são responsáveis por 90% dos materiais recicláveis que abastecem as indústrias recicladoras no Brasil. "Os catadores atuam ajudando na preservação do meio ambiente, aumento da vida útil dos aterros sanitários, melhoria da limpeza da cidade, economia de recursos naturais e economia de energia."

Hoje, segundo Luiz Henrique, a grande luta é pelas parcerias que promovam a inclusão social e econômica dos catadores. "Assim será possível inserir a cadeia produtiva dos recicláveis em um sistema de rede, capacitar os catadores para o gerenciamento dos empreendimentos, qualificar os empreendimentos visando a autonomia dos catadores, obtendo apoio e financiamento para aquisição de equipamentos para possibilitar a sustentabilidade dos empreendimentos", concluiu.

# Dia a Dia Edson Lima

21/Outubro

[edsonlima@odiario.com](mailto:edsonlima@odiario.com)



[www.odiario.com](http://www.odiario.com)  
Leitores de  
aconteceu  
maioria del  
que insister



**GESTÃO** Na última sexta-feira, o 1º Meeting de Gestão Unimed Maringá reuniu profissionais de vários Estados na Acim para debater "Os desafios da saúde suplementar "CAMINHOS". O presidente da Unimed Maringá, Daoud Nasser (foto), disse que "é preciso achar caminhos para a sustentabilidade do negócio".

## Crise política

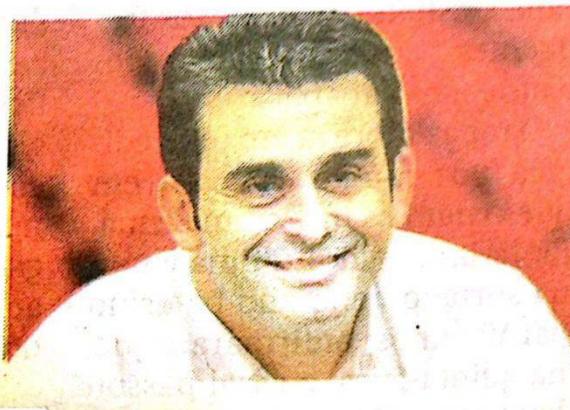
Em vez de negar a corrupção, Dilma faria melhor se demitisse sumariamente todos os integrantes do seu governo – especialmente os de primeiro escalão – cujos nomes aparecem envolvidos em ilícitos. Os substituisse por técnicos capazes de oferecer sustentabilidade à administração pública, que hoje é deficitária em razão da incompetência administrativa e da colocação dos interesses eleitorais acima dos da Nação. Eduardo Cunha iria melhor se cuidasse apenas da produtividade da Câmara Federal, trabalhando para que os projetos ali tramitassem sem demora e com o interesse voltado apenas para o bem público e não em favor de grupos. - “Cunha recebe pedido de impeachment”, Geral, quinta-feira, 22/10, página A8.

**Dirceu Cardoso Gonçalves**  
São Paulo - SP

23 out

- ⊕
- 
- 
- 
-

**REDE** O vereador Flávio Vicente (foto) participou da Convenção Estadual da Rede Sustentabilidade, no sábado, em Curitiba. Ela passou a integrar o Elo do Paraná, que funciona como direção estadual do partido.



## Tucano diz que votará pela perda de mandato

Os representantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, vão defender a cassação do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no colegiado, segundo um dos representantes tucanos. "Não existe a menor chance de blindarmos o Cunha", afirmou o deputado federal Nélson Marchezan (PSDB-RS).

"Tudo que estamos vendo indica que há motivo para a perda de mandato. A situação dele é muito ruim. A tendência é votarmos pela cassação", destacou Marchezan, um dos dois tucanos no Conselho de Ética, composto por 21 deputados. "Nós podemos eventualmente conversar com a bancada, mas o voto será segundo a nossa consciência. Não existe chance de negociação. Vamos dar um voto técnico", ressaltou.

Na próxima terça-feira, quando o colegiado se reunir, haverá um sorteio para se formar uma lista tríplice, da qual o presidente do Conselho, José Carlos Araújo (PSD-BA), escolherá o relator do processo. "Se o presidente do Conselho de Ética e o relator do processo não quiserem agilizar, provavelmente fica para o ano que vem (a conclusão do processo)", disse Marchezan.

Procurado, o outro tucano do Conselho, Betinho Gomes (PE), afirma já ter posição tomada, mas prefere não revelar o voto dele, agora, porque pode ser escolhido como relator.

Na representação contra o presidente da Câmara, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e a Rede Sustentabilidade afirmam que o peemedebista mentiu em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobrás, em março, quando disse que não tinha contas no exterior. Documentos enviados pelo Ministério Público da Suíça indicam que Cunha, a mulher dele, Cláudia Cruz, e uma das filhas do casal seriam beneficiários de contas secretas em bancos do país europeu.

O PSDB, como outros partidos de oposição, vinha sendo cobrado a se posicionar sobre as suspeitas em torno de Cunha, mas a preocupação dos tucanos era não fazer com que isso não prejudicasse a estratégia de pedir a abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Os opositores chegaram a emitir uma nota pública pedindo que Cunha se afastasse do cargo, mas não quiseram dar apoio à representação do PSOL e da Rede no Conselho de Ética. **/// Pedro Venceslau e Valmar Hupsel Filho/AE**

29/05

DEFICITS SEGUIDOS

30 de out

# Dívida bruta do governo vai chegar a 71,1% do PIB

**Ricardo Brito e  
Adriana Fernandes**

Com a confissão de que o País passará por dois deficits seguidos, o governo Dilma Rousseff admitiu, pela primeira vez, que a dívida bruta do setor público vai romper a barreira de 70% do Produto Interno Bruto (PIB), no ano que vem. Documento enviado ao Congresso Nacional e obtido com exclusividade pela Agência Estado, indica que a dívida bruta chegará a 71,1% ao fim de 2016 e ainda subirá no ano seguinte, alcançando 72%. Este ano, o governo prevê que a dívida bruta feche em 68,3% do PIB.

O rompimento da barreira dos 70% traz riscos maiores para o Brasil, porque esse é um dos principais indicadores de robustez e sustentabilidade das finanças de um país observados pelas agências internacionais de rating. Ou seja, aumenta a possibilidade de o Brasil perder o selo de bom pagador por outras duas agências - Fitch e Moody's - após a Standard & Poor's ter feito isso no mês passado.

## Justificativas

No documento enviado ao Congresso, o Executivo disse que o "cenário macroeconômico projetado, juntamente com a elevação gradual do resultado primário, permitirá a sustentabilidade da política fiscal, com menor crescimento da dívida bruta do governo geral como proporção do PIB em 2017".

"Com a recuperação do resultado primário ao longo dos anos seguintes e a retomada do crescimento, a dívida pública se estabilizará", diz o anexo de metas fiscais encaminhado pelo Executivo e ainda não divulgado oficial-

Orçamento (CMO), que recebeu o documento.

Com o rombo primário de 0,85% do PIB, este ano, o governo prevê que o deficit nominal das contas do setor público vai bater o recorde histórico de 9,47%. O resultado nominal inclui na conta os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública. O valor mais alto até agora foi de 6,23%, em 2014. Para 2016, o deficit nominal previsto é de 5,01% e de 3,97%, para 2017.

A equipe econômica manteve a meta de superávit primário de 0,7% do PIB para o próximo ano e de 1,3% do PIB para o ano seguinte. Para elaborar essas novas previsões, o governo trabalhou com uma queda do PIB de um por cento, em 2016, e crescimento de 1,1%, no ano seguinte.

ROMBO



"Pedimos autorização do Legislativo para que as contas possam ter um deficit de R\$ 11,7 bilhões."

**JOAQUIM LEVY**  
Ministro da Fazenda



AVISO N.º 139-2015  
ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2015- DER/DOP/SRNOROESTE  
OBJETO: Fornecimento de películas refletivas tipo I-A, película não refletiva tipo IV-B, para sinalização rodoviária, conforme especificações e quantidades contidas nos Anexo 04 e Anexo 09 do Edital.

PREÇO MÁXIMO: R\$ 133 686,76.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 17/11/2015 às 09:45 horas no site do Banco do Brasil ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)).

DATA DE ABERTURA: 17/11/2015 às 10:00 horas.

AUTORIZAÇÃO: Nelson Leal Junior - Diretor Geral do DER, em 26/10/2015.

N.º DO PROCESSO: 12.534.767-3/2015.

INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO: Os interessados poderão efetuar o "download" do Edital acessando o sistema licitações-e do Banco do Brasil ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)), ou acessando o portal da Internet denominado compras pr ([www.pr.gov.br/compraspr](http://www.pr.gov.br/compraspr)).

Maringá, 28 de outubro de 2015.

Osmar Lopes Ferreira  
Superintendente Regional Noroeste

MATRIZ ENERGÉTICA

30 out

# Simpósio debate biomassa



Rogério Recco

Especial para O Diário

Para incentivar a expansão da cogeração de energia elétrica pelas usinas de açúcar e álcool do Paraná e, assim, suprir a demanda no Estado, a partir do aproveitamento de bagaço e da palha da cana-de-açúcar - fontes renováveis abundantes -, será realizado, hoje, em Maringá, o Primeiro Simpósio de Biomassa e Cogeração de Energia. A iniciativa é da Associação de Produtores de Bioenergia do Paraná (Alcopar), em parceria com o Sistema Federação da Agricultura do Estado (Faep), Companhia Paranaense de Energia (Copel) e Governo do Estado.

Programado para o período das oito às 18 horas, no Hotel Deville, o evento vai reunir um grupo de especialistas que vai falar sobre vários aspectos do uso do bagaço e da palha da cana, como combustível para a geração de energia elétrica. A expectativa dos organizadores é a de que técnicos, dirigentes de empresas, líderes do setor sucroenergético e autoridades participem do encontro.

Um estudo encomendado por Alcopar e Faep aponta ser grande o potencial para a produção de energia de biomassa no Estado, com as vantagens de demandar um investimento, relativamente, baixo e sem impacto ambiental. Das 27 unidades que integram o setor de bioenergia, no Paraná, 13 têm capacidade instalada para processar mais de 1,8 milhão de toneladas de cana, por ano (volume mínimo para viabilizar a cogeração). Elas poderiam oferecer ao Sistema Elétrico Interligado o equivalente à produção de energia gerada por 1,2 turbina das 12 existentes na Usina de Itaipu. Isto, segundo dados da Copel, seria o suficiente para suprir toda a demanda, em megawatts médios, de Curitiba e Maringá juntas.

"Trata-se de uma oportunidade para o Estado e também para as empresas sucroenergéticas", destaca o presidente da Alcopar, Miguel Rubens Tranin. Ele ressalta que o setor enxerga aí um caminho para a retomada do crescimento. De acordo com Tranin, a cogeração representaria um aumento de 15% a 20% no fluxo financeiro das empresas, com reflexos positivos na economia do Paraná.

O estudo da Alcopar e Faep revelou ainda que a cogeração de energia já poderia ser mais

de quatro vezes maior que o volume comercializado, no ano passado, de 756 mil megawatts (MW) hora, por ano, pelas sete usinas paranaenses que já fornecem o insumo para compradores de fora do Estado. Segundo Tranin, com o aumento do plantio de cana e a aplicação de novas técnicas, as 13 unidades, que têm capacidade instalada, poderiam ampliar a oferta de energia elétrica para 3,251 gigawatts (GW) hora, por ano, até 2020.

#### Dependência

Ao participar, em agosto deste ano, do Sustainable Brands Rio, evento voltado para projetos sustentáveis no mundo dos negócios, o fundador e presiden-

te da consultoria Earth Security Group (ESG), Alejandro Litovsky, afirmou que o Brasil não pode contar com a energia hidrelétrica como fonte duradoura para o futuro.

Ele acredita que as mudanças climáticas tornarão essa fonte de energia muito instável. A energia hidrelétrica representa 68% da matriz elétrica brasileira, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no ano passado.

Sediada em Londres, a ESG é uma consultoria que ajuda empresas, bancos e governos a identificar riscos de sustentabilidade e desenvolver estratégias para driblá-los e visualizar oportunidades de mercado.

#### PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

**Das 9 horas às 10h15** - "Manejo e recolhimento de palha para utilização da biomassa em bioeletricidade" - Luiz Carlos Dalben, da Dalplan Engenharia e Planejamento

**Das 10h30 às 11h45** - Case prático de recolhimento de palha - Luiz Gustavo Lazarini, da Usina São José da Estiva, de Novo Horizonte (SP)

**Das 13h30 às 14h30** - "Cogeração de energia com incremento da biomassa" - Paulo Dalben, da Fundamento Consultoria Industrial

**Das 14h30 às 15 horas** - "Recepção e preparo da biomassa para alimentação nas caldeiras" - Laércio Ribeiro, da Fácil System

**Das 15h30 às 16h30** - "Produção de energia elétrica via biomassa florestal" - Celso Daniel Seratto, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)

**Das 16h30 às 17h30** - "Excedentes de energia - geração, conexão e comercialização" - Arthur Padovani Neto e Antônio Spinello, da Companhia Paranaense de Energia (Copel)

**18 horas** - Encerramento do evento com o presidente do Conselho de Administração da Copel, Reinhold Stephanes

14ª Edição

## NOITE DO TURBANTE

Organização: Projeto Abrindo Gavetas

### JANTAR AFRICANO E AFRO-BRASILEIRO

Atividades culturais e desfile da beleza negra!

**ANIMAÇÃO**

Os Mais Mais do Samba Raiz de Maringá e do Grupo Samba K Gente

Data: 31 de outubro  
Local: ASSICS - R. Pioneira Amélia Vêira da Silva César, 1083  
Horário: 21h

Obs.: Trazer talheres

Apoio: O DIÁRIO | [odiario.com](http://odiario.com) |

CONSTRUÇÃO CIVIL

1 novembro

# Sinduscon revela vencedores de prêmios dia 6

● São três categorias em disputa: Sinduscon, Fornecedores e Academia ● Modelo de premiação adotado em Maringá está sendo copiado por outras cidades e Estados

**Da Redação**  
redacao@odiario.com

O Sinduscon e o Seconci estão finalizando os preparativos para o Encontro Empresarial da Construção Civil que será realizado dia 6 de novembro no Excellence Eventos. O setor já vive a expectativa de conhecer os vencedores do Prêmio Sinduscon, Prêmio Fornecedor e Prêmio Academia.

Para o presidente do sindicato, José Maria Paula Soares, a expectativa se justifica, já que o prêmio transformou-se em referência para que as empresas concorrentes possam analisar seu nível de organização e qualidade. "O prêmio contribui para a melhoria contínua da gestão das empresas, consolidando-se como gerador do desenvolvimento justo e correto tanto do ponto de vista econômico quanto social, além de ambientalmente sustentável", ressalta.

Presidente do Seconci, Marcos Mauro Pena Filho foi um dos criadores do Prêmio Sinduscon quando presidia o sindicato em 2010. O empresário lembra que a iniciativa vem sendo modernizada a cada ano e crescendo de importância não só para as empresas, mas também para a comunidade.

"O prêmio gera uma sinergia em cadeia, agregando qualidade aos serviços e produtos das empresas, aumento da produtividade e qualidade de vida dos trabalhadores; valorizando os imóveis e o mercado. Com tudo isso, o consumidor final tem um bem de melhor qualidade", explica Pena Filho.

Grças à credibilidade conquistada, o Prêmio Sinduscon serve de padrão para outras cidades. Fortaleza, por exemplo, implantou o modelo do prêmio criado em Maringá. Vários outros Estados, como Minas Gerais e Maranhão, estiveram em Maringá para conhecer a premiação. "A iniciativa superou as expectativas mais otimistas", comenta José Maria Paula Soares.

O Prêmio Sinduscon é organi-

zado pelo Sinduscon e Seconci, tendo como correalizadores o Senai e o Sebrae-PR, com apoio do CREA-PR. É disputado em três categorias: Construtoras Incorporadoras; Terceirizadas e Obras Públicas. Em cada categoria serão premiadas as duas empresas mais bem avaliadas.

Os temas analisados são Qualidade em Gestão, Segurança no Trabalho, Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Sustentabilidade. A avaliação é baseada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat, nas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), nas Normas de Segurança no Trabalho (NR 18 e NR 35, entre outras) e nos critérios de sustentabilidade – econômica, social e ambiental.

A comissão de auditores é composta por técnicos do Sinduscon, Seconci, Sebrae, Senai e Crea. Desde maio, ao longo de seis meses, cada empresa passou por quatro auditorias, três nos canteiros de obra e uma nos escritórios. Após cada auditoria, elas receberam um feedback e tiveram tempo para melhorar as não-conformidades.

Este ano, as fichas de avaliação do Prêmio Sinduscon passaram a ser informatizadas. Os auditores utilizam tablets, agilizando os processos de soma das notas e feedback aos participantes. Para segurança e sigilo das informações, o sistema foi auditado e certificado por uma empresa especializada. Outra inovação este ano é a inclusão de uma peso nas notas pela participação dos concorrentes em eventos do sindicato da construção e do Seconci.

O diretor executivo do Sinduscon, Valdeimar Adorno Junior, lembra que a definição dos vencedores é feita "de forma objeti-

va" e com base nas auditorias. Ele acrescenta que as empresas se empenham para atender os quesitos do prêmio e têm melhorado seus processos internos e os serviços que oferecem.

## Prêmio Fornecedores

Este ano, o Prêmio Fornecedor está sendo disputado em 17 categorias, uma a mais que em 2014. Cada construtora participante do Prêmio Sinduscon indicou uma empresa fornecedora em cada categoria. As duas mais votadas por categoria passaram por auditorias.

As avaliações são feitas com base nas práticas, registros, documentações e controles conforme as normas e legislação referentes à segurança no trabalho, responsabilidade social, qualidade, meio ambiente e sustentabilidade. O objetivo é promover a melhoria contínua das empresas fornecedoras de materiais e serviços para o setor da Construção Civil, buscando o atendimento às normas, leis, qualidade e boas práticas que regem sua atuação no mercado.

## Sinduscon Academias

Esta é a primeira edição dessa modalidade do Prêmio Sinduscon. Será premiado o melhor trabalho, que deve contribuir para o estudo, pesquisa e soluções, nos mais variados setores das empresas da construção civil, buscando a inovação e a melhoria de processos e produtos.

Valdeimar Adorno Junior diz que o objetivo é estimular e promover a pesquisa na graduação e pós-graduação, com o objetivo de aplicar os conhecimentos na produção de resultados para as empresas da construção civil. "Resumindo, queremos aliar teoria e prática", enfatiza.

José Maria Paula Soares frisa que a universidade é detentora e formadora de competências. "Precisamos aproveitar melhor esse capital humano e estimular o a pensar na inovação e qualidade. Acredito que esse prêmio seja o início de um estreitamento maior entre a academia e o setor".



## SERVIÇO

Encontro Empresarial da Construção Civil - dia 6 de novembro, com recepção aos convidados a partir da 19h30, no Excellence Eventos. Informações: 44 3025 7999.

CONSTRUÇÃO CIVIL

# Ganhadores do Prêmio Sinduscon serão conhecidos hoje à noite

- **Vinte empresas** concorrem na categoria principal; há outras duas modalidades
- Premiação, **criada em 2010**, é uma das mais reconhecidas e importantes no segmento, no Paraná

Da Redação, com Assessoria

Serão conhecidos, hoje à noite, os vencedores do Prêmio Sinduscon, versão 2015. Os ganhadores serão revelados, a partir das 20 horas, durante Encontro Empresarial da Construção Civil, no Excellence Eventos. Os organizadores esperam a presença de cerca de mil convidados. Vinte empresas concorrem na modalidade principal.

• Criada em 2010, a iniciativa é, hoje, uma das principais premiações da construção civil, no Paraná. Na edição deste ano, serão reconhecidos os melhores em três categorias. O Prêmio Sinduscon, propriamente dito, o Fornecedor e Academia.

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do

Noroeste do Paraná, José Maria Paula Soares, destaca que o prêmio reconhece as empresas que investem em tecnologia, inovação, redução de desperdício, gestão de pessoas, segurança no trabalho, meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade social. "É uma forma de provocar as empresas a serem melhores a cada dia", ressalta.

Para o idealizador da iniciativa, Marcos Mauro Pena Filho, atual presidente do Serviço Social do Sinduscon (Secoscl), o prêmio contempla quem estabelece metas empresariais "compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade". Ele acrescenta que a premiação "valoriza as empresas que respeitam a diversidade e promovem a redução das desigualdades sociais".

Na avaliação do diretor-ex-

cutivo do Sinduscon, Valdemar Adorno Júnior, o Prêmio é uma das principais contribuições "para as empresas do setor e para todo o mercado, porque, no final, atende empresários, trabalhadores e consumidores".

#### Avaliações

A avaliação das empresas concorrentes é baseada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat, nas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), nas Normas de Segurança no Trabalho (NR 18 e NR 35, entre outras) e nos critérios de sustentabilidade - econômica, social e ambiental.

A comissão de auditores é composta por técnicos do Sinduscon, Secoscl, Sebrae, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Conselho Re-

gional de Engenharia e Agronomia (Crea). Desde maio, cada empresa passou por quatro auditorias. Três nos canteiros de obras; uma nos escritórios. Após cada "visita", elas receberam um feedback e tiveram tempo para melhoras não-conformidades.

Uma das principais mudanças na edição 2015 foi a informatização das fichas de avaliação. Os auditores utilizaram tablets, agilizando os processos de soma das notas e feedback aos participantes. Para segurança e sigilo das informações, o sistema é auditado e certificado por uma empresa especializada.

Em relação aos critérios de avaliação do Prêmio Sinduscon este ano foi criado um peso para participação dos concorrentes em eventos do sindicato da construção e do Secoscl. As entidades também criaram um Núcleo

#### CANDIDATOS AO TÍTULO

- |                    |                     |
|--------------------|---------------------|
| • A. Yoshii        | • Just              |
| • Cantareira       | • Lótus             |
| • Catamará         | • Metrô             |
| • CCP              | • Pedro Granado     |
| • CIM              | • Planingá          |
| • Design           | • Provectum         |
| • Engeblock        | • Scobin Engenharia |
| • Fenícia          | • Sisa              |
| • Tradição Imóveis | • Taky              |
| • João Granado     | • Wegg-CCII         |



de Recursos Humanos das empresas associadas. A presença dos representantes neste núcleo conta pontos aos concorrentes.

No Prêmio Fornecedores, houve o incremento de mais

uma categoria. Agora, são 17. Já o Prêmio Academia vai premiar o melhor trabalho elaborado por alunos ou professores das faculdades de engenharias e arquiteturas locais.

do século.

17 novembro

**LOCAL** Pelo programa, um fórum sobre sustentabilidade deve acontecer no Stade de France, onde duas bombas explodiram nas proximidades, na sexta-feira à noite.

## Sustentável

✓ O Rio Quente Resorts, no coração do Estado de Goiás, complexo turístico que engloba oito hotéis, oito piscinas termais e que recebe por ano uma média de 1,5 milhão de pessoas em seus 1,3 mil apartamentos trabalha o conceito de sustentabilidade como poucos. O complexo, além de manter os hóspedes ocupados em dezenas de atividades lúdicas, esportivas e sociais o resort, montou o Centro de Produção e Distribuição de Alimentos (CPDA) que abastece os resorts garantindo alimento de qualidade e com procedência muito bem definida. Considerada a maior estrutura de cozinha central que a América Latina possui em um resort, o CPDA ocupa uma área de cinco mil metros quadrados, que divide-se em departamentos de pré-preparo, cozinha, panificação, embalagens e expedição, emprega 80 pessoas e tem capacidade para oferecer até 15 mil refeições por dia.

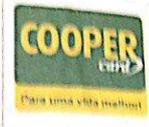
**BOCEJO** Enquanto o ex-presidente Fernando Henrique falava, ontem pela manhã, sobre meio ambiente e sustentabilidade em seminário do Instituto Teotônio Vilela, o ex-presidenciável Eduardo Jorge (PV) cochilava na plateia.

---

24/11

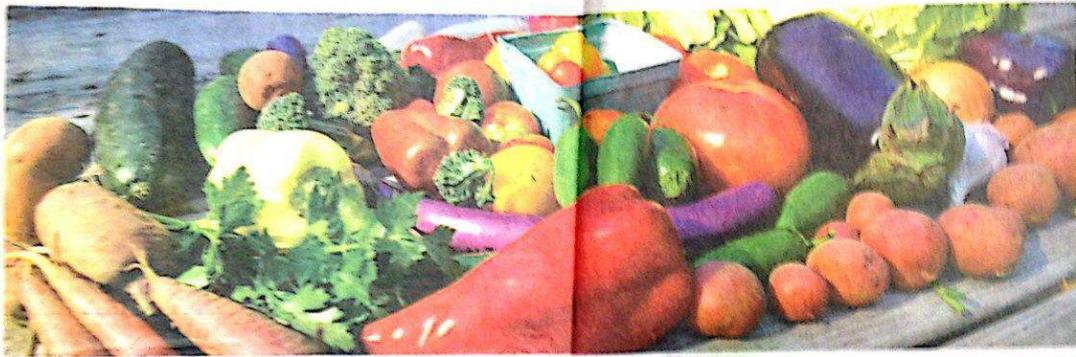
B6 **VIVA SABOR**

INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO  
Data de validade: 21 de novembro de 2014



# Orgânicos fazem parte de um mercado em formação

- Apenas **0,4%** dos alimentos produzidos no Brasil são oriundos de sistemas de cultivo livres de agrotóxicos
- Setor ainda é iniciativa típica de pequenos **agricultores extrativistas** familiares e de empresários ousados.



**DIARIAMENTE FAZENDO SEU DIA MAIS**

Restaurante **Relevo do Sabor**

**DISH ENTREGA**

**3025-4709**

AV. BRASIL, 4478 (EM FRENTE AO PAM)

**SABIA MAIS**

Além disso, em 2014, o Brasil teve receitas de R\$ 2 bilhões em exportações de produtos orgânicos, segundo o relatório de 2014 do Conselho Nacional de Agricultura. Ainda assim, o Brasil não é considerado um país produtor de alimentos orgânicos em escala comercial. Segundo a Associação Brasileira de Agricultura Orgânica (ABAO), o Brasil ainda não possui uma legislação específica para o setor. A legislação nacional sobre orgânicos se encontra em fase de elaboração em 2014.

**BREVE MAIS UM LOJA**

**della PIZZA**

**Delivery 3222-2223**

www.della.com.br

**Edvaldo Magro**  
edvaldomagro@gmail.com

O Brasil figura desde 2006 como o líder mundial no consumo de agrotóxicos. No comércio de alimentos orgânicos, porém, o Brasil ainda enfrenta dificuldades para se manter no cenário internacional, ainda enfrentando os problemas de infraestrutura logística, custos de distribuição e comercialização no país. Se está de fato em crescimento, o setor ainda enfrenta dificuldades para se manter no cenário internacional, ainda enfrentando os problemas de infraestrutura logística, custos de distribuição e comercialização no país. Se está de fato em crescimento, o setor ainda enfrenta dificuldades para se manter no cenário internacional, ainda enfrentando os problemas de infraestrutura logística, custos de distribuição e comercialização no país.

programa ligado à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) para dar suporte às vendas internacionais dos produtores orgânicos. Segundo o relatório de 2014 do Conselho Nacional de Agricultura, o Brasil ainda não possui uma legislação específica para o setor. A legislação nacional sobre orgânicos se encontra em fase de elaboração em 2014.

no Brasil teve receitas de R\$ 2 bilhões em 2014, um número pouco expressivo diante dos R\$ 468 bilhões de vendas de agrotóxicos no ano passado, e representa apenas 0,4% do total produzido no país. O volume ainda está bem atrás de outros países, como a Alemanha, onde o setor responde por 4% a 5% do total produzido. Nos EUA, o setor representa 10% do total produzido. Segundo o relatório de 2014 do Conselho Nacional de Agricultura, o Brasil ainda não possui uma legislação específica para o setor. A legislação nacional sobre orgânicos se encontra em fase de elaboração em 2014.

chase, considerado o Centro de Inovação em Alimentos da Sociedade Nacional de Agricultura. Ainda assim, o Brasil não é considerado um país produtor de alimentos orgânicos em escala comercial. Segundo a Associação Brasileira de Agricultura Orgânica (ABAO), o Brasil ainda não possui uma legislação específica para o setor. A legislação nacional sobre orgânicos se encontra em fase de elaboração em 2014.

lotis. Nos casos do grupo Unilever, por exemplo, os orgânicos representam 1,3% das vendas de mercadorias. Outras empresas, como a Unilever, a Engenium e a Nestlé, também afirmam que apesar de muitos problemas, o futuro dos orgânicos no Brasil é promissor. O mercado de orgânicos no Brasil está sendo impulsionado por empresas que tentam atender um público cada vez maior pelo consumo que costuma ser associado com a saúde. As empresas também costumam oferecer produtos orgânicos em lojas físicas e online, o que facilita o acesso do consumidor. Muitas vezes, quando esse tipo de produto é vendido em supermercados, o consumidor precisa ir até o supermercado para comprar o produto. Isso não é uma opção para todos os consumidores, especialmente para aqueles que vivem em áreas urbanas e não têm acesso a supermercados locais.

com que o cliente no consumidor está buscando um produto saudável. Outro fator importante é a falta de regulamentação específica para o setor. Segundo o relatório de 2014 do Conselho Nacional de Agricultura, o Brasil ainda não possui uma legislação específica para o setor. A legislação nacional sobre orgânicos se encontra em fase de elaboração em 2014.

## Anexo

Marco Aurélio  
Cremasco

marcoacremasco@gmail.com



“ Paga-se qualquer preço e a ética é vista como um comportamento inerente aos tolos e ingênuos ”

## A corrosão do valor

**N**ão se pode discutir desenvolvimento sustentável ou pensar em avanços políticos, sociais e tecnológicos deixando de lado a mínima reflexão sobre a natureza humana. O mundo de hoje, tomado emprestado do olhar de Hume, e, com suas diferenças, o mundo de ontem, e no qual se percebe que os valores morais continuam desrespeitados.

A educação tecnológica, por exemplo, não pode estar concentrada apenas na sustentabilidade técnica, em que se foca o desenvolvimento (tecnológico) para atender às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

O futuro, evidentemente, depende da formação do que se oferece para hoje, uma vez que os aprendizes devem estar preparados para serem os tutores de amanhã. O ambiente de trabalho do futuro será diferente do que se encontra atualmente, mas o compromisso ético tem de ser aprimorado, exatamente para não repetir erros.

A história se repete porque não há preservação e nem respeito à memória. No mundo de hoje se corre o risco do desemprego por ser experiente e ter caráter? Será essa a herança a ser oferecida? No mundo globalizado há a tendência do esquecimento dos valores

morais e do aquecimento daqueles econômicos.

A importância dos valores a uma pessoa é fundamental para o seu exercício ético. Além disso, os valores são cruciais para a compreensão das relações, na medida em que estabelecem a fundação para o entendimento de atitudes e motivações. Neste sentido, como apontado por Hirigoyen, é necessário aprender a respeitar o outro e considerar a sua cultura, diferenças e eventuais fragilidades.

Aqueles que não seguem a cartilha da corrupção e das delícias do poder são violentados em seus valores terminais e instrumentais, em que os primeiros dizem respeito à razão de viver, aos objetivos que a pessoa gostaria de atingir durante a sua existência; enquanto os últimos referem-se aos modos de comportamento ou de meios para atingir os valores terminais.

Em um visio bergsoniano, os valores terminais estão associados ao objetivo da existência, enquanto os valores instrumentais referem-se ao modo diário de conduta. A falta da preservação desses valores, como responsabilidade e respeito, destrói qualquer sociedade.

A permissão para que surjam falhas morais pode estar no ambiente de trabalho e, quiza, no seio fami-

liar. Vemos a preguiça como a capacidade de não querer provocar mudanças pro-ativas. Gula em querer tudo para si. Avarizia caracterizada pela centralização das informações, decisões, desqualificando a habilidade do outro. A ira aflora quando há sucesso do outro, provocando frustração e sede de vingança. A luxúria baseada na boijulação para alcançar benefícios ou para esconder a falta de habilidades, principalmente técnica. Inveja por não reconhecer o sucesso do outro, por querer o sucesso, a qualidade, a virtude ou por querer ser o outro. Tais pecados capitais levam a pessoa, principalmente aquela que detém o poder, a agir contra as pessoas éticas, na intenção de controlar a situação para manter-se no poder.

Paga-se qualquer preço e a ética é vista como um comportamento inerente aos tolos e ingênuos. Por outro lado, vê-se o proselitismo hipócrita quando se condena "moralmente" uma proposta artística, feita a performance "Macaquinhos", ou fundamentalismos que impedem o avanço do conhecimento, tornando-se cego à miséria, a exclusão, a discriminação, a crimes socioambientais, a corrupção de empreiteiras e de representantes do povo.

São esses tipos de pecados, regidos pelo capital, que corrompem cruelmente os pilares da sociedade.

1/12

**SAÍDAS** O presidente da Abag, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, adverte: “Precisamos dar continuidade no esforço em produtividade e sustentabilidade. Esta é a essência que nos faz diferentes e ser aceitos no resto do mundo”.

**REDE** O partido Rede de Sustentabilidade realizará Encontro Municipal em Maringá, no sábado, às 8h30, no plenarinho da Câmara de Maringá.

04/12

# Análise da cassação de Cunha é adiada de novo

Mais de um mês após a instauração do processo, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados finalizou, ontem, as discussões sobre a abertura de pedido de cassação contra o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), mas adiou, mais uma vez, a votação da admissibilidade do pedido, que ficou para hoje. A sessão foi marcada por mais tentativas protelatórias dos deputados pró-Cunha. Manoel Júnior (PMDB-PB) chegou a entrar com um pedido para adiar por mais cinco dias a votação, mas esse pedido também só será apreciado hoje.

O presidente do Conselho, José Carlos Araújo (PSD-BA), anunciou que a votação deve ser, finalmente, realizada hoje. Segundo ele, não foi possível realizá-la, ontem, por causa do início da ordem do dia no plenário da Câmara, o que regimentalmente interrompe o trabalho do colegiado.

Mais quatro integrantes titulares do conselho adiantaram os votos: os petistas Zé Geraldo

(PA) e Valmir Prascidelli (SP) sugeriram ser favoráveis à abertura, enquanto Cacá Leão (PP-BA) e Paulinho da Força (SD-SP) sugeriram que votarão contrariamente à abertura.

Assim, o placar fica de nove favoráveis à continuidade e três contrários. Vinte integrantes, incluindo o relator, têm direito a voto. Embora alguns tenham adiantado publicamente o posicionamento, nada impede que eles votem de forma diferente.

Cacá Leão é filho do vice-governador da Bahia, João Leão (PP), que foi acusado pelo doleiro Alberto Youssef de receber recursos ilícitos da Petrobrás e, por isso, é alvo de inquérito da Operação Lava Jato.

Outros aliados de Cunha, como o líder do Partido Social Cristão (PSC), André Moura (SE), chamado por adversários de "lambe-botas", e o deputado Carlos Marun (PMDB-MS), saíram na defesa do presidente da Câmara. Marun adiantou uma estratégia dos aliados de Cunha

que é sugerir uma punição mais branda enquadrada em outro artigo do Conselho de Ética que não incluiria a cassação. "A cassação é uma pena de morte contra nossa vida política", afirmou.

A representação contra Cunha, protocolada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pela Rede Sustentabilidade, acusa-o de mentir aos pares ao declarar, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobrás, que não teria contas no exterior. O Ministério Público da Suíça enviou ao Brasil a descoberta de quatro contas no exterior em nome do deputado e de familiares dele.

A defesa de Cunha, porém, argumenta que três dessas contas se constituíam em trustes, espécie de investimento no qual ele entrega os recursos a um banco para que administre e diz que ele não tinha mais responsabilidade sobre esse dinheiro. A outra conta pertence nominalmente à mulher dele, Cláudia Cruz.

/// Aguirre Talento/Folhapress

A6

Editor: Eduardo Xavier  
Tel: (41) 3221-6614 Email: xavier@odiario.com

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ  
Quarta-feira, 06 de janeiro de 2016

# Paraná



## LITORAL DO PARANÁ

Cerca de 2 milhões de pessoas já passaram pelo litoral paranaense desde o dia 23 de dezembro, quando foi lançada a operação Verão Paraná 2015/2016. Com a operação, que segue até o Carnaval, em 10 de fevereiro, o governo do Estado intensificou ações nas áreas da segurança pública, saúde, meio ambiente, saneamento, energia e turismo. Entre os dias 23 de dezembro e 3 de janeiro, o Corpo de Bombeiros fez 358 salvamentos e 319 resgates de banhistas nas praias.

DESENVOLVIMENTO

## Estado é o 2º mais competitivo, diz ranking

Da Redação  
redacao@odiario.com

Levantamento elaborado pelo Centro de Liderança Pública, em parceria com a consultoria Tendências e com a Economist Intelligence Unit, a divisão de pesquisas e análises do mesmo grupo que edita a revista The Economist. "São indicadores confiáveis e bem apurados que mostram que estamos no caminho certo para garantir o progresso cada vez mais intenso e garantir o desenvolvimento econômico e social do Paraná", disse o governador Beto Richa (PSDB).

O Paraná é o segundo Estado mais competitivo do Brasil, de acordo com ranking publicado pela revista Veja. O levantamento mede o ambiente de negócios e competitividade por investimentos no Brasil. O Estado tem nota 80, atrás apenas de São

Paulo, que recebeu 90.

O estudo foi elaborado pelo Centro de Liderança Pública, em parceria com a consultoria Tendências e com a Economist Intelligence Unit, a divisão de pesquisas e análises do mesmo grupo que edita a revista The Economist. "São indicadores confiáveis e bem apurados que mostram que estamos no caminho certo para garantir o progresso cada vez mais intenso e garantir o desenvolvimento econômico e social do Paraná", disse o governador Beto Richa (PSDB).

Foram analisadas todas as unidades da federação de acordo com 64 indicadores em 10 pilares considerados essenciais

para o bom ambiente de negócios: potencial de mercado, infraestrutura, capital humano, educação, sustentabilidade social, segurança pública, sustentabilidade fiscal, eficiência da máquina pública, inovação e sustentabilidade ambiental. "Este segundo lugar tem um gostinho de primeiro, afinal todos reconhecem que São Paulo é um Estado com a força de um País", afirmou o governador. Richa atribuiu o bom desempenho ao trabalho de planejamento do governo e esforço do trabalho dos paranaenses. "São indicadores importantes que nos orgulham e estamos no nosso trabalho", disse.

Além da competitividade, o

governador citou outro levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que diz que o Paraná ultrapassou o Rio Grande do Sul e já é a quarta maior economia do País. Ele afirmou que o Paraná passa hoje pelo maior ciclo industrial da história. "Isso é resultado do novo jeito de governar, pautado pelo diálogo, segurança jurídica, estabilidade política e bons programas", disse o governador.

Ele citou como exemplo o Paraná Competivo, programa estadual que concede incentivos para atração e ampliação de investimentos privados. "Não é à toa que alguns dos mais destacados

investimentos feitos nos últimos anos ocorreram nessas regiões (Sul e Sudeste). O dinheiro busca tranquilidade e certezas", afirma a revista Veja.

A pontuação é de 0 a 100 e, quanto maior, melhor posicionado o Estado. Além do Paraná e São Paulo, o ranking aponta ainda na liderança Santa Catarina (3.º lugar - 77 pontos), Distrito Federal (4.º lugar - 70 pontos), Rio Grande do Sul e Minas Gerais (5.º lugar - 68 pontos). A publicação mostra que a média geral dos estados, em uma escala de 0 a 100, o Brasil tem nota 37.

### Segurança

Em todos os indicadores pes-

quisados, o Paraná registrou notas acima da média nacional. O destaque principal foi na segurança pública, com o primeiro lugar. Foi atribuída ao Estado nota 100 no quesito, enquanto o segundo colocado, São Paulo, recebeu nota 94, e o terceiro colocado, Santa Catarina, ficou com 92. "Uma importante nota que nos motiva e mostra que estamos no caminho certo. Na nossa gestão, estamos contratando 10 mil policiais para intensificar a segurança dos paranaenses", afirmou Richa. Ele citou ainda a compra de 1,56 mil viaturas policiais. A média nacional em segurança pública foi de apenas 67.

## CORRIDA MALUCA 2

Líderes do Democratas (DEM), Partido Popular Socialista (PPS) e Solidariedade (SDD) vão, na próxima terça-feira, visitar Fachin. Outro grupo, com Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Rede Sustentabilidade, vai entregar até quarta-feira uma carta aberta aos ministros pontuando "ofensas" do peemedebista à Constituição.

APRELU

3 fev

# Dilma pede 'parceria' do Congresso para retomar crescimento do País

● Presidente também solicita apoio à **aprovação** da reforma na Previdência Social e da volta da CPMF  
 ● Depois dos aplausos na chegada, vai ao citar **recriação** do imposto sobre movimentação financeira

**Folhapress**  
 redacao@odiario.com

A presidente Dilma Rousseff fez um apelo direto a deputados federais e senadores, ontem, para que o Congresso Nacional auxilie o governo dela a retomar o crescimento da economia do País. O discurso também incluiu pedido de apoio à aprovação da reforma da Previdência Social.

Dilma destacou precisar da contribuição do Congresso para dar sequência à estabilização fiscal e assegurar a retomada do crescimento. "Neste ano, queremos construir, mais uma vez, com o Congresso uma agenda priorizando as medidas que vão permitir a transição para uma reforma fiscal", ressaltou.

A presidente citou iniciativas governamentais aprovadas no Legislativo, como mudanças de regras no seguro-desemprego e no abono salarial. Segundo ela, a visão do governo federal é "reformular para preservar programas sociais e investimentos". A crise econômica, afirmou, é um momento "muito doloroso" para ser desperdiçado.

**Humores**

Ao chegar ao Congresso, Dilma foi recebida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Dentro do plenário da Câmara, repleto de parlamentares, foi aplaudida ao chegar.

O humor da plateia, no entanto, alterou-se quando a presidente pediu a aprovação da proposta de recriação da CPMF e da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Várias ocorreram no plenário.

**Ameno**  
 No discurso, Cunha baixou o

tom de crítica ao governo. "A Câmara não se furtará a examinar qualquer proposta do Poder Executivo, embora não haja consenso de que o aumento da carga tributária seja a solução para o combate à crise", afirmou.

Para o ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, que até o dia anterior representaria a presidente na sessão de ontem, a decisão de Dilma de participar da abertura dos trabalhos no Congresso foi um gesto de "humildade".

**Aposentadoria**

A presidente também fez um longo apelo pela aprovação de uma reforma da Previdência, prometeu apresentar uma proposta ainda neste primeiro semestre, e disse que o governo está aberto para ouvir sugestões. "São em momentos de crise, que surgem possibilidades de construir soluções duradouras. A reforma da Previdência não é medida de benefício do atual governo. O impacto dela e questão do Estado brasileiro, de médio e longo prazo", alegou.

A presidente ressaltou que a reforma é necessária para que se mantenha a "sustentabilidade

**66**  
**Cabe nos enfrentar desafio maior para política fiscal, que é a sustentabilidade da Previdência Social em um contexto de envelhecimento da população."**

**DILMA ROUSSEFF**  
 Presidente do Brasil

da Previdência no contexto de crescimento da população".

"Queremos uma proposta exequível justa para o povo, que aprimore as regras de aposentadoria por idade e tempo de contribuição. A proposta terá como premissa o respeito aos direitos adquiridos e elevará expectativa de direitos. Não vamos retirar qualquer direito dos brasileiros", declarou e foi aplaudida em seguida.

**Temas**

A presidente também afirmou que as tarifas de energia poderão ser reduzidas, neste ano, caso os reservatórios de água voltem a normalidade.

"Com normalização da oferta de água nos reservatórios, as bandeiras tarifárias poderão ser, gradativamente, alteradas, reduzindo as tarifas de energia", informou.

Dilma ainda defendeu mudança na legislação sobre os acordos de leniência, para preservar empresas e empregos.

A presidente pediu também engajamento no combate ao zika vírus.

**Aceno**

A decisão de ir ao Congresso fez a leitura da mensagem do Poder Executivo, na reabertura dos trabalhos do Congresso, foi da própria presidente.

Diante da crise política e retomada da discussão sobre o impeachment dela, Dilma decidiu interromper a tradição dos últimos anos, quando o ministro-chefe da Casa Civil fazia a leitura da mensagem no Congresso, e escrever um texto em primeira pessoa, com as mensagens que julga importantes para vencer a crise política e econômica, em um aceno à base aliada e também à oposição.

**SANTO CARNAVAL**  
**06 FEV SÁBADO 2016**  
**COUNTRY CLUB**

**JÚLIA JONES E BANDA**  
(DAMA / AM)

**DANIEL MALKER E OS CARAS DA VAI**  
(DAMA / AM / MACHUCA)

**JOSH B. RODA DE GROOVE**

**PONTOS DE VENDA**

<b>SANTO BASE</b> (41) 3020-4820	<b>SIR ARISTOCRATE</b> (41) 33305-2138	<b>IMPRESSO NACIONAL</b> www.impressonacional.com.br
<b>LOFT AVENIDA HERVAL</b> (41) 3020-5637	<b>LOFT AVENIDA CENTER</b> (41) 3025-5313	<b>LOFT CATUAÍ MARINGÁ</b> (41) 3123-5108 (41) 3123-5106

**CCM**  
**COUNTRY CLUB DE MARINGÁ**

AGRONEGÓCIO

4 fev

# BRDE libera R\$ 180 milhões para setor rural

- Foram assinados **15 contratos** de financiamentos
- Serão beneficiados empreendimentos em **18 municípios**
- **Dinheiro** vai para cooperativas, empresas e para o campo



Agência Estadual  
redacao@odiario.com

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), liberou, ontem, R\$ 180 milhões em financiamentos da agência paranaense do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para cooperativas, empresas e produtores rurais. A assinatura dos 15 contratos foi feita no Show Rural Coopavel 2016, em Cascavel.

Os recursos são para financiamentos de projetos envolvendo os setores de armazenagem, beneficiamento de grãos, plantio de pinus, avicultura e aquisição de equipamentos, que beneficiam 18 municípios.

A assinatura teve a presença do governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, e marcou o início das comemorações dos 55 anos do BRDE.

Entre as empresas e cooperativas beneficiadas, estão Águia Florestal, Cocari, Copacol, Frimesa, Paraná Soldas, Sementes Guerra, Unitá, Hidro e Somave Agroindustrial.

Com um cenário favorável ao agronegócio e a perspectiva de ampliar os investimentos em inovação, energia, sustentabilidade e setor público, o a agência paranaense do BRDE disponibilizou R\$ 300 milhões para serem negociados durante o

Show Rural.

A meta de financiamento do BRDE para 2016 é superar R\$ 1,5 bilhão, de acordo com o diretor Administrativo da instituição, Orlando Pessuti. "Com esses financiamentos fazemos com que o banco cumpra a missão de fomentar o desenvolvimento econômico do Paraná com a geração de empregos e renda", disse.

Ele destacou o papel das cooperativas no crescimento do Estado. "As cooperativas e o BRDE sempre caminharam juntos. É muito importante essa integração para a modernização e avanço dos negócios", disse.

**Modelo**

O governador do Mato Gros-

so do Sul, Reinaldo Azambuja, também assinou convênios para municípios do Estado dele. Ele destacou o papel do BRDE no fortalecimento do agronegócio e elogiou a estrutura do Show Rural.

"O Paraná é um Estado pujante e essa feira é uma demonstração do Brasil que dá certo. Só vamos conseguir superar a crise nacional se tivermos atividade econômica com geração de empregos. E isso, o setor do agronegócio tem feito", afirmou.

Azambuja defendeu uma integração maior do Paraná com Mato Grosso do Sul para avançar em vigilância sanitária e na construção de um ramal ferroviário ligando os dois Estados. Durante o discurso, ele afirmou que o governador Beto Richa fez o que era necessário ao promover o ajuste fiscal. "Foi um ajuste necessário e o Paraná colhe os frutos. É um dos únicos estados com condições de investir e manter seus compromissos", disse Azambuja.

O prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, disse que o Show Rural é uma grande oportunidade para os produtores conhecerem as últimas tecnologias disponíveis para melhorar a produção no campo. "É um evento que traz muitas divisas e movimentam a economia do município", afirmou.

**APOIO**

**"O produtor tem feito o dever dele da porteira para dentro. Agora, o Estado tem que fazer a parte dele da porteira para fora."**

**BETO RICHA (PSDB)**  
Governador do Paraná

## OPINIÃO

## 'Gastronomia responsável' converge culinária e meio ambiente

EDIVALDO MAGRO  
edivaldomagro@gmail.com

**E**m tempos de aquecimento global e alertas cada vez mais alarmistas sobre o futuro da humanidade, um movimento internacional reforça o conjunto de ações, ainda incipientes, que buscam conscientizar as pessoas sobre a preservação dos recursos naturais, entre eles a indispensável alimentação. O movimento 'gastronomia responsável', que busca fazer a convergência entre culinária e meio ambiente amparado nos seguintes princípios: utilização de ingredientes orgânicos, utilização de produtos regionais, não utilização de espécies ameaçadas de extinção e aproveitamento integral de alimentos. Na prática, atitudes como reciclar o lixo, o óleo de cozinha, o cultivo de hortas domésticas, compostagem e o reaproveitamento de sobras de alimentos são alguns dos atos asseguram a sustentabilidade culinária e, por extensão, reduzem as agressões ao meio ambiente. O óleo de cozinha, por exemplo, é ingrediente bem ilustrativo da importância de se atentar para a gastronomia responsável. A constatação científica aponta que apenas 1 litro de óleo é capaz

de contaminar aproximadamente 1 milhão de litros de água. Pior: a contaminação de mananciais por óleo aumenta em até 50% o custo do tratamento de água. Portanto, a reciclagem do ingrediente tem enorme impacto no meio ambiente - e em Maringá, o Instituto Cidade Canção desenvolve oportuno projeto nessa área. Ano passado o instituto inaugurou estação para coleta não apenas de óleo, mas também de materiais recicláveis como vidros, plásticos e metais. O mesmo vale para o lixo. Estima-se que todos os dias os brasileiros produzem com 250 mil toneladas de resíduos - e apenas 2% desse volume é reciclado. Pior: essa montanha de resíduo cresce a céu aberto, em 'lixões' improvisados que oferecem todo tipo de risco ao meio ambiente. A gastronomia responsável prega a drástica redução de lixo - e das perdas! Estima-se que anualmente o mundo desperdice 1 bilhão de toneladas de alimentos em toda a cadeia produtiva, com perdas mais acentuadas no manuseio e transporte (os consumidores contribuem com 15%). A comida que sobre no prato, o alface que escurece na geladeira, a fruta que

voce não adquire por detalhes insignificantes na aparência... Esses e tantos outros pequenos detalhes ajudam a aumentar o tamanho do desperdício e empurrar para o lixo uma montanha de comida, enquanto a fome é epidêmica em muitas regiões do mundo. O movimento gastronomia responsável refina, em alguns aspectos, a proposta do italiano Carlo Petrini, que no final da década de 1980 lançou as bases do que ficou conhecido como slow food, cujo princípio básico "é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade, produzidos de forma que respeite tanto o meio

ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção". Outra importante preocupação do movimento é com o gás carbônico emitido pelo transporte de alimentos e um dos componentes químicos responsáveis pelo aquecimento global. "Quanto maior o percurso do alimento do local de produção para a mesa do consumidor, maior a emissão desse gás. Além disso, o deslocamento em longas distâncias exige refrigeração, o que acarreta no aumento do consumo de energia, e envolve outras ações como a adição de insumos químicos ou fungicidas para aumentar a durabilidade do produto, o reforço das embalagens ou mesmo a perda da qualidade dos alimentos", alerta o movimento, que propõe o consumo de alimentos produzidos localmente e a valorização de produtos oriundos de espécies nativas de cada região, respeitando sua sazonalidade. Sugere evitar o consumo de espécies exóticas - como no caso dos cultivos de abelhas, camarões e ostras originários de outras regiões - que, sem controle, podem causar desequilíbrios ambientais. (Confira receitas sustentáveis na página 3)

“A população mundial cresceu 2,2 vezes nos últimos 50 anos, mas a expansão do consumo no mesmo período foi seis vezes maior. Atualmente, consome-se cerca de 25% a mais de recursos do que a natureza consegue repor

AS

Edição: Eduardo Galieti  
Tel: (11) 3271-6615. Email: galieni@odiario.com

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ  
Domingo, 07 de fevereiro de 2016

# Paraná

## Antônio Carlos Nardi "Nunca tivemos um quadro tão favorável para vencer o Aedes"

ENTREVISTA /// O secretário Nacional de Vigilância em Saúde fala das ações contra o zika vírus, da esperada vacina, e até de temas polêmicos, como o aborto em casos de microcefalia

Lutz Fernando Cardoso  
luf@fernando.com.br

**N**em mestre-sala ou porta-bandeira nem rainha de bateria ou milistas sem minúsculas com samba no pé: o grande destaque do Carnaval deste ano é o Aedes aegypti. O mosquito que há décadas atormenta os brasileiros com a dengue, agora faz a festa espalhando a febre chikungunya e o temido zika vírus - ao qual está sendo associada parte dos casos de microcefalia no País. A preocupação é tamanha que, esta semana, a presidente Dilma Rousseff (PT) classificou o zika como "nossa realidade" e anunciou uma mobilização, sem precedentes, para evitar que o mosquito tire fazenda da festa.

O secretário Nacional de Vigilância em Saúde, o maranhense Antônio Carlos Nardi, integra a coordenação da ofensiva contra o mosquito. Ele, que está em Maringá, retornará à Brasília antes do dia 13, data em que o Patinho do Planalto deflagrará operação com 220 mil homens das Forças Armadas em força tarefa que, segundo Nardi, costura uma rede com 50 mil agentes comunitários de saúde e quase 20 mil agentes de endemias.

Essa força tarefa será coordenada pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI), criado por Dilma para reunir 18 ministérios no combate à dengue. "É o que sempre quisemos", destaca Nardi, que traz na entrevista detalhes de ações que estão sendo pensadas e tomadas em Brasília.

**O Diário** - Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil superou os 400 casos confirmados de microcefalia.

microcefalia. 17 deles com exames positivos para o zika vírus? A situação pode ser considerada alarmante?

**Antônio Carlos Nardi** - A microcefalia não é uma doença nova, e pode ter inúmeros agentes causais. Pode ser provocada pelo zika, mas também pela rubéola, pela toxoplasma, por intoxicação por metais pesados, complicações de fatores genéticos por hereditariedade, intoxicação por álcool ou tabacoismo por herpes. É o caso - que temos de tratar com muita precaução - desses casos de bebês microcefálicos. Cuidamos disso junto com entidades internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), na sede em inglês de Atlanta, nos Estados Unidos. Na pesquisa do nosso subgrupo de mam, do Instituto de Ciências Exatas, foi o único brasileiro no comitê convocados pela OMS para discutir o caso.

Secretário Nacional de Vigilância em Saúde, o maranhense Antônio Carlos Nardi integra a coordenação da ofensiva contra o mosquito. Ele, que está em Maringá, retornará à Brasília antes do dia 13, data em que o Patinho do Planalto deflagrará operação com 220 mil homens das Forças Armadas em força tarefa que, segundo Nardi, costura uma rede com 50 mil agentes comunitários de saúde e quase 20 mil agentes de endemias.

**P** - A OMS fez bem ao decretar emergência sanitária mundial? **R** - É lógico. Nos casos de nascimento de microcefalia e grande número de casos de zika vírus no Brasil. A partir do momento em que em outubro, se em Pernambuco tivemos mais de 20 bebês nascidos com microcefalia, o ministro da Saúde, Marcelo Castro, não hesitou em comunicar a comunidade internacional de declarar, no início de novembro de 2015, emergência de saúde pública de interesse internacional. O que a OMS fez esta correção, porque, até maio de 2015, não se sabia que o zika vírus era transmitido sexualmente.

**P** - A Alemanha tem teste que apresenta diagnóstico em apenas algumas horas... **R** - É exatamente isso que a Fiocruz desenvolveu para nos EUA. Ela vai fazer a diferenciação entre dengue e zika vírus. A segunda linha de pesquisa é o desenvolvimento de uma vacina, que além da Fiocruz vai contar com o Instituto Butantan, em São Paulo, e com o Instituto de Virologia e com o Instituto de Física de São Carlos (USP) em São Carlos.

vembo de 2015, emergência de saúde pública de interesse internacional. O que a OMS fez esta correção, porque, até maio de 2015, não se sabia que o zika vírus era transmitido sexualmente.

**P** - Apreendente Dilma reprecendeu o ministro da Saúde por ele dizer que estávamos perdendo a batalha para o mosquito. Depois, ela própria foi a publicá-lo no mesmo O que houve? **R** - Na verdade, a terminologia não importa. A questão é que temos de nos unir para ganhar. Isso é o mais importante. Nossa batalha tem duas vertentes: a primeira, não deixar o mosquito nascer; a segunda, descobrir um teste rápido para diagnosticar a doença, o que nosso Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, vai conseguir terminar até o fim deste mês. Até o 15 de março, o teste deve estar pronto para ser distribuído nos laboratórios oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, só há teste diagnóstico em um laboratório de zika vírus na fase avançada da doença, mas o problema é que o zika tem a manifestação clínica, extremamente leve. Muitas vezes, só dá coceira no corpo. E não há posto diagnóstico.

**P** - Os EUA confirmaram transmissão de zika por via sexual. Isso ocorre? **R** - Temos um caso e o epidemiologista não se pode ter comprovado. O contrário ocorre na prática, porque está comprovado que o vírus atravessa a barreira placentária, afetando as células neurológicas da criança.

**P** - Como possibilidade de o zika vírus ser transmitido entre pessoas, sem o vetor, não pode forçar países desenvolvidos, que não têm o mosquito, a adotarem medidas de combate à doença? **R** - É exatamente por isso que foi importante a declaração de emergência de saúde pública mundial para o zika vírus. Aquelas (países) que têm o mosquito, não precisam mais de medidas de controle, e aquelas que não têm, precisam também para evitar que chegue à doença, para evitar que chegue à doença, para evitar que chegue à doença.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**66** Nossa batalha tem duas vertentes: a primeira, não deixar o mosquito nascer; a segunda, descobrir um teste laboratorial (para diagnosticar a doença)."

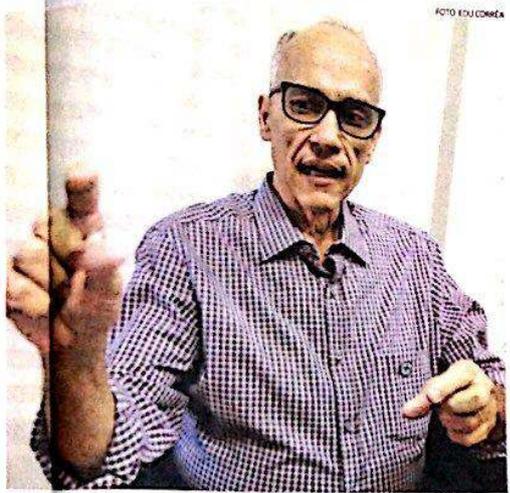


FOTO: EUI/CRÉDITO

**"Tem de ser posto na roda de discussão se as mulheres terão o direito de abortar (em caso de microcefalia)."**

**"O público-alvo (da futura vacina contra o zika) serão as mulheres em período fértil, e não apenas as gestantes."**

as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes.

**P** - Apreendente Dilma reprecendeu o ministro da Saúde por ele dizer que estávamos perdendo a batalha para o mosquito. Depois, ela própria foi a publicá-lo no mesmo O que houve? **R** - Na verdade, a terminologia não importa. A questão é que temos de nos unir para ganhar. Isso é o mais importante. Nossa batalha tem duas vertentes: a primeira, não deixar o mosquito nascer; a segunda, descobrir um teste rápido para diagnosticar a doença, o que nosso Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, vai conseguir terminar até o fim deste mês. Até o 15 de março, o teste deve estar pronto para ser distribuído nos laboratórios oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, só há teste diagnóstico em um laboratório de zika vírus na fase avançada da doença, mas o problema é que o zika tem a manifestação clínica, extremamente leve. Muitas vezes, só dá coceira no corpo. E não há posto diagnóstico.

**P** - Os EUA confirmaram transmissão de zika por via sexual. Isso ocorre? **R** - Temos um caso e o epidemiologista não se pode ter comprovado. O contrário ocorre na prática, porque está comprovado que o vírus atravessa a barreira placentária, afetando as células neurológicas da criança.

**P** - Como possibilidade de o zika vírus ser transmitido entre pessoas, sem o vetor, não pode forçar países desenvolvidos, que não têm o mosquito, a adotarem medidas de combate à doença? **R** - É exatamente por isso que foi importante a declaração de emergência de saúde pública mundial para o zika vírus. Aquelas (países) que têm o mosquito, não precisam mais de medidas de controle, e aquelas que não têm, precisam também para evitar que chegue à doença, para evitar que chegue à doença.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

**P** - Nas redes sociais corre a informação de que pernilongo também pode transmitir zika. Essa possibilidade é verdadeira ou é um boato? **R** - É uma grande sem nada comprovado. Não podemos descartar isso. Ainda não sabemos os principais boatos que estão sendo divulgados.

sobre o zika e que o governo se preocupe em esclarecer?

**R** - A primeira é a transmissão por via sexual, confirmada nos EUA, apenas uma vez. Então, fique calma, não podemos alarmar a população. O segundo, por via oral, não é confirmado, mas a possibilidade é que o Ministério da Saúde tenha mandado para o Nordeste vacinas verticais e que, por isso, bebês nascidos com microcefalia, pois as mães tinham tomado essas vacinas verticais. Se tem uma coisa que o Brasil tem reconhecimento mundial é o programa nacional de imunização, que é feito com rigoroso controle.

**P** - O senhor concorda com a recomendação de que as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes, sejam o público-alvo da futura vacina contra o zika? **R** - Na peça publicitária mais recente, estamos sendo agressivos em mostrar o ciclo letal de algo que está em nosso alcance e evitar. Acreditamos que essas campanhas não devem ser só educativas e educativas. Tudo isso será tratado posteriormente, com apoio do Ministério da Saúde. A imunização, por isso, é fundamental, vamos entrar em todas as escolas públicas, capacitando nossos técnicos e os professores para que eles possam trabalhar com crianças com essas campanhas.

**P** - O senhor concorda com a recomendação de que as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes, sejam o público-alvo da futura vacina contra o zika? **R** - Na peça publicitária mais recente, estamos sendo agressivos em mostrar o ciclo letal de algo que está em nosso alcance e evitar. Acreditamos que essas campanhas não devem ser só educativas e educativas. Tudo isso será tratado posteriormente, com apoio do Ministério da Saúde. A imunização, por isso, é fundamental, vamos entrar em todas as escolas públicas, capacitando nossos técnicos e os professores para que eles possam trabalhar com crianças com essas campanhas.

**P** - O senhor concorda com a recomendação de que as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes, sejam o público-alvo da futura vacina contra o zika? **R** - Na peça publicitária mais recente, estamos sendo agressivos em mostrar o ciclo letal de algo que está em nosso alcance e evitar. Acreditamos que essas campanhas não devem ser só educativas e educativas. Tudo isso será tratado posteriormente, com apoio do Ministério da Saúde. A imunização, por isso, é fundamental, vamos entrar em todas as escolas públicas, capacitando nossos técnicos e os professores para que eles possam trabalhar com crianças com essas campanhas.

**P** - O senhor concorda com a recomendação de que as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes, sejam o público-alvo da futura vacina contra o zika? **R** - Na peça publicitária mais recente, estamos sendo agressivos em mostrar o ciclo letal de algo que está em nosso alcance e evitar. Acreditamos que essas campanhas não devem ser só educativas e educativas. Tudo isso será tratado posteriormente, com apoio do Ministério da Saúde. A imunização, por isso, é fundamental, vamos entrar em todas as escolas públicas, capacitando nossos técnicos e os professores para que eles possam trabalhar com crianças com essas campanhas.

**P** - O senhor concorda com a recomendação de que as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes, sejam o público-alvo da futura vacina contra o zika? **R** - Na peça publicitária mais recente, estamos sendo agressivos em mostrar o ciclo letal de algo que está em nosso alcance e evitar. Acreditamos que essas campanhas não devem ser só educativas e educativas. Tudo isso será tratado posteriormente, com apoio do Ministério da Saúde. A imunização, por isso, é fundamental, vamos entrar em todas as escolas públicas, capacitando nossos técnicos e os professores para que eles possam trabalhar com crianças com essas campanhas.

**P** - O senhor concorda com a recomendação de que as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes, sejam o público-alvo da futura vacina contra o zika? **R** - Na peça publicitária mais recente, estamos sendo agressivos em mostrar o ciclo letal de algo que está em nosso alcance e evitar. Acreditamos que essas campanhas não devem ser só educativas e educativas. Tudo isso será tratado posteriormente, com apoio do Ministério da Saúde. A imunização, por isso, é fundamental, vamos entrar em todas as escolas públicas, capacitando nossos técnicos e os professores para que eles possam trabalhar com crianças com essas campanhas.

**P** - O senhor concorda com a recomendação de que as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes, sejam o público-alvo da futura vacina contra o zika? **R** - Na peça publicitária mais recente, estamos sendo agressivos em mostrar o ciclo letal de algo que está em nosso alcance e evitar. Acreditamos que essas campanhas não devem ser só educativas e educativas. Tudo isso será tratado posteriormente, com apoio do Ministério da Saúde. A imunização, por isso, é fundamental, vamos entrar em todas as escolas públicas, capacitando nossos técnicos e os professores para que eles possam trabalhar com crianças com essas campanhas.

**P** - O senhor concorda com a recomendação de que as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes, sejam o público-alvo da futura vacina contra o zika? **R** - Na peça publicitária mais recente, estamos sendo agressivos em mostrar o ciclo letal de algo que está em nosso alcance e evitar. Acreditamos que essas campanhas não devem ser só educativas e educativas. Tudo isso será tratado posteriormente, com apoio do Ministério da Saúde. A imunização, por isso, é fundamental, vamos entrar em todas as escolas públicas, capacitando nossos técnicos e os professores para que eles possam trabalhar com crianças com essas campanhas.

**P** - O senhor concorda com a recomendação de que as mulheres em período fértil e não apenas as gestantes, sejam o público-alvo da futura vacina contra o zika? **R** - Na peça publicitária mais recente, estamos sendo agressivos em mostrar o ciclo letal de algo que está em nosso alcance e evitar. Acreditamos que essas campanhas não devem ser só educativas e educativas. Tudo isso será tratado posteriormente, com apoio do Ministério da Saúde. A imunização, por isso, é fundamental, vamos entrar em todas as escolas públicas, capacitando nossos técnicos e os professores para que eles possam trabalhar com crianças com essas campanhas.

**Dr. Batista faz palestra no Colégio Regina Mundi**

Medicina preventiva faz novamente o tema de palestra proferida pelo médico e deputado estadual Dr. Batista em Maringá. Foi no Colégio Regina Mundi, dentro da programação da Semana Integral de Prevenção de Acidentes do Trabalho de Batista, foi muito aplaudido ao final da palestra, lista a convite do laboratório Teramunus, gerente de Recursos Humanos, e Jefferson Raposo da Silva, técnico de Segurança do Trabalho, com participação da diretora, professora Inês de Oliveira.

Medicina preventiva faz novamente o tema de palestra proferida pelo médico e deputado estadual Dr. Batista em Maringá. Foi no Colégio Regina Mundi, dentro da programação da Semana Integral de Prevenção de Acidentes do Trabalho de Batista, foi muito aplaudido ao final da palestra, lista a convite do laboratório Teramunus, gerente de Recursos Humanos, e Jefferson Raposo da Silva, técnico de Segurança do Trabalho, com participação da diretora, professora Inês de Oliveira.

# Cultura

D1

**SEXTA (12/02)**  
NA  
*Casa de Bambô*

**PALCO PRINCIPAL**  
**RECEITA DO SAMBA**  
+  
**CHARLES DA FLAUTA**  
**23H**  
CASA ABERTA ÀS 21H

AV. NILDO RIBEIRO DA ROCHA 4449 - MARINGÁ | 3031-2363

PATRIMÔNIO IMATERIAL

## Garantia de ginga e dança

- Aprovado em edital do Iphan, **Centro Cultural Sucena** aguarda resultado de dois prêmios importantes
- Objetivo principal é divulgar o valor da cultura **afro-brasileira** para a comunidade de Maringá e região

Rafael Donadio  
rdonadio@diario.com

No último dia 4, o projeto Rítmicos e Manifestações Afro-Brasileiras, da Associação de Capoeira Centro Cultural Sucena, de Maringá, foi aprovado na etapa de habilitação do edital Prêmio Boas Práticas de Sabedoria do Patrimônio Cultural Imaterial, do Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional (Iphan), do Ministério da Cultura.

O projeto do grupo maringense foi habilitado junto com cerca de 100 outros, de todo o País, sendo o único paranaense presente na lista. A divulgação do resultado final está previsto para o dia 15 de março. Mas uma vez a associação está prestes a atingir o seu objetivo, que é mostrar o valor da cultura afro-brasileira para a comunidade de Maringá e região.

Com edições anuais, desde 2005 o edital seleciona projetos de identificação, documentação ou melhoria das condições de sustentabilidade de conheci-

mentos tradicionais, modos de fazer, formas de expressão, festas, rituais, celebrações e lugares que abrigam práticas culturais coletivas vinculadas a tradições de comunidades de afrodescendentes indígenas, de imigração, dentre outras.

As ações premiadas este ano receberão cerca de R\$ 21.750, verba que, para o fundador e professor do Centro Cultural Sucena, Mestre Chuppin, é importante para a manutenção das apresentações e aulas, que contam com aproximadamente 15 pessoas, entre dançarinos, cantores e percussionistas.

### Continuidade

"É importante para a gente poder desenvolver o trabalho, porque precisamos, por exemplo, de verba para instrumentos, com o demonstrar, figurinos, viagens, aluguel de van, entre outras coisas", relata.

"Além disso, precisamos ter um valor de incentivo para quem participa. Não é cachê, mas uma ajuda para um lanche, ajuda de custo no transporte para apresentações, para manutenção do grupo em geral", completa o Mestre, que há mais de 25 anos vem lutando com a ajuda de colaboradores e cerca de 350 associados — entre apoiadores e alunos de capoeira e danças — pela disseminação e respeito para com a cultura afro-brasileira.

"Aqui em Maringá a cultura é mais voltada para a colonização europeia, então é difícil inserir algo de batuque e tambores. Apesar de já estar um pouco di-



“...a cultura é mais voltada para a colonização europeia, é difícil inserir algo de batuque e tambores”

MESTRE CHUPPIN  
Professor de capoeira

ferente, as pessoas ainda olham de forma diferente, com outros olhos”, diz Chuppin.

O grupo folclórico afro-brasileiro nasceu da necessidade que Chuppin e os participantes das rodas de capoeira sentiram em expandir e divulgar a cultura afro-brasileira. Pelo segundo ano consecutivo, a associação está recebendo o auxílio do Prêmio Boas Práticas de Sabedoria do Patrimônio Cultural Imaterial. Voltadas para praças



**VENCEDORES.** Alunos do Centro Cultural Sucena participam de roda de capoeira e dança na praça da Catedral; associação almeja a conquista de prêmios culturais para manter atividades. FOTO: DIV. ASSOC. CULT. SUCENA

da cidade, as apresentações do ano passado foram importantes para todo o grupo e comprovaram a importância do trabalho do Mestre e todos que auxiliam, direta ou indiretamente.

"Muita gente que vive participando em 2015 com a gente hoje e aluno nosso, estão se juntando ao grupo. Isso mostrou que estamos no caminho certo", diz Chuppin, que aproveita para anunciar o início das aulas deste ano, na próxima terça-feira, às

20h30. As aulas acontecem na sede da associação, na Avenida São Judas Tadeu, 1.551, no Parque das Palmeiras, prédio inaugurado em 2014, quando o grupo completava 25 anos de história. Inscrições são gratuitas e abertas a todos os interessados.

### Aniceto

Na luta contra o "olhar diferente" da população, o grupo desenvolve outros diversos projetos, entre eles o Capoeira e Cultura

Popular, que também aguarda o resultado final de outro edital: o Prêmio Aniceto Matti Segundo Issandira, os trabalhos fazem parte de todo um processo de construção de conhecimento da cultura popular. "Começamos com apresentações em diversos locais da cidade, para a comunidade conhecer melhor as manifestações. Agora, queremos fazer oficinas para todas as idades", almeja a professora.

**SAIBA**

**ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA CENTRO CULTURAL SUCENA**  
Sede: Avenida São Judas Tadeu, 1.551, no Parque das Palmeiras  
Inscrições abertas para cursos de dança e capoeira  
Telefone: (44) 4141-3069

MERCADO

A8 Geral 21 fev

# Nelson Barbosa vai à China participar de encontro do G20

● **Ministros** vão discutir financiamento de projetos com baixa emissão de carbono e contra ações terroristas ● **Brasil** vai apresentar reformas propostas por Dilma

**Folhapress**  
redacao@odiario.com

O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, viajou ontem para a China onde defenderá, em encontro com ministros do G20, as reformas estruturais que o governo da presidente Dilma Rousseff quer encampar, como mudanças no sistema previdenciário e no regime fiscal.

Será a primeira reunião preparatória do G20 com a China na presidência do grupo, que reúne as maiores economias do mundo. O foco das reuniões deste ano será justamente a adoção de reformas estruturais para o crescimento econômico.

De acordo com integrantes da equipe de Barbosa, o minis-

tro irá apresentar as medidas de ajuste e quer entender quais são as intenções da China. Ao final da reunião, que acontece de 26 a 27 de fevereiro, em Xangai, será emitido um documento, que guiará a cúpula de presidentes do grupo, em setembro.

Entre os assuntos que serão abordados na reunião de ministros de finanças do G20 estão o financiamento de projetos com baixa emissão de carbono e financiamento de projetos contra ações terroristas.

## Transição

O governo brasileiro vê como positiva a transição do modelo econômico chinês de um modelo predominantemente exportador para um mercado interno mais fortalecido.

"É melhor estarem crescendo menos, mas de forma sustentável, sem grandes sobressaltos", defende um integrante da equipe econômica.

O governo brasileiro não deve se posicionar, durante a cúpula, sobre a política monetária chinesa, de desvalorização forçada do yuan, o que favorece as exportações chinesas, gerando crítica de outros mercados exportadores, como o Brasil.

A China é a segunda maior economia do mundo e o maior parceiro comercial brasileiro. Enfrenta, assim como o Brasil, dificuldades com o atual ciclo de desvalorização de commodities.

Antes de ir para Xangai, Barbosa terá uma agenda em Pequim, onde encontrará sua contraparte chinesa e investidores, e visitará

Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o banco dos Brics.

## Infraestrutura

Já está definido que o primeiro empréstimo do NBD será liberado em abril, para cada país membro do bloco Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Os empréstimos devem ser voltados a projetos de infraestrutura que contemplem a sustentabilidade. No Brasil, o financiamento terá como operador o BNDES, que receberá o repasse do NBD e ficará responsável pela seleção de projetos a serem contemplados.

Em janeiro, o Brasil fez o primeiro aporte ao banco, de US\$ 150 milhões. Em janeiro de 2017 deverá ser feito outro, de US\$ 250 milhões.

25 fevereiro

A2

OPINIÃO

# Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental

WILSON QUINTEIRO

Advogado e diretor de Operações do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

**M**uitos têm falado na necessidade de desenvolvimento sustentável para o País, mas quase sempre sob o prisma da sustentabilidade econômica duradoura e eminentemente financeira, numa visão expansionista da economia financeira nacional.

No entanto, não se pode esquecer que integra o conceito de sustentabilidade econômica a ideia de "desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras", podendo-se nominar como desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Portanto, toda ideia sobre sustentabilidade no desenvolvimento econômico de um país deve necessariamente contemplar, além da visão de cunho eminentemente econômico-financeiro, os aspectos relacionados ao não esgotamento das fontes e recursos ambientais, sem os quais os diversos setores produtivos são incapazes de atuar, mesmo que não lhes falte preparo empreendedor.

Com esta visão e preocupação temos desenvolvido no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), projetos que têm por objetivo viabilizar ao setor produtivo do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, acesso ao crédito para realização de produção que tenha como base a utilização de práticas ambientalmente corretas em relação aos recursos naturais (água, energia, resíduos...).

Neste sentido, lançamos em novembro de 2015, o BRDE PCS - Produção e Consumo Sustentáveis, constituindo-se num novo programa voltado a empreendimentos

com características socioambientais, disponibilizando no total mais de R\$2 bilhões para empreendimentos que adotem conceitos e práticas de desenvolvimento sustentável - econômico, ambiental e social.

Este novo programa - que já está a beneficiar projetos nas áreas do agronegócio, indústria, comércio e serviços - se estrutura em cinco subprogramas integrados: Energias Limpas e Renováveis; Uso Racional e Eficiente da Água; Gestão de Resíduos; e Reciclagem, Agronegócio Sustentável e Cidades Sustentáveis.

Por meio do BRDE PCS, a instituição oferece linhas de crédito para o financiamento da produção e do consumo sustentáveis, oferecendo condições especiais às empresas e empreendimentos financiados, tais como prazos maiores de financiamento e redução de tarifas de cadastro, análise e fiscalização.

Assim, este programa se constitui uma valiosa ferramenta para estimular a proteção ao meio ambiente e às fontes naturais em tempos de reconhecimento global da necessidade urgente de incentivar as práticas ambientalmente corretas, tal como aconteceu na Conferência Planetária do Clima (COP 21), realizada ao final de 2015 em Paris, e que resultou na assinatura pelos 195 países participantes de um acordo global para frear as emissões de gases do efeito estufa e para lidar com os impactos da mudança climática.

A atuação do BRDE para viabilizar o financiamento da produção e do consumo sustentáveis, é uma forma de ação concreta e práticas na defesa do meio ambiente e dos interesses das futuras gerações. É um bom exemplo para ser seguido pelas demais instituições financeiras e de crédito de todo País.